

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA INCRA
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA



RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

São José/SC/2014

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO - MDA
INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA
SUPREINTENDÊNCIA REGIONAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2013

Relatório de Gestão do exercício de 2013 apresentado aos órgãos de controle interno e externo como prestação de contas anual a que esta Unidade está obrigada nos termos do art. 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições da **IN TCU nº 63/2010**, da **DN TCU nº 127/2013**, e das orientações do órgão de controle interno.

São José/SC/2014



**Superintendente Regional
José dos Santos**

**Chefe da Procuradoria Regional
Valdez Adriani Farias**

**Chefe da Divisão de Administração
José Henrique Ferreira**

**Chefe da Divisão de Desenvolvimento Substituto
Gilmar Amaral**

**Chefe da Divisão de Obtenção de Terras
Emerson Luís Schmidt**

**Chefe da Divisão de Ordenamento Fundiário
Sessuana Polanski Paese**

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	11
1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada	11
1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada.....	11
2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações	12
2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia.....	12
3. Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão	52
3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária	52
3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações	52
3.1.2 Cartografia.....	54
3.1.3 Territórios Quilombolas	54
3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor.....	55
3.1.5 Indicadores.....	57
3.1.6 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste....	60
3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento	60
3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações	60
3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA).....	62
3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente	62
3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados.....	63
3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária	63
3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor.....	63
3.2.7 Indicadores.....	65
3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal	65
3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.....	65
3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações	65
3.3.2 Diagnóstico, por microregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura .	68
3.3.3 Demonstração dos resultados das ações	68
3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento.....	68
3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor.....	74
3.3.6 Indicadores.....	75
3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste.....	77

3.3.8	Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul	77
3.3.9	Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal.....	78
4.	Prestação Direta de Serviços ao Público	78
4.1	Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo.....	78
4.2	Principais atividades de controle do Gestor.....	79
5.	Gestão de Pessoas	79
5.1	Distribuição de servidores	79
5.2	Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR.....	79
5.3	Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem	80
5.4	Recursos humanos da unidade.....	80
5.4.1	Composição do quadro de servidores ativos.....	80
5.4.2	Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas	81
5.4.3	Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.....	81
5.4.4	Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa	82
5.4.5	Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.....	83
5.4.6	Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício	85
5.4.7	Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal.....	85
5.4.8	Indicadores Gerenciais sobre Pessoal.....	86
5.5	Análise crítica sobre a distribuição de servidores	86
6.	Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil	87
6.1	Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres.....	87
6.2	Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR	89
6.3	Demonstração da gestão dos créditos a receber	89
6.4	Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR.....	89
7.	Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão	92
7.1	Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência	95
7.2	Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos	96
	Principais controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos definidos para a Superintendência.	96
7.3	Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações	97

7.4	Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos	97
7.5	Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais	97
8.	Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas	97
8.1	Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício.....	97
8.2	Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior	98
9.	 Ouvidoria	108
9.1	Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos.....	108
9.2	Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo.....	108
10.	 Correição	109
10.1	Consolidação das informações sobre os Processos Administrativos Disciplinares (PAD) instaurados no âmbito da Superintendência, incluindo informações sobre a obrigação da Superintendência de registro de tais Processos no Sistema CGU-PAD.	109
11.	Outras informações sobre a Gestão.....	109

LISTA DE ABREVIACÕES E SIGLAS

APP - Área de Preservação Permanente
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura Familiar
CADIN - Cadastro Informativo de Créditos não Quitados no Setor Público Federal
CAR – Cadastro Ambiental Rural
CATP - Contrato de Alienação de Terras Públicas
CCIR - Certificado de Cadastro de Imóvel Rural
CCU - Contrato de Concessão de Uso
CDB – Associação Crédito do Brasil
CDR – Comitê de Decisão Regional
CENSIPAM - Centro Gestor de Proteção da Amazônia
CGU - Controladoria Geral da União
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas
CNIR - Cadastro Nacional de Imóveis Rurais
CNISS - Cadastro Nacional de Informação Social
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente
CPL - Comissão Permanente de Licitação
CRC – Conselho Regional de Contabilidade
DAC - Coordenação-Geral de Contabilidade
DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF
DE - Diretoria de Gestão Estratégica
DET - Coordenação-Geral de Tecnologia e Gestão da Informação
DF – Diretoria de Ordenamento da Estrutura Fundiária
DFDA - Delegacia Federal do Desenvolvimento Agrário
DFR - Coordenação-Geral de Regularização Fundiária
DFQ – Diretoria Fundiária de Quilombola
DN - Decisão Normativa
DOU - Diário Oficial da União
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço e à Seguridade Social
FUNASA - Fundação Nacional de Saúde
GAP - Gestão e Administração do Programa
GECC – Gratificação por Encargo de Curso ou Concurso
GEE - Grau de Eficiência na Exploração
GPS - Global Positioning System (Sistema de Posicionamento Global)
GT – Grupo de Trabalho
GUT - Grau de Utilização da Terra
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade Biológica
IN - Instrução Normativa
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias
LIO - Licença de Instalação e Operação
LOA - Lei Orçamentária Anual
LP - Licença Prévia
LTDA - Limitada
MAB – Movimento dos Atingidos por Barragem
MAS – Microsistema de Abastecimento de Água
MDA - Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social
 MMA – Ministério do Meio Ambiente
 MP - Medida Provisória
 MPF – Ministério Público Federal
 MTE – Ministério do Trabalho e Emprego
 NE - Norma de Execução
 NTGARFAL - Norma Técnica para Georreferenciamento em Ações de Regularização Fundiária Aplicada à Amazônia Legal
 OCI – Órgão de Controle Interno
 PA - Projeto de Assentamento
 PAA - Programa de Aquisição de Alimentos
 PAF - Projeto de Assentamento Florestal
 PB – Projeto Básico
 PDA - Plano de Desenvolvimento do Assentamento
 PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação
 PGE - Plano Geral de Estatísticas
 PNDTR - Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural
 PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural para a Agricultura Familiar e Reforma Agrária
 PNRA - Plano Nacional de Reforma Agrária
 PC – Plano de Compromisso
 PPA - Plano Plurianual
 PRA - Plano de Recuperação de Assentamento
 PRAD - Plano de Recuperação de Área Degradada
 PRONAF - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
 PRONATER - Programa Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural
 PRONERA - Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária
 PU - Planos de Utilização
 RB – Relação de Beneficiários
 RBMC - Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo
 RG - Relatório de Gestão
 RIBAC - Rede INCRA de Bases Comunitárias do GPS
 RL - Reserva Legal
 RTID - Relatório Técnico de Identificação e Delimitação
 SEDAM - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental
 SEMA - Secretária Estadual de Meio Ambiente
 SGBD - Sistema de Gerenciamento de Banco de Dados Geográficos
 SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
 SIASG - Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
 SICONV - Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse
 SIG - Sistema de Informações Geográficas
 SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
 SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia
 SIPRA - Sistema de Informações de Projetos de Reforma Agrária
 SIR - Sistema de Informações Rurais
 SISDOC – Sistema de Documento
 SISPAD - Sistema de Controle de Processo Administrativo Disciplinar
 SISPROT – Sistema de protocolo
 SNCR - Sistema Nacional de Cadastro Rural
 SPIUnet – Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
 SPU - Secretaria de Patrimônio Público da União

SRFB - Secretaria da Receita Federal do Brasil
TCE - Tomada de Contas Especiais
TCT – Termo de Cooperação Técnica
TCU - Tribunal de Contas da União
TD - Título Definitivo
TDA - Título da Dívida Agrária
TI - Tecnologia da Informação
UA - Unidade Avançada
UG - Unidade Gestora
UGR - Unidade Gestora Responsável
UJ - Unidade Jurisdicionada
UMC - Unidade Municipal de Cadastramento
UO - Unidade Orçamentária

INTRODUÇÃO

O Relatório de Gestão Individual da Superintendência Regional do INCRA em Santa Catarina foi desenvolvido em conformidade com o disposto nas Decisões Normativas TCU Nº 132 de 02/10/2013, Portaria CGU n.º 133 de 18 de janeiro de 2013 e Norma de Execução CGU n.º 01 de 18 de janeiro de 2013, sendo composto pela Introdução e pelas Informações sobre a Gestão, esta última com 10 itens e respectivos subitens.

Os dados sobre a execução financeira foram extraídos do sítio [wiki.incra](http://wiki.incra.gov.br), onde estão consolidados dados do SIAFI Gerencial. Os dados sobre a execução física foram extraídos do Módulo de Monitoramento do Sistema de Informações Rurais.

As informações e análises referentes aos macroprocessos finalísticos e de apoio foram sistematizadas pelas Chefias das Divisões respectivas da UJ e a estratégia de atuação sintetizada pelo Gabinete da UJ.

Cabe ressaltar que os atuais Chefes de Divisão de Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento e de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento vincularam-se ao cargo/função no final do exercício. Dessa forma, o repasse de informações acerca das ações vinculadas às respectivas Divisões foi realizado de forma conjunta com a contribuição dos Chefes de Divisão anteriores, constantes do Relatório de Gestão do Exercício de 2012.

INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

1. Identificação e Atributos da Unidade Jurisdicionada

1.1 Identificação da Unidade Jurisdicionada

Quadro 1 - Identificação da UJ – Relatório de Gestão Individual

Poder e Órgão de vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério do Desenvolvimento Agrário		Código SIORG: 17125	
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação completa: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária			
Denominação abreviada: INCRA			
Código SIORG: 1799	49201	Código LOA:	Código SIAFI: 373001
Situação: Ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia Federal do Poder Executivo			
Principal Atividade: Administração Pública em geral			Código CNAE: 84.11-6-00
Telefones/Fax de contato:		(048)3733-3561	
Endereço eletrônico: comunica.sc@fns.incra.gov.br http://www.incra.gov.br http://www.incra.gov.br			
Endereço Postal: Avenida Acioni de Souza Filho, s/n, Edifício Dom José Gomes, Praia Comprida. São José/SC. CEP: 88.101-175.			
Normas relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
- Decreto nº 1.110, de 09 de junho de 1970 – Dispõe sobre a criação do INCRA - Decreto-Lei nº 2.363, de 21 de outubro de 1987 – Dispõe sobre a extinção do INCRA - Decreto Legislativo nº 02, de 29 de março de 1989 – Dispõe sobre o restabelecimento do INCRA			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
- Portaria nº 20, de 08/04/2009 – Regimento Interno do INCRA - Decreto nº 6.812, de 03/04/2009 – Estrutura Regimental do INCRA			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
- Manual para Elaboração e Implantação de Projetos de Recuperação e Conservação de Recursos Naturais em Assentamentos da Reforma Agrária – junho/2006 - Manual de Obtenção de Terras e Perícia Judicial - Aprovado pela Norma de Execução INCRA / DT no 52, de 25 de outubro de 2006 - Manual de Operações do PRONERA – Edição Revista e Atualizada de acordo com o Decreto nº 7.352/2010 e Acórdão TCU nº 3.269/2010. Aprovado pela Portaria/INCRA/P/Nº 238, de 31 de maio de 2011 - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais – 2ª Edição/Revisada – agosto/2010 - Manual de Orientação – Declaração para Cadastro de Imóveis Rurais – abril/2002 - Manual de Cadastro Rural - Manual de Fiscalização Cadastral - Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - Portaria Nº 486 homologa a 3º Edição da Norma Técnica para Georreferenciamento de Imóveis Rurais - Manual Técnico de Posicionamento e o Manual Técnico de Limites e Confrontações. - Norma de Execução Nº 107 homologa o Manual para Gestão da Certificação de Imóveis Rurais, que estabelece os procedimentos a serem realizados pelo INCRA para promover a gestão da cerificação. - Instrução Normativa Nº 77 regulamenta os procedimentos de certificação de imóveis rurais a que se refere o § 5º do art. 176 da Lei de Registros Públicos (Lei 6.015, 31 de dezembro de 1973).			

2. Planejamento Estratégico, Plano de Metas e de Ações

2.1 Atuação da Superintendência com o Plano Estratégico da Autarquia

No exercício de 2013 não houve publicação de um Planejamento Estratégico da Autarquia. Tomando como base o Plano Plurianual (PPA) 2012/2015, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária traçou objetivos estratégicos e consequentemente desenvolveu ações vinculadas aos seguintes Programas Temáticos:

- 2066 – Reforma Agrária e Ordenamento da Estrutura Fundiária;
- 2012 – Agricultura Familiar;
- 2034 – Enfrentamento ao Racismo e Promoção da Igualdade Racial;
- 2120 – Programa de Gestão e Manutenção do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

As metas vinculadas às ações e a discussão acerca da estratégia operacional para cumprimento do Plano de Ação 2013 foi fruto das discussões promovidas pelo INCRA/SC, envolvendo os Chefes de Divisão e Servidores da UJ, incorporando a necessidade de articulação das ações do INCRA com as ações dos demais Ministérios, no âmbito de Programas/Planos Interministeriais, a exemplo do Plano Brasil sem Miséria.

No Plano de Ação 2013 da UJ estão previstos temas, ações/objetivos, atividades, tarefas, marcos, prazos e responsáveis, considerando as metas nacionais do INCRA/Sede. As ações e atividades foram elaboradas tomando por base os Programas Temáticos da autarquia previstos no PPA 2012-2015 e foram divididas e sistematizadas no âmbito de cada um dos macroprocessos finalísticos e de apoio.

2.3 Execução do Plano de Metas ou de Ações.

Considerando os macroprocessos finalísticos e de apoio que englobam a atuação da autarquia, será detalhado a seguir, o Plano de Ação 2013 da UJ, considerando o alinhamento da atuação da UJ com o INCRA-Sede e explicitando as ações, atividades, metas, atual estágio de implantação e principais resultados estratégicos previstos de curto, médio e longo prazo, incluindo comparação entre as previsões da Sede e da UJ.

O Plano de Ação a seguir descrito foi elaborado para os exercícios 2013 e 2014 (metas de curto e médio prazo), considerando as ações e metas dos programas gerais previstos no PPA 2012-2015 (metas de longo prazo). O Plano está organizado em torno de temas, compostos por ações, as quais se decompõem em atividades, metas, tarefas, marcos/produtos, com prazos e responsáveis definidos.

Inicialmente, o INCRA-Sede, através de suas diretorias definiram os temas, ações, atividades e metas nacionais no âmbito de cada um dos macroprocessos finalísticos e de apoio. Para as SRs ficou a incumbência de definirem as metas regionais e os respectivos recursos necessários para execução das tarefas, além da formulação de outras ações/atividades não previstas pelo INCRA-Sede, mas que demandam atuação ao nível regional.

No entanto, após a sistematização do Plano de Ação da UJ, as Diretorias nacionais fizeram alterações em algumas metas no sentido de majorá-las. Além disso, ao longo do exercício não foram descentralizados os recursos aprovados no Plano para a execução das ações, o que comprometeu substancialmente o desempenho tático da UJ.

Salientamos ainda que em razão das alterações na direção institucional as Metas e Ações do Plano 2013 foram alteradas unilateralmente pelo INCRA-Sede, após ajuste final do Plano, comprometendo muitas das atividades e estratégias elaboradas. Ainda assim, apesar do Plano de Ação prever atuação também para 2014, no início deste ano iniciou-se um processo de reajuste do Plano de Ação que possivelmente resultará em alteração substancial inclusive das metas de médio

prazo previstas no exercício de 2013 para atendimento em 2014.

Obtenção de Terras e Implantação de Projetos de Assentamento

Tema: Cadastro, Seleção e Homologação de Beneficiários

Ações Propostas:

a) BUSCA ATIVA – Promover Cadastramento de acampados e assentados no CADÚnico

- Proposição e participação nos mutirões do Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural e Programa Brasil Sem Miséria

Meta Nacional:

2013: 40% dos acampados e 75% dos assentados que atendem os critérios do MDS inseridos no CADÚnico;

Meta Proposta SR-10:

2013: 40% dos acampados que atendem os critérios do MDS inseridos no CADÚnico; 75% dos assentados que atendem aos critérios do MDS inseridos no CADÚnico;

100% dos assentados que atendem aos critérios do MDS inseridos no CADÚnico.

Tarefas:

1. Atualizar o cadastro de candidatos e beneficiários do PNRA;
2. Gabinete SR-10 e Ouvidoria definir a forma de inclusão no CADÚnico (em articulação com Prefeituras e MDS);

Marco/Produto:

1. Atualização de cadastro realizada;
2. Metodologia de inclusão definida/padronizada

Prazo do Marco/Produto:

1. Novembro de 2013; 2. Maio 2013

Responsável(is): Superintendente Regional, Ouvidor Agrário, Chefe da SR-10/T e SR-10/T2

Atual estágio de implantação: executado. Em 2013, todas as famílias destinadas ao PNRA, especificamente as cadastradas para serem candidatas aos imóveis decretados, Projeto de Assentamento Edson Soibert e Projeto de Assentamento Morro do Taió II, foram incluídas no CADÚnico. Nas ações de cadastramento das famílias foi feito acompanhamento junto às prefeituras municipais as quais confirmaram em formulário impresso a inclusão das famílias.

Em médio prazo, foi previsto para 2014 a meta de 100% dos acampados e 100% dos assentados que possam atender os critérios do MDS para inserção no CADÚnico. No entanto, como no início do exercício ocorreram novas oficinas regionais de Planejamento englobando as 30 Superintendências, é possível que esta meta seja alterada e atualizada.

- Organização de forças-tarefa com prefeitura nos locais de acampamento/assentamento

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

1. Identificar as prefeituras que tenham demanda de acampados e assentados para inclusão no CADÚnico;
2. Encaminhar ofício às prefeituras solicitando a demanda de cadastramento de acampados e

assentados;

3. Realizar sensibilização da prefeituras para cadastramento

Marco/Produto:

1. Mapeamento realizado;
2. Encaminhamento de ofício às prefeituras;
3. Sensibilizações realizadas.

Prazo do Marco/Produto: Julho 2013 (para os 3 produtos)

Responsável(is):

1. Gabinete, SR-10/T e SR-10/D;
2. Gabinete;
3. Gabinete, SR-10/T e SR-10/D

Atual estágio de implantação: Foi realizado neste ano de 2014 as ações necessárias para contemplar todas as famílias de acampados e assentados nos municípios que continham pendência no cadastro do CADÚnico, por solicitação do MDS.

- Mobilização de ação das prefeituras para cadastramento de acampados/assentados

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

1. Definir junto com a prefeitura cronograma de atuação dos cadastramentos
2. Efetuar as ações de cadastramento junto com as prefeituras

Marco/Produto:

1. Cronograma elaborado
2. Realização de cadastramento

Prazo do Marco/Produto:

1. Julho 2013;
2. Agosto 2013

Responsável(is): Gabinete, SR-10/T e D

Atual estágio de implantação: Foi realizado neste ano de 2014 as ações necessárias para contemplar todas as famílias de acampados e assentados nos municípios que continham pendência no cadastro do CADÚnico, por solicitação do MDS.

Foi definido que o INCRA repassará a RB - Relação de Beneficiários de todos os acampados e beneficiários da reforma agrária para os municípios, direcionado aos cadastradores das famílias.

b) Realizar o cadastramento dos beneficiários da cesta de alimentos no SIPRA

- Proposição e participação nos mutirões do PNDTR/BSM

Meta Nacional:

2013: 50% dos beneficiários da cesta de alimentos cadastrados no SIPRA

Meta Proposta SR-10:

2013: 50% dos beneficiários da cesta de alimentos cadastrados no SIPRA

Tarefas:

1. Demandar da Ouvidoria a disponibilização da relação de beneficiários das cestas com CPF;

2. Receber da Coord. de Implantação a forma de inclusão;
3. Proceder os cadastros dos beneficiários ainda não inclusos.

Marco/Produto:

1. Relação de beneficiários disponibilizada;

2. Orientação efetuada pela Coord. Implantação;
3. Cadastros efetuados.

Prazo do Marco/Produto:

1. Abril 2013;
2. Abril de 2013;
3. Junho de 2013.

Responsável(is):

1. Ouvidoria;
2. DTI Sede; SR-10/T2

Atual estágio de implantação: não executado. A médio prazo, para 2014, foi prevista uma meta de 100% dos beneficiários da cesta de alimentos cadastrados no SIPRA, tanto ao nível nacional como regional. No entanto, como no início do exercício ocorreram novas oficinas regionais de Planejamento englobando as 30 Superintendências, é possível que esta meta seja alterada/atualizada.

c)Homologação de Famílias

- Cadastramento de famílias no módulo beneficiário SIPRA

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias

- 12.000 famílias em imóveis decretados em 2011 e 2012
- 3.000 famílias em imóveis decretados / obtidos em 2013
- 15.000 em outras formas de assentamento

Meta Proposta SR-10:

2013: 85 famílias

- 25 famílias em imóveis decretados antes de 2013 (Morro do Taió)
- 60 famílias reassentadas (conferir com Gabinete e SR-10/D)

OBS: Morro do Taió, Butiá II e Fazenda Cabaçais

Tarefas:

1. Identificar e Cadastrar as famílias;
2. Lançar os dados dos cadastros das famílias no SIPRA;
3. Homologar as famílias identificadas, cadastradas e selecionadas.

Marco/Produto:

1. Relatório de identificação das famílias e preenchimento do formulário de cadastros;
2. Dados lançados no SIPRA;
3. Homologação, no SIPRA, das famílias selecionadas.

Prazo do Marco/Produto:

1. Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014;
2. Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014;
- 3 Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014 (as atividades são efetuadas durante todo o ano)

Responsáveis: SR-10/T2

Atual estágio de implantação: Não executado. A médio prazo para 2014 foi prevista uma meta nacional de 30.000 famílias (no mínimo 15.000 famílias em imóveis decretados / obtidos em 2013 e 2014 e 15.000 em outras formas de assentamento). Ao nível regional foi prevista para 2014 a meta de 147 famílias, sendo 47 famílias em imóveis decretados em 2013 e 100 famílias reassentadas

Tema: Obtenção de Terras

Ações Propostas:

a) Diagnóstico regional para identificar áreas prioritárias de atuação

- Realização de estudos e levantamento de dados para elaboração do diagnóstico fundiário regional, visando estabelecer as regiões prioritárias de atuação

Meta Nacional: 30 diagnósticos (1 por SR)

Meta Proposta SR-10:

2013 – 01 diagnóstico;

Tarefas:

1. Elaboração de novo diagnóstico regional;
2. Aprovação do diagnóstico pelo CDR;
3. Encaminhamento a DT Sede.

Marco/Produto:

1. Novo diagnóstico elaborado;
2. Novo diagnóstico aprovado;
3. Diagnóstico encaminhado

Prazo do Marco/Produto:

1. Maio de 2013;
2. Junho de 2013

Responsável(is): Chefe da SR-10/T

Atual estágio de implantação: Não executado. A médio prazo para 2014 está prevista a atualização do Diagnóstico realizado em 2013. No entanto, como no início do exercício ocorreram novas oficinas regionais de Planejamento englobando as 30 Superintendências, é possível que esta meta seja alterada/atualizada.

- Elaboração da Planilha de Preços Referenciais (PPR)

Meta Proposta SR-10:

2013 – 01 PPR das regiões prioritárias (integra a avaliação institucional intermediária);

Tarefas:

1. Constituir equipe de levantamento de dados e elaboração;
2. Coletar dados;
3. Elaborar planilha;
4. Aprovar PPR na Câmara Técnica e CDR;
5. Enviar a DT Sede.

Marco/Produto:

1. Nova planilha elaborada e aprovada.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014

Responsável(is): Chefe da SR-10/T

Atual estágio de implantação: Em 2013 ocorreu a atualização da PPR. Foram definidas as regiões com base nas regiões prioritárias definidas pelo diagnóstico regional de 2013, incluindo as regiões onde ocorre processos de fiscalização de áreas de quilombolas, incluídas a região de Campos Novos. A médio prazo foi prevista para 2014 a atualização da PPR de 2013. No entanto, como no início do exercício ocorreram novas oficinas regionais de Planejamento englobando as 30 Superintendências, é possível que esta meta seja alterada/atualizada.

Ressalta-se ainda a importância de que quando ocorrer solicitações de assistência técnica em perícias judiciais promovidas pelas Procuradorias Federais ou Justiças Federais em áreas distanciadas das nossas áreas prioritárias, então ocorrerá a demanda de composição de nova PPR.

b) Vistoria e Avaliação de Imóveis Rurais

- Vistoria para levantamento de dados e informações (verificação do cumprimento da função social), avaliação e elaboração de estudo de capacidade de geração de renda

Meta Nacional:

2013: 700.000 há

Meta Proposta SR-10:

2013: 5.000,0000 ha

Tarefas:

1. Publicação de ordens de serviços;
2. Deslocamento a campo;
3. Elaboração de LAF e LVA;
4. Aprovação do LVA pelo Grupo técnico.

Marco/Produto:

1. Equipes constituídas.
2. LAF e LVA elaborados;
3. LVA apreciado pelo Grupo Técnico

Prazo do Marco/Produto:

1. Maio 2013;
2. Dezembro de 2013 e 2014;
3. Dezembro de 2013 e 2014

Responsável(is): Chefe da SR-10/T

Atual estágio de implantação: executado parcialmente. Em 2013, pelos dados da Execução Física Mensal - Exercício Atual 2013, Sistema SIR/Módulo de Monitoramento e Avaliação, foi fiscalizado 4.471,2500 hectares, sendo 3.125,0000 hectares fiscalizados e concluídos em janeiro de 2013, na modalidade vistoria para levantamento de dados e informações (preliminar, fase de campo).

Também a absorção por esta Divisão de novos trabalhos, a exemplo as vistorias de 19 imóveis rurais com total de 4.343,2687 hectares, com intuito de atender demanda judicial contra Madeireira Beira Rio Ltda, do município de Major Vieira, dificultaram o cumprimento de 100% da meta devido à absorção de tempo, recursos disponíveis e mão de obra técnica.

A médio prazo para 2014 foram previstos 700.000 hectares nacionalmente, sendo 10.000,0000 em nível regional desta Superintendência. No entanto, como no início do exercício ocorreram novas oficinas regionais de Planejamento englobando as 30 Superintendências, houve alteração e atualização da meta para 5.000,0000 hectares.

Meta PPA 2012-2015: Verificar o cumprimento da Função Social da Propriedade mediante a vistoria de 16 milhões de hectares, com prioridade para o conjunto de imóveis acima de 15 módulos fiscais cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

- Estudo da Cadeia Dominial

Meta Nacional:

Meta Proposta SR-10:

2013: 3 imóveis

Tarefas:

1. Emitir ordens de serviços;
2. Elaborar extrato da cadeia dominial;
3. Aprovação jurídica da cadeia dominial

Marco/Produto:

1. Ordens de serviços publicadas
2. Relatórios das cadeias dominiais apresentados

3. Parecer jurídico da cadeia dominial apresentado

Prazo do Marco/Produto:

1. Dezembro de 2013 e 2014;
2. Dezembro de 2013 e 2014;
3. Dezembro de 2013 e 2014

Responsável(is): Chefe da SR-10/T e Gabinete

Atual estágio de implantação:

Justificativas: Ao longo do exercício, os trabalhos de levantamento de cadeia dominial para obtenção de imóveis não ocorreram em virtude das vistorias não terem sido realizadas. Entretanto, um imóvel já obtido teve sua cadeia dominial reavaliada e concluída por solicitação da PFE.

Ao nível regional para 2014 foram previstos 3 imóveis. No entanto, como no início do exercício ocorreram novas oficinas regionais de Planejamento englobando as 30 Superintendências, é possível que esta meta seja alterada/atualizada.

c)Protocolo de Licença Ambiental

- Consolidação da documentação e protocolo

Meta Nacional:

2013: 120 Licenças protocoladas

Meta Proposta SR-10:

2013: 4 protocolos de LAO; 2 protocolo de LAP

Tarefas:

1. Elaboração de 4 relatórios técnicos para solicitação de LAO (2013);
2. Elaboração de 33 relatórios técnicos para solicitação de renovação de LAO (2013 e 2014);
3. Protocolo do requerimento das licença (2013 e 2014).

Marco/Produto: 1. Relatórios elaborados.

2. Relatórios elaborados;

3. Licenças requeridas.

Prazo do Marco/Produto: 1. Julho de 2013; 2. Março de 2014; 3. Julho de 2013 (4 LAO), Dezembro de 2013 (2 LAP) e Março de 2014 (33 renovações)

Responsável(is): SR-10/T e Serviço de Meio Ambiente

Atual estágio de implantação: Não executado.

Justificativas: A médio prazo foram previstas nacionalmente para 2014 o protocolo de 120 Licenças. Em nível regional, foram previstos, para 2014, 33 protocolos de renovação de LAO. No entanto, não foi protocolada nenhuma licença para o ano de 2013. Tampouco haverá protocolos de licenças ambientais em 2014. De acordo com a nova Resolução Conama nº. 458/2013, tanto a criação quanto a implantação e operação dos Projetos de Assentamento não requerem mais as respectivas Licenças Ambientais; ou seja, as Licenças Ambientais Prévia, de Instalação e de Operação deixaram de ser documentos necessários à legalização ambiental de Projetos de Assentamento.

d) Indenização Inicial de Imóveis Rurais (Pagos)

- Enquadramento de Imóveis nos parâmetros estabelecidos pelo MDA (Portarias 05, 06 e 07 de 2013)

Meta Nacional:

2013: 315.000,00 ha pagos

Meta Proposta SR-10

2013: 819,00 ha pagos

1. Analisar os processos dos imóveis de obtenção para enquadramento às Portarias;
2. Efetuar ajustes necessários para enquadramento;
3. Aprovação pelo CDR.

Marco/Produto:

1. Elaboração de parecer
2. Estudos elaborados
3. Ata de Aprovação

Prazo do Marco/Produto: 1. 10/11/2013; 2. 10/12/2013; 3. 10/12/2013

Responsável(is): Chefe da SR-10/T

Atual estágio de implantação: não executado.

Justificativas: Em 2013 ocorreu a desapropriação do imóvel Butiá II, atualmente o Projeto de Assentamento Edson Soibert, no município de Rio Negrinho.

Em médio prazo, tendo em vista a diretriz nacional, não definiu-se metas para o exercício de 2014. A médio prazo, tendo em vista a diretriz nacional, não definiu-se metas para o exercício de 2014.

- Confirmação do enquadramento e preparação e encaminhamento dos Atos necessários para publicação de Decreto e/ou emissão de TDA

Meta Nacional:

Meta Proposta SR-10:

2013: Fazenda Butiá II (CVG Processo n.º 54210.000170/2012-10)

Tarefas:

1. Realizar o check list e confirmar o enquadramento às portarias
2. Aprovação pelo CDR da proposta de obtenção
3. Encaminhar proposta de obtenção à DTO

Marco/Produto:

1. Elaboração de parecer
2. Ata de Aprovação
3. Despacho de encaminhamento

Prazo do Marco/Produto:

1. 30/04/2013;
2. 30/04/2013;
3. 30/05/2013

Responsável(is): Chefe da SR-10/T

Justificativas: O respectivo imóvel Fazenda Butiá II - Processo n.º 54210.000170/2012-10 - originou o Projeto de Assentamento Edson Soibert no município de Rio Negrinho, tendo todos os atos necessário para decreto presidencial e emissão de TODA emitidos em dezembro de 2013.

- Resolução de Processos de Obtenção

Meta Nacional:

2013: processos de obtenção nas fases 7 a 11 finalizados (enquadramento no novo rito ou desistência);

Meta Proposta SR-10:

2013: 21 processos de obtenção nas fases 7 a 11 finalizados (enquadramento no novo rito ou desistência).

Tarefas: 1. Análise processual

Marco/Produto: 1. Parecer conclusivo elaborado

Prazo do Marco/Produto:

1. 15/12/2013;

2. 30/07/2014

Responsável(is): Chefe da SR-10/T

Atual estágio de implantação: executado parcialmente.

Justificativas: Dos 21 processos previstos para finalização, 7 foram concluídos, restando apenas um imóvel (Fazendas Delby Machado) que ultrapassou o ano de 2013, localizados nos municípios de Ireneópolis e Canoinhas, com laudo de fiscalização de nº 54210.000782/2012-82, através da ordem de serviço de nº. 029/2012, área de 2.619,0000 hectares. Este imóvel/processo originou 14 áreas, totalizando 14 processos e Laudos de Fiscalização Agrônômica, ainda em execução.

Tema: Criação/Implantação de Novos P.As

Ações Propostas:

a) Criação de Projetos em Áreas Onerosas Indenizadas em 2013 e 2014

- Imissão na Posse

Meta Proposta SR-10:

2013: 819,00 ha imitidos (em 02 imóveis visando ao assentamento de 47 famílias)

Tarefas:

1. Disponibilização do recurso;
2. Ajuizamento da ação;
3. Pagamento da terra nua e benfeitorias

Marco/Produto:

1. Recurso disponibilizado;
2. Ação ajuizada;
3. Imissão na posse realizada

Prazo do Marco/Produto:

1. 31/07/2013;
2. 31/08/2013;
3. 30/09/2013

Responsável(is): SR-10/A (Empenho e pagamento após descentralização do recurso pela Sede), PFE (ajuizamento da ação e acompanhamento).

Atual estágio de implantação: em 2013 ocorreu o empenho e pagamento após descentralização do recurso pela Sede, com o ajuizamento da ação e acompanhamento do imóvel Fazenda Butia II, o qual originou o Projeto de Assentamento Edson Soibert, no município de Rio Negrinho.

Para 2014 há projeção de ajuizamento da ação e descentralização de recursos para os imóveis rurais Monsanto, localizado no município de Xanxerê e Lajeado Grande, e o imóvel rural Fazenda Cabaçais ou Marombas, no município de Ponte Alta, que estão em fase de encaminhamento para decreto presidencial.

Meta PPA 2012-2015: Criar 800 projetos de assentamento.

- Licença Prévia

Meta Proposta SR-10:

2013: 02 LAPs

- Tarefas: 1. LAF/LVA para solicitação de LAP;
2. Protocolo do requerimento das licença (2013).

Marco/Produto:

1. LAF elaborado;

2. Licenças protocoladas e emitidas.

Prazo do Marco/Produto:

1. 30/04/2013;

2. 30/04/2013.

Responsável(is): SR-10/T e Serviço de Meio Ambiente

Atual estágio de implantação: Não foi protocolada nenhuma licença prévia.

Justificativas: De acordo com a nova Resolução Conama nº. 458/2013, tanto a criação quanto a implantação e operação dos Projetos de Assentamento não requerem mais as respectivas Licenças Ambientais; ou seja, as Licenças Ambientais Prévia, de Instalação e de Operação deixaram de ser documentos necessários à legalização ambiental de Projetos de Assentamento.

Meta PPA 2012-2015: Protocolar licença ambiental para 3.200 Projetos de Assentamentos

- Portaria de Criação

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

1. Preparação da Portaria;

2. Assinatura da Portaria;

3. Publicação da portaria

Marco/Produto: 1. P.As criados

Prazo do Marco/Produto: 31/10/2014

Responsável(is): Chefe da SR-10/T e Gabinete

Atual estágio de implantação: em 2013 a portaria de criação do Projeto de Assentamento Edson Soibert originada do processo nº. 54210.000170/2012-90, imóvel Fazenda Butiá II, com área de 699,9260 (seiscentos e noventa e noventa e nove hectares, noventa e dois ares e sessenta centiares) hectares.

Também foi encaminhado a portaria de criação do Projeto de Assentamento Morro do Taio II originada do processo nº 54210.001106/2013-15, imóvel com 669,3899 hectares da matrícula nº 3.177.

A médio prazo para 2014 foram previstas 02 portarias para os imóveis rurais Monsanto, localizado no município de Xanxerê e Lajeado Grande, e o imóvel rural Fazenda Cabaçais ou Marombas, no município de Ponte Alta, que estão em fase de encaminhamento para decreto presidencial.

- Cronograma de Implantação

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

1. Cadastro das Famílias;

2. Seleção das famílias;

3. Homologação no SIPRA

Marco/Produto:

1. Famílias cadastradas;

2. Famílias selecionadas;

3. Famílias Homologadas

Prazo do Marco/Produto:

1. 30/04/2014;

2. 30/10/2014;

3. 31/12/2014

Responsável(is): SR-10/T2

Atual estágio de implantação: em 2013 foram previstas a implantação de 47 famílias

assentadas nos imóveis Fazenda Butiá II (40 famílias) e Fazenda Cabaçais/Marombas (07 famílias). No entanto esta projeção ficou para 2014, juntamente com o imóveis Monsanto e Morro do Taió II.

Cabe ressaltar que em 2013 reassentou-se 173 famílias em áreas públicas, superando a meta de 100 famílias.

Meta PPA 2012-2015: Assentar 200 mil famílias.

b) Gestão Ambiental

- Preparação para o cadastramento dos Lotes no CAR (Cadastro Ambiental Rural)

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013: Cadastro do perímetro dos lotes de 10 P.As no QGIS para inserção no CAR

Tarefas:

1. Transformação dos arquivos vetoriais em Shape File;
2. Preenchimento das informações para banco de dados no Q.GIS;

Marco/Produto:

1. Arquivos transformados;
2. Q.GIS alimentado.

Prazo do Marco/Produto:

1. Dezembro de 2013;
2. Dezembro de 2014.

Responsável(is): SR-10/T e Serviço de Meio Ambiente

Atual estágio de implantação: Foram cadastrados os perímetros de 61 projetos de assentamento no QGis para posterior inserção no CAR.

Justificativas: O resultado atingido para esta meta no ano de 2013 foi muito superior ao estimado por duas razões principais: primeiro porque sem a obrigação de se proceder ao licenciamento dos assentamentos, a força de trabalho dos servidores pôde ser direcionada para esta ação. E em segundo lugar, contribuiu para o alcance destes resultados a contratação de dois estagiários para o serviço de meio ambiente.

A médio prazo para 2014, a meta é cadastrar 20 projetos de assentamento no Cadastro Ambiental Rural – CAR, pois, de todos os assentamentos do estado de Santa Catarina, apenas 20 reúnem as condições necessárias ao imediato cadastramento; que seriam os lotes georreferenciados, a reserva legal em bloco não inferior a 20% da área total do assentamento e desimpedimentos associados às matrículas imobiliárias.

Meta PPA 2012-2015: Promover ações de gestão ambiental em 1.000 projetos de assentamento.

- Inventário Florestal de Espécies Exóticas em P.As e Territórios Quilombolas

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013: 02 inventários em P.As (Conquista do Sepé, Miguel Fortes) e Inventários no Território Invernada dos Negros.

Tarefas:

1. Medição dos reflorestamentos;
2. Elaboração de relatórios.

Marco/Produto:

1. Medições realizadas;
2. Relatórios entregues.

Prazo do Marco/Produto:

1. Dezembro de 2013;
2. Dezembro de 2014.

Responsável(is): SR-10/T e Serviço de Meio Ambiente

Atual estágio de implantação: Os Inventários Florestais realizados nos P.A.s Miguel Fortes e Conquista do Sepé foram concluídos. No entanto os Inventários Florestais no Território Invernada dos Negros estão na fase de planejamento e início da coleta de dados.

Justificativas: Os Inventários Florestais no Território Invernada dos Negros estão em atraso devido a indisponibilidade de recursos financeiros e humanos específicos.

- Capacitação Ambiental

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013: 03 eventos de capacitação para técnicos da ATER (Abelardo Luz, Fraiburgo e Rio Negrinho) e 02 eventos para servidores do INCRA (Chapecó e Sede)

Tarefas:

1. Elaboração da apresentação;
2. Apresentação nas regiões.

Marco/Produto:

1. Apresentação disponibilizada para os técnicos;
2. Capacitação realizada

Prazo do Marco/Produto: 1. Março de 2013.

Responsável(is): SR-10/T e Serviço de Meio Ambiente

Atual estágio de implantação: Executado. Foram realizados os 3 eventos de capacitação para técnicos da ATER e outros dois eventos para servidores do INCRA

Justificativas: Com a promulgação do novo Código Florestal (Lei 12.651), no final do ano de 2012, o Serviço de Meio Ambiente do Incra sentiu a necessidade de que os profissionais que atuam na assistência técnica nos assentamentos – ATER, bem como os próprios servidores do INCRA, fossem adequadamente instruídos para atuarem em consonância com a nova legislação. Por esta razão, foram realizados os eventos de capacitação previstos nesta meta, que ocorreram exatamente de acordo com o planejado.

Meta PPA 2012-2015: Qualificar 37.500 agentes de desenvolvimento rural para atendimento a famílias da agricultura familiar e assentadas da reforma agrária, 300 agentes para atuação junto às comunidades indígenas e 250 agentes para atuação junto às comunidades quilombolas, garantindo participação de pelo menos 35% de mulheres.

Desenvolvimento Sustentável de Projetos de Assentamento

Tema: Estruturação Produtiva - Financiamento

Ações Propostas:

- 1) Aplicar ou recolher os recursos financeiros do crédito instalação depositados nas contas das associações**

a) Constituir Grupo de Trabalho em cada SR para força tarefa para aplicação dos recursos financeiros

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas: Criação do GT

Marco/Produto: Comissão de Crédito
Prazo do Marco/Produto: 30/04/2013
Responsável(is): Superintendente Regional e Chefe da SR-10/D
Atual estágio de implantação: Executado.
Meta PPA 2012-2015:

- Aplicar os recursos do crédito instalação depositados em conta

Meta Nacional:

2013: 1 bilhão;

2014: 1 bilhão

Meta Proposta SR-10:

2013 - R\$ 5.842,514,20;

2014 - R\$ 5.000.000,00

Tarefas:

1. Discriminar o crédito depositado por modalidade;
2. Elaborar plano de aplicação e/ou recolhimento dos recursos, com cronograma;
3. Aplicar e/ou recolher os recursos observando, particularmente, os seguintes indicativos:

- aplicação dos recursos de Apoio Inicial, Fomento em P.As com ATES e incluídos no PBSM; recolhimento dos recursos de habitação naqueles casos em que há opção e concordância de transferência da família para o PMCMVR; recolhimento dos recursos dos P.As que não tem perspectiva de ATES para 2013 e 2014.

Marco/Produto:

1. Relatório/Planilha com discriminação do crédito;
2. Plano elaborado;
3. Aplicação/recolhimento dos recursos

Prazo do Marco/Produto: 1. 30/05/2013; 2. 30/05/2013; 3. 31/12/2013 e 31/12/2014.

Responsável(is): Asseguradora do Crédito Instalação

Atual estágio de implantação: Executado conforme Portaria/INCRA/P/n.º 352/2013

Justificativas: Em maio de 2013 foi concluído o levantamento dos saldos dos créditos em depositados em conta. No entanto, em junho de 2013 a Portaria n.º 352/2013 determinou a suspensão das operações de concessão de Crédito Instalação às famílias assentadas e determinou o recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação depositados pela Autarquia nas contas bancárias abertas para esse fim. Apenas foi possível o restabelecimento das operações de crédito instalação cuja execução do crédito junto aos beneficiários já tinha sido iniciada, desde que a data do último débito em conta corrente fosse posterior a 12/06/2012 e houvesse nota fiscal ou recibo de prestação de serviço emitido até 13/06/2013 e atestado no ano de 2013.

Para as demais situações, a construção e reforma de casas passou a ser realizado por meio do programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), com os projetos sendo elaboradas por uma entidade organizadora e financiados pela Caixa Econômica Federal.

Créditos na modalidade apoio inicial e fomento não foram mais executados após julho. Um novo modelo para esses créditos está sendo definido em âmbito nacional, com mudanças em valores e forma de operacionalização serem implementados a partir de 2014. Em razão da referida mudança, a aplicação de crédito foi excluída dos critérios de avaliação da instituição pelo Incra/Sede.

b)Liquidar ou cancelar recursos de RAP para crédito

- Liquidar ou cancelar recursos de RAP para crédito

Tarefas: Discriminar o crédito depositado por modalidade

Marco/Produto: Detalhamento realizado

Prazo do Marco/Produto: 30/05/2013

Responsável(is): Asseguradora do Crédito Instalação

Atual estágio de implantação: Executado conforme Portaria n.º 352/2013

c)Conceder crédito instalação para famílias assentadas no Programa BSM

- Realizar batimento das informações e conceder crédito instalação para as associações

Meta Nacional:

2013: 100% das famílias indicadas para o PBSM contempladas com Apoio Inicial e Fomento

Meta Proposta SR-10:

2013: 119 fam. Apoio inicial (PAs 25 de Março, Neri Fabris); 40 fam. Fomento (PA 17 de Abril)

2014: 137 fam. fomento (PAs 25 de Março, Neri Fabris e Miguel Fortes da Silva)

Tarefas:

1. Qualificar as informações identificando as famílias aptas;
2. Atualizar / corrigir no SIPRA os dados de crédito das famílias BSM;
3. Depositar os recursos em conta.

Marco/Produto:

1. Famílias e modalidades definidas;
2. Dados de crédito atualizados / corrigidos no SIPRA;
3. Recursos depositados

Prazo do Marco/Produto: 31/12/2013 (para os três marcos/produtos)

Responsável(is): Asseguradora do Crédito Instalação

Atual estágio de implantação: Executado conforme Portaria n.º 352/2013

Meta PPA 2012-2015: 1) Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher; 2) Conceder Crédito Fomento a 50 mil famílias assentadas no âmbito do Plano Brasil sem Miséria.

d)Ampliar a aplicação da modalidade Apoio Mulher

- Intensificar a aplicação do crédito na modalidade Apoio Mulher

Meta Nacional:

30% das operações dos assentamentos que tem ATES deve ser da modalidade Apoio Mulher

Meta Proposta SR-10:

2013: 15 famílias;

2014: 15 famílias

Tarefas:

1. Identificação dos assentamentos e das beneficiárias;
2. Divulgação da modalidade nos PA;
3. Depósito em conta;
4. Atualização / correção do SIPRA com os dados de crédito das famílias beneficiadas

Marco/Produto:

1. Beneficiárias potenciais identificadas;
2. Modalidade de crédito divulgada;
3. Recursos depositados;
4. Dados de crédito atualizados / corrigidos no SIPRA

Prazo do Marco/Produto: 1. 30/08/2013; 2. 30/06/2013; 3 e 4. 31/12/2013

Responsável(is): Asseguradora do Crédito Instalação

Atual estágio de implantação: Executado conforme Portaria n.º 352/2013
Meta PPA 2012-2015: Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher.

e) Conceder crédito-instalação do Programa de RA para os demais assentamentos com ATES.

- Realização levantamento da demanda por crédito nos assentamentos que recebem ATES e conceder crédito instalação para associações

2014:
100% das famílias que recebem ATES contempladas com apoio inicial e fomento;
Meta Proposta SR-10:
2014: 65 novas famílias PA Morro do Taió (parte): 25 famílias. e PA Fazenda CGV: 40 famílias.

Tarefas:

1. Elaborar relatório discriminando famílias e modalidades;
2. Depositar recursos;
3. Atualizar o SIPRA para as famílias beneficiárias

Marco/Produto:

1. Relatório / planilha com a discriminação;
2. Crédito depositado;
3. Atualização do SIPRA

Prazo do Marco/Produto: a) 31/12/2013; b) 30/06/2014; c) 30/05/2014

Responsável(is): Asseguradora do Crédito Instalação

Atual estágio de implantação: Executado conforme Portaria n.º 352/2013. No entanto, é possível que esta meta seja reavaliada ou alterada em razão da Portaria n.º 352/2013.

Meta PPA 2012-2015: Atender 300 mil famílias dentro das distintas modalidades de crédito instalação, sendo 30 mil contratos na modalidade Apoio Mulher.

Tema: Estruturação Produtiva – Assistência Técnica e Extensão Rural

Ações Propostas:

a) Contratar e manter ATES para as famílias assentadas nos assentamentos incluídos no PBSM

- Elaborar chamadas e contratar ATES, assegurando que 52.229 famílias estejam sendo atendidas em 31/12/2013

Meta Nacional:

2013 - 30.273 famílias

Meta Proposta SR-10:

2013: 720 fam. (100%), em execução

2014: 720 fam. (100%), em execução

Tarefas:

- 1) Fazer levantamentos, elaborar e lançar chamada pública de ATES para 720 famílias;
- 2) Selecionar propostas e contratar; 3) Capacitar técnicos de ATES.

Marco/Produto:

- 1 - Chamada pública publicada;
- 2 - Resultado da seleção publicada e contratos assinados;

3 - Serviços de ATES dos novos contratos iniciados.

Prazo do Marco/Produto: 1 e 2 - 31/12/2013; 3 – 30/05/2013

Responsável(is): Equipe de ATER SR-10/D

Atual estágio de implantação: Executado com capacitação efetuada e aditamento dos contratos CRT/SC/7000/12 e 8000/12, cujos prazos de execução se encerram em 17 de fevereiro de 2015.

Meta PPA 2012-2015: Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.

b) Contratar e manter ATES para famílias dos assentamentos com menos de 05 anos de criação

- Levantar demanda, elaborar chamada pública e assinar contratos e assegurando a continuidade dos contratos de ATES para as famílias de assentamentos com menos de 05 anos de criação

Meta Nacional:

2014: 100% das famílias atendidas

Meta Proposta SR-10:

2013: 100% (276 famílias.)

OBS: famílias já inclusas no PBSM

2014: 100% de Inclusão de 65 novas famílias (PA Morro do Taió parte - 25 famílias e PA Fazenda CGV - 40 famílias).

Tarefas:

1 - Realizar chamada para inclusão de 65 novas famílias que não tem ATES;

2 - Pactuar com as prestadoras metas e PA's para renovação de contratos;

3 - Elaborar e assinar contratos a serem renovados para 5.046 famílias (4.981 famílias já foram contratadas em janeiro de 2013);

Marco/Produto:

1 e 3 - Contratos assinados e publicados;

2 - Metas pactuadas;

Prazo do Marco/Produto: 26 de Dezembro 2013

Responsável(is): Equipe de ATER SR-10/D

Atual estágio de implantação: Executado

Meta PPA 2012-2015: 1) Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária; 2) Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.

c) Contratar e manter ATES para famílias dos assentamentos com mais de 05 anos de criação

- Levantar demanda, elaborar chamada pública e assinar contratos e assegurando a continuidade dos contratos de ATES para as famílias de assentamentos com mais de 05 anos de criação

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013: 100 % (4705 fam.)

2014: 100 % (4705 fam.)

Tarefas:

1 - 2013 e 2014: Pactuar com as prestadoras metas e PA's para renovação de contratos;

2 - 2013: Elaborar e assinar contratos à serem renovados;

Marco/Produto: Contratos assinados e publicados.

Prazo do Marco/Produto: 1 - 26/12/2013; 2 – 26/12/2013;

Responsável(is): Equipe de ATER SR-10/D

Atual estágio de implantação: Executado

Meta PPA 2012-2015: 1) Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para 750 mil assentados e assentadas da reforma agrária; 2) Contratação de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para atendimento a 203 mil famílias de agricultores e 50 mil famílias assentadas da reforma agrária no âmbito do Plano Brasil sem Miséria, com acompanhamento diferenciado.

d) Monitorar e fiscalizar os contratos de ATES nas SRs.

- Inserir contratos no SIATER

Meta Nacional:

2013: 100% dos contratos;

2014: 100% dos contratos

Meta Proposta SR-10:

2013: 2 contratos - Lote I e Lote II (100%)

2014: 2 contratos - Lote I e Lote II (100%)

Tarefas:

1 - Inserir os novos contratos de ATES no SIATER (chamada 2012) e treinar as prestadoras para usar o sistema;

2 – Inserir contratos renovados no SIATER e dar treinamento para as prestadoras;

Marco/Produto:

1 e 2 - Contratos no SIATER e Relatórios apreciados no SIATER

Prazo do Marco/Produto: 1 – 30/03/2013 e 2 – 31/12/2013

Responsável(is): Equipe de ATER SR-10/D

Atual estágio de implantação: Executado

Tema: Produção e Comercialização

Ações Propostas:

a) Estimular as ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e de atividades pluriativas da reforma agrária (Terra Forte)

- Fomentar a elaboração e apresentação de projetos no nível regional

Meta Nacional:

Composição da carteira de projetos: 2013: duas vezes ao ano; 1ª Seleção dos projetos

Meta Proposta SR-10:

Atender à demanda dos seguintes projetos:

PA Tracutinga: Micro Abatedouro de Suínos e Bovinos; Diversos PAs de Rio Negrinho: Agroindústria de Processamento Mínimo de Verduras e Frutas; Diversos PAs da região de Ponte Alta: Agroindústria Alimentar.

Tarefas: Retomar as atividades do Programa de Desenvolvimento Sustentável Integrado -

PDSI

Marco/Produto: Reuniões com parceiros visando a retomada do Programa.

Prazo do Marco/Produto: 31/05/2013

Responsável(is): Superintendente Regional

Atual estágio de implantação: Executada a tarefa de retomada do PDSI e articulação de projetos

Meta PPA 2012-2015: Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização.

b) Estimular as ações de produção, beneficiamento e comercialização dos produtos e de atividades pluriativas da reforma agrária (Terra Sol)

- Fomentar a elaboração e apresentação de projetos no nível regional

Meta Nacional:

2013: 16.827 famílias atendidas

Tarefas: Divulgação do programa junto às famílias assentadas.

Marco/Produto: Reuniões com parceiros.

Prazo do Marco/Produto: 31/12/2013

Responsável(is): Superintendente Regional

Atual estágio de implantação: Executado

Meta PPA 2012-2015: Atender 50 mil famílias em projetos de agroindustrialização e comercialização

- Executar o monitoramento e controle dos projetos financiados

Meta Nacional:

2013: 100% dos contratos/convênio monitorados

Meta Proposta SR-10:

2013: 4 contratos/convênios (100%)

Tarefas:

1 – Visitas a campo;

2 – Elaboração de relatórios/contratos;

3 – Lançamento no SICONV.

Marco/Produto: 1 e 2 – Relatórios de visitas elaborados; 3 – SICONV regularizado.

Prazo do Marco/Produto: 31/12/2013

Responsável(is): Chefe da SR-10/D

Atual estágio de implantação: Executado

c) Ampliar o acesso ao PAA/PNAE

- Fomentar a participação dos assentados no PAA/PNAE

Meta Nacional:

2013: 47 mil famílias com acesso a PAA/PNAE

Meta Proposta SR-10:

2013: 809 famílias;

2014: 1600 famílias

Tarefas: Incluir demanda específica nos contratos de ATER para incentivar empresas

Marco/Produto: Relatório informando aos asseguradores de ATER sobre a demanda

Prazo do Marco/Produto: 01/12/2013

Responsável(is): Superintendente Regional
Atual estágio de implantação: Executado. Vale destacar inclusive a apresentação de 5 projetos de PAA e PNAE envolvendo famílias assentadas sob a jurisdição da UJ.

Tema: Formação Profissional

Ações Propostas:

a) Proporcionar capacitação técnica e formação profissional para assentados, técnicos e servidores em áreas temáticas relacionadas com o Programa de Reforma Agrária

- Mobilizar a demanda de acampados e assentados para o PRONATEC CAMPO

Meta Nacional:

2013: 100% dos acampados e assentados enquadrados no CADÚnico mobilizados

2014: 100% dos acampados e assentados mobilizados

Meta Proposta SR-10:

2013: 100%;

2014: 100%

OBS: Para 2013 estão previstos a realização de 12 cursos para assentados (em fase de matrícula dos educandos) em parceria com IFSC e IFC.

Tarefas: Monitorar ocorrência das apresentações dos IF às comunidades mais demandantes, conforme acordado em reunião do Comitê Gestor; Participação nas reuniões do Comitê Gestor e verificação das ações de mobilização das organizações

Marco/Produto: Relatório registrando as ocorrências e apontando ações de mobilização previstas caso a apresentação não tenha sido feita; Memória da reunião

Prazo do Marco/Produto: 31/12/2013

Responsável(is): Asseguradora PRONERA

Atual estágio de implantação: Executado.

Meta PPA 2012-2015: 1) Atender 8.000 jovens e ou adultos, mantendo 2.000 alunos em formação profissional de nível médio e superior, anualmente; 2) Capacitar 3.000 profissionais com bolsas para a formação complementar técnica e especializada, com vistas à atuação na assistência técnica, pedagógica e social

- Realizar o acompanhamento e fiscalização de 4 cursos de residência agrária (Chamada CNPq/MDA/Incra nº 26/2012)

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas: Firmar termo de cooperação técnica entre Incra e Universidades; Realizar acompanhamento e fiscalização.

Marco/Produto: Relatórios de acompanhamento/fiscalização.

Prazo do Marco/Produto: 31/12/2013 e 31/12/2014

Responsável(is): Asseguradora PRONERA

Atual estágio de implantação: executado parcialmente. Foram efetivados três termos de cooperação, dois com a UFSC e um com a UDESC (Residência Agrária - Pós Graduação), com os devidos relatórios de acompanhamento.

Tema: Habitação e Infraestrutura

Ações Propostas:

a) Definir prioridade e consolidar o PMCMVR nos assentamentos da Reforma Agrária

- Indicar os PA contemplados no BSM

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água);

2014: 43.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água)

Meta Proposta SR-10:

2013: 300 famílias;

2014: 300 famílias.

Tarefas: Definir as famílias a serem atendidas em 2013 e 2014;

Marco/Produto: Demanda definida (listagem)

Prazo do Marco/Produto: 30/06/2013

Responsável(is): Superintendente Regional

Atual estágio de implantação: Executado.

Justificativas: No exercício de 2013 houve uma mudança de estratégia por parte do Governo Federal e as habitações em projetos de Assentamento de Reforma Agrária passaram a ser conduzidas dentro do Programa Minha Casa Minha Vida Rura, sob gestão da Caixa Econômica Federal

- Selecionar os PA que tenham/necessitam de acesso (estradas, pontes, etc.) ao lote, luz e água dentre os contemplados no BSM

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água);

2014: 43.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água)

Meta Proposta SR-10:

2013: 300 famílias;

2014: 300 famílias.

Tarefas: Definir P.As a serem atendidos em 2013 e 2014;

Marco/Produto: Demanda definida (listagem)

Prazo do Marco/Produto: 30/06/2013

Responsável(is): Superintendente Regional

Atual estágio de implantação: Executado

- Indicar os P.As não inseridos no BSM

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água);

2014: 43.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água)

Meta Proposta SR-10:

2013: 300 famílias;

2014: 300 famílias.

Tarefas: Definir P.As a serem atendidos em 2013 e 2014;

Marco/Produto: Demanda definida (listagem)

Prazo do Marco/Produto: 30/06/2013

Responsável(is): Superintendente Regional

Atual estágio de implantação: Executado. Em decorrência, foram firmados Convênios com os Municípios de Matos Costa, Calmon, Lebon Regis e Timbó Grande para implantação de infraestrutura, os quais terão execução estendida pelo exercício de 2014.

- Divulgação do PMCMVR

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água);

2014: 43.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água)

Meta Proposta SR-10:

2013: 300 famílias;

2014: 300 famílias.

Tarefas: Divulgar cartilha.

Marco/Produto: Cartilha divulgada/distribuída nos P.As

Prazo do Marco/Produto: 30/07/2013

Responsável(is): Superintendente Regional, Chefe da SR-10/D e Asseguradora do Crédito Instalação.

Atual estágio de implantação: Executado

Justificativas: esta atividade foi executada em parceria com a prestadora de ATER uma vez que os contratos de ATER em execução no exercício previam como uma das metas a realização de Reuniões Sociais nos P.As. Nesse sentido, aproveitou-se o espaço para também fazer a divulgação institucional do PMCMVR.

- Coordenar e promover a mobilização das entidades organizadoras para atender 30 mil famílias em 2013

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água);

2014: 43.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água)

Meta Proposta SR-10:

2013: 300 famílias;

2014: 300 famílias.

Tarefas: Fazer 5 rodadas / reuniões regionais com BB e Caixa, entidades organizadoras e associações dos PA; Encaminhar lista de famílias regularizadas e demais documentos necessários para a entidade organizadora

Marco/Produto: 1. Reuniões realizadas; 2. Listas e documentos encaminhados.

Prazo do Marco/Produto: 30/07/2013

Responsável(is): Superintendente Regional, Chefe da SR-10/D e Asseguradora do Crédito Instalação.

Atual estágio de implantação: Executado parcialmente. A tarefa que envolvia articulação interinstitucional e divulgação do PMCMVR nos P.As foi executada. No entanto, o encaminhamento das listas e documentos está na dependência da indicação, pelas entidades organizadoras, de quais serão os beneficiários que desejam acessar o referido crédito.

Meta PPA 2012-2015: Construir e/ou reformar 120 mil casas.

b) Prover acesso, água e energia elétrica às famílias contempladas pelo PMCMVR.

- Prover Infraestrutura

Meta Nacional:

2013: 30.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água);

2014: 43.000 famílias do MCMV com solução de infra assegurada (luz, acesso e água)

Meta Proposta SR-10:

2013: 910 famílias;

2014: 300 famílias.
Tarefas: Elaborar plano de atendimento (alternativas, parcerias, contratação, orçamento) de infraestrutura para as metas de 2013 e 2014; Executar plano
Marco/Produto: Plano elaborado (2013 e 2014); Plano executado
Prazo do Marco/Produto: 30/05/2013 (Plano Meta 2013); 30/10/2013 (Plano Meta 2014); 31/12/2013 (execução)
Responsável(is): Serviço de Infraestrutura
Atual estágio de implantação: Executado. Como decorrência estão em execução 5 convênios com municípios catarinenses.
Meta PPA 2012-2015: 1) Beneficiar 50 mil famílias com acesso à água; 2) Construir e/ou reformar 25 mil km de estradas.

Tema: Topografia

Ações Propostas:

a) Estabelecer gestão compartilhada com a DF na execução das ações de demarcação topográfica e georreferenciamento

- Levantar passivo de demarcação topográfica e georreferenciamento dos P.As

Meta Nacional: Levantamento concluído
Meta Proposta SR-10:
2013: 1.119 famílias;
2014: 2.174 famílias.
Tarefas: Realizar levantamento
Marco/Produto: Cronograma definido
Prazo do Marco/Produto: 30/03/2013
Responsável(is): Chefe da SR-10/F
Atual estágio de implantação: Executado. Atualmente 79 Projetos de Assentamento apresentam necessidade de demarcação topográfica e/ou georreferenciamento.

b) Executar cronograma estabelecido para a Demarcação Topográfica e Georreferenciamento dos P.As

- Execução direta/contratada/por meio de convênios com parceiros qualificados

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.
Meta Proposta SR-10:
2013: efetivação de contratação;
2014: efetivação de contratação.
Tarefas: Definir cronograma considerando as prioridades
Marco/Produto: Cronograma definido
Prazo do Marco/Produto: 30/03/2013
Responsável(is): Chefe da SR-10/F
Atual estágio de implantação: Não executado.
Justificativas: Devido à indisponibilidade de recursos.

- Fiscalizar a execução física

Meta Nacional: Relatório periódico de fiscalização
Meta Proposta SR-10:
2013: efetivação de contratação;
2014: efetivação de contratação.
Tarefas: Executar cronograma definido
Marco/Produto: Itens do cronograma efetivados
Prazo do Marco/Produto: 31/12/2013
Responsável(is): Chefe da SR-10/F
Atual estágio de implantação: Não executado.
Justificativas: Mesma razão do item anterior

Tema: Supervisão Ocupacional e Titulação

Ações Propostas:

a)Executar Supervisão Ocupacional

- Supervisão Ocupacional nos P.As

Meta Nacional:
2013: 100% das famílias indicadas no MCMVR supervisionadas; 100% dos P.As com denúncia de crime ambiental, processo de elaboração de CAR, titulação e denúncia de compra e venda supervisionados;
Meta Proposta SR-10:
2013: 300 famílias (MCMVR); 400 famílias (outras – crime ambiental, CAR, compra e venda, etc.)
Tarefas: Elaborar plano de ação para Supervisão Ocupacional dos 9 P.As do MCMVR, com demanda orçamentária; Executar a supervisão ocupacional com conferência/atualização no SIPRA; Encaminhar relatório para MPF
Marco/Produto: Plano elaborado; SIPRA atualizado; Relatório encaminhado
Prazo do Marco/Produto: 30/05/2013; 30/07/2013; 31/12/2013
Responsável(is): Chefe da SR-10/D, SIPRA/D, Superintendente Regional
Atual estágio de implantação: Executado parcialmente. Foram supervisionadas 1206 parcelas em 108 P.As, porém ainda não foi encaminhado relatório ao MPF.

Ordenamento da Estrutura Fundiária

Tema: Informações Fundiárias (Cadastro e Cartografia)

Ações Propostas:

a)Gerenciamento do Cadastro Rural

- Ampliar a Rede Nacional de Cadastro Rural

Meta Nacional: Expandir a rede nacional de cadastro para 60% dos municípios brasileiros
Meta Proposta SR-10:
2013 – expansão para 4 municípios
Tarefas:
1) Propor TCTs incluindo 4 municípios;
2) Levantar demanda de TCTs a renovar;

3) Encaminhar processo de renovação de TCTs.

Marco/Produto:

- 1) TCTs firmados/publicados;
- 2) Diagnóstico realizado;
- 3) Processos de renovação encaminhados.

Prazo do Marco/Produto:

- 1) Até Dezembro 2013;
- 2) Junho 2013;
- 3) Até Dezembro 2014

Responsável(is): Serviço de Cadastro Rural

Atual estágio de implantação: 1) Em 2013 chegou-se a 287 dos 295 municípios, com UMC designadas em cumprimento do termo de cooperação com as Prefeituras. Encerrou-se o exercício com cobertura de 95% do estado e apenas 08 municípios sem TCTs firmados, sendo que dentre os mesmos alguns não tem área rural no seu espaço territorial. 2) Levantamento realizado e formalizados os processos para em 2014 renovar 84 dos termos que estão com vencimento previsto para o exercício.

Meta PPA 2012-2015: Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

- Capacitar UMC's

Meta Nacional:

2.000 servidores de UMC's capacitados

Meta Proposta SR-10:

2013 – Realizar capacitação para 287 servidores

Tarefas:

- a) Identificar as UMCs;
- b) Montar cronograma de capacitação das UMC's por pólos;
- c) Capacitar as UMC's

Marco/Produto:

- a) 100% das capacitações realizadas em 2013
- b) 100% das capacitações realizadas em 2014

Prazo do Marco/Produto:

- a) dezembro de 2013;
- b) dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Cadastro

Atual estágio de implantação: 155 servidores de UMCS capacitados em 06 cursos promovidos. A princípio, em médio prazo para 2014, foi prevista a realização de capacitação para 291 servidores. No entanto, como a meta não foi atingida em razão das Prefeituras Municipais nem sempre possuírem condições de assegurar o deslocamento dos seus servidores até o polo definido para a realização do evento, para 2014 está se desenhando uma nova estratégia para um resultado mais eficiente, deslocando os cursos para núcleos mais próximos aos municípios.

Meta PPA 2012-2015: Levar a presença da Rede Nacional de Cadastro Rural para 60% dos municípios jurisdicionados em cada Unidade da Federação, com prioridade para aqueles com maior densidade de imóveis cadastrados no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

- Atualização Cadastral de Imóveis Rurais

Meta Nacional: 600.000 imóveis atualizados

Meta Proposta SR-10:

2013 – 10.000 imóveis atualizados

2014 – 10.000 imóveis atualizados

Tarefas:

a) analisar os formulários de atualização cadastral e respectivos documentos comprobatórios

b) processar as atualizações cadastrais deferidas

Marco/Produto: a) 10% de imóveis atualizados mensalmente

Prazo do Marco/Produto:

a) dezembro de 2013;

b) dezembro de 2014

Responsável(is): Fiscais de Cadastro da SR-10

Atual estágio de implantação: Apesar do indicador da meta não depender apenas da dinâmica de atuação da UJ, em razão da atualização depender muito mais dos proprietário e da dinâmica do mercado de terras, a efetiva atuação junto às UMCs tem promovido uma atualização constante e efetiva nas informações lançadas no SNCR. Nesse sentido, em 2013 foram efetuadas 15.809 atualizações. A médio prazo, a princípio havia sido prevista a mesma meta para 2014. No entanto, em razão da execução de oficinas regionais de planejamento, esta meta foi reavaliada e aumentada para 12.000 imóveis.

Meta PPA 2012-2015: Realizar 1,2 milhão de atualizações cadastrais de imóveis rurais no Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR).

- Qualificar o controle de aquisição de imóveis por estrangeiro (Depurar dados no SNCR)

Meta Nacional: Imóveis corrigidos (contido na meta dos 600.000 imóveis atualizados)

Meta Proposta SR-10:

2013 e 2014 – Identificar os dados inconsistentes para posterior depuração no SNCR.

Tarefas:

a) Relacionar imóveis encaminhados pela SEDE para correção dos inconsistentes;

b) Atualizar diagnóstico dos imóveis inconsistentes;

Marco/Produto: Diagnóstico atualizado e Notificações expedidas.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Cadastro

Atual estágio de implantação: O sistema não está disponibilizado para a SR(10)

Justificativas: Inúmeras gestões junto à Coordenação de Cadastro tem sido feitas para resolver esse problema. Aproximadamente 30 processos de aquisição de imóveis por estrangeiros foram analisados no exercício, porém sem sistematizado.

Meta PPA 2012-2015: Fiscalizar a aquisição e o arrendamento de terras por estrangeiros em todo o território nacional, com ação cadastral prioritária em imóveis adquiridos por pessoas, inclusive brasileiras com capital estrangeiro, que estejam situados prioritariamente em áreas estratégicas para o País, com alta valoração e acima de 20 módulos de exploração indefinida.

b) Eliminação do Passivo Processual nos Processos de Certificação de Imóveis Rurais

- Monitorar a execução dos processos em andamento na SR-10 e no CIGEx

Meta Nacional: 31 mil processos analisados e concluídos

Meta Proposta SR-10:

2013 – 120 analisados na SR-10

Tarefas:

a) Identificar quantitativo mensal de processos de certificação na SR;

b) Intensificar a análise dos processo de certificação;

c) Verificar a possibilidade de nova remessa de processos para inclusão no termo de cooperação com o Exército;

Marco/Produto:

a) Planilha de controle de processos em andamento atualizada mensalmente;

b) 240 processos analisados pela SR até 2014;

c) Encaminhar Memorando à Diretoria de Ordenamento – DF.

Prazo do Marco/Produto:

a) Dezembro 2013 e Dezembro de 2014;

b) Dezembro de 2013 e 2014;

c) Junho 2013.

Responsável(is): Comitê Regional de Certificação

Atual estágio de implantação: Em 2013, 178 novos processos de certificação foram autuados na Superintendência Regional, sendo que apenas 79 tiveram análise que resultou em condições de emissão da certificação. É importante frisar que o resultado de processos certificados não representa o quantitativo de processos analisados. Este universo é muito maior, pois, antes da certificação, diligências se mostram necessárias para sanar as pendências técnicas ou documentais do dossiê apresentado pelos proprietários. O passivo de processos existente atinge a marca de 180 processos, universo este que deve se tornar insignificante pela disponibilidade e opção dada ao SIGEF. A tendência é que os processos a serem analisados diminuam em função dos pedidos de arquivamento de processos de certificação devido à migração para o SIGEF. A médio prazo, a princípio havia sido prevista a análise de 240 processos na UJ. No entanto, com a implantação do SIGEF esta meta também será reavaliada.

Meta PPA 2012-2015: Emissão de certidão de certificação de 100 milhões de hectares.

c)Ampliação do número de polígonos georreferenciados na base cartográfica digital

- Inserir no banco de dados cartográfico do INCRA os limites de imóveis certificados, áreas públicas, assentamentos, imóveis regularizados e territórios quilombolas

Meta Nacional: 40 mil imóveis georreferenciados inseridos no banco de dados cartográficos

Meta Proposta SR-10:

2013 – 120 imóveis georreferenciados

Tarefas:

a) Analisar Processos, notificar e certificar imóveis;

b) Inserir os imóveis certificados no banco de dados cartográficos do Incra.

Marco/Produto:

a) Imóveis analisados e certificados.

b) Imóveis inseridos no BD cartográfico.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro 2014

Responsável(is): Serviço de Cartografia

Atual estágio de implantação: No exercício de 2013, foi processada a atualização que contempla hoje informações de 138 Projetos de Assentamento da Reforma Agrária no Estado.

Existe um passivo de 20 Projetos de Assentamento que não foram incluídos na base cartográfica digital em razão das peças técnicas carecerem de restituição em razão do tempo em que forma produzidos e as condições técnicas da época.

Vale ressaltar que 12 Projetos de Assentamento são do Estado de Santa Catarina e o georreferenciamento é de responsabilidade daquela entidade.

Meta PPA 2012-2015: Disponibilizar aos órgãos públicos federais, estaduais e municipais 120 mil polígonos de imóveis rurais através do acervo fundiário digital do INCRA, mediante: a. Inserção no banco de dados geográfico do INCRA de limites de imóveis rurais particulares e áreas públicas georreferenciadas e certificadas; b. Interoperabilidade de dados via rede mundial de

computadores, segundo os padrões da infraestrutura nacional de dados espaciais (INDE)

Tema: Fiscalização Fundiária

Ações Propostas:

a) Finalização de Processos de Fiscalização remanescentes da Portaria 12/2006

- Qualificar o Passivo de Processos existente nas SR's

Meta Nacional:

2013 - 40% dos processos de fiscalização finalizados

2014 - 60% dos processos de fiscalização finalizados

Meta Proposta SR-10:

2013: 100% dos processos de fiscalização finalizados

2014: 100% dos processos de fiscalização finalizados

Tarefas: Concluir a análise do único processo aberto.

Marco/Produto: Processo de fiscalização finalizado

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Cadastro e Fiscalização

Atual estágio de implantação:

Justificativas: Foram abertos alguns processos de fiscalização na UJ, todavia essa ação está computada junto as demais análises processuais de cancelamento e de desmembramento de imóveis rurais solicitadas pelos proprietários sob a égide do Decreto 62.504/68, que regulamentou o art. 65 da Lei 4.504 /64, e no Decreto-lei nº 57/66. Estas atividades representam um volume de mais de 250 processos/ano, envolvendo 04 servidores em tempo integral. Compete ao Incra manifestar-se nas alterações de imóveis rurais cujos procedimentos estão contidos nessa legislação apontada.

Meta PPA 2012-2015: Realizar a fiscalização cadastral de imóveis rurais, elegendo preferencialmente aqueles cuja área ultrapassa a 15 módulos fiscais, verificando a legalidade do domínio e o cumprimento da função social e classificando os imóveis rurais

Tema: Regularização Fundiária

Ações Propostas:

1) Legitimar Posses até 100ha

- Levantar as áreas arrecadadas e/ou desapropriadas, que não tenham levantamento ocupacional ou processo administrativo aberto (SR)

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas: Realizar diagnóstico das áreas arrecadadas/desapropriadas.

Marco/Produto: Relatório quantificando e qualificando o passivo de áreas ainda não identificadas.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2014.

Responsável(is): SR-10/F

Atual estágio de implantação: não executado

Justificativas: Os procedimentos de regularização fundiárias permanecem ainda na esfera da discussão e atualização de normativos. O passivo existente carece de diagnóstico e a redução do quadro de servidores para atuar nessa ação é tema a ser tratado junto a gestão da UJ e do INCRA

Sede, no sentido de busca de soluções para tratar a questão.

Meta PPA 2012-2015: Encaminhar 200.000 imóveis rurais para a regularização fundiária.

2) Ratificar títulos em Faixa de Fronteira

- Consolidar os números de processos abertos nas SRs e extratificar pelo tamanho do imóvel (SR)

Meta Nacional: 20.000 imóveis ratificados (2013);

Meta Proposta SR-10: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

1) Realizar diagnóstico dos processos abertos, indicando as etapas que faltam para conclusão;

Marco/Produto:

Relatório quantificando e qualificando o passivo

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2014

Responsável(is): SR-10/F

Atual estágio de implantação: não executado

Justificativas: Essa ação aguarda a edição do normativo que deverá regulamentar o procedimento. Está sob a gerência do INCRA-sede. Ressalte-se que a médio prazo, a princípio foi prevista a meta de 40.000 imóveis ratificados para 2014. No entanto, em razão da execução de oficinas regionais de planejamento, esta meta possivelmente será reavaliada.

Meta PPA 2012-2015: Promover a regularização e a ratificação de 200 mil títulos de posses em faixa de fronteira, reservadas as competências da Lei 11.952/2009 - Terra Legal.

Tema: Quilombolas

Ações Propostas:

a)Elaborar Relatório Antropológico e as demais peças do RTID

- Fazer nova licitação / convênios / execução direta para elaboração de novos Relatórios Antropológicos

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013: 02 relatórios (comunidade)

Tarefas:

a) Elaborar Termo de Referência;

b) Abrir processo para Realização do pregão ou Termo de parceria

Marco/Produto: Contratação realizada

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e dezembro 2014

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas.

Atual estágio de implantação: Está em negociação com a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), desde junho de 2013, uma parceria para a realização de pesquisa e confecção de 06 relatórios antropológicos. Todavia, a primeira e segunda propostas apresentadas pela UFSC extrapolam os valores médios de custeio praticados no Brasil, o que, caso não ocorra uma readequação de valores, tornando a proposta exequível, remeterá à necessidade de contratação de serviços especializados, via procedimento licitatório, incluindo o quesito técnico.

Meta PPA 2012-2015: Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos (não foi prevista quantitativamente).

- Elaborar o RTID

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013: 02 RTID

Tarefas: Produzir as peças previstas na IN 57

Marco/Produto: Peças do RTID produzidas

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas

Atual estágio de implantação: Não executado. Ação que depende da manifestação da UFSC em razão do Termo de descentralização orçamentária em discussão ou licitação dos serviços. Em paralelo está sendo elaborado um projeto básico no caso da opção de licitação venha a ser decidida. O projeto básico deverá ser concluído até início de maio 2014.

Meta PPA 2012-2015: Contratar e conveniar a elaboração de Relatórios Antropológicos (não foi prevista quantitativamente).

- Publicar o RTID

Meta Nacional: 2013: 35 RTIDs publicados

Meta Proposta SR-10:

2013: 02 RTID publicados

Tarefas:

a) Encaminhar para aprovação do CDR e Sede;

b) Publicar o RTID;

c) Notificar ocupantes, confrontantes e órgãos públicos

Marco/Produto:

a) RTIDs apreciados pelo CDR e aprovados pela Sede;

b) RTIDs publicados;

c) Notificações realizadas.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas.

Atual estágio de implantação: Um litígio entre a Comunidade e o ICMBio, sob observação do Ministério Público Federal impediu o prosseguimento das ações para a publicação do RTID do território quilombola de São Roque.

Justificativas: A médio prazo para 2014 está prevista nacionalmente a publicação de 35 RTIDs. Ao nível regional havia sido prevista a publicação de 02 RTID publicados a médio prazo. No entanto, em razão do atual processo de atualização do plano de ação 2014, é possível que esta meta seja reavaliada, em virtude da conjuntura política e social da área.

Meta PPA 2012-2015: Publicar 190 RTIDs, identificando 660 mil hectares, beneficiando 13 mil famílias.

b) Contestações oferecidas ao RTID

- Analisar técnica e juridicamente as contestações oferecidas ao RTID

Meta Proposta SR-10:

2013 – 03 comunidades

Tarefas:

a) Elaboração de análise técnica

b) Elaboração de análise jurídica

- c) Julgamento do CDR
- d) Notificação do resultado

Marco/Produto:

- a) Parecer técnico e jurídico das contestações concluído;
- b) Notificações realizadas.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas, PFE e CDR.

Atual estágio de implantação: Não executado pois depende da ação anterior, a qual não foi efetivada.

c) Publicar Portarias de Reconhecimento de território quilombola

- Elaborar, analisar e publicar o conjunto portaria de reconhecimento de território quilombola

Meta Nacional:

2013: 15 mil ha reconhecido

Meta Proposta SR-10:

2013 – 02 comunidades (dependendo da resolução da Câmara de conciliação em relação à Comunidade São Roque e da apresentação de contestações e recursos da Comunidade Família Thomaz)

Tarefas:

- a) Aprovação definitiva do RTID pelo CDR;
- b) Elaborar o conjunto portaria e encaminhar para a Sede.

Marco/Produto:

- a) RTID aprovado em definitivo;
- b) Portarias de reconhecimento de território quilombola publicadas pela Sede.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014.

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas e Diretoria de Ordenamento

Atual estágio de implantação: foram realizadas gestões, a exemplo de reuniões interinstitucionais e com as comunidades quilombolas, e adoção de procedimentos normativos legais, como notificações a proprietários/ocupantes e levantamentos em campo, relacionados aos processos de comunidades que já possuem relatório antropológico (Comunidades Quilombolas Morro do Boi e Campo dos Polí), com vistas à definição territorial e elaboração de peças técnicas complementares para a composição do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID). Uma comunidade já possui RTID publicado (Comunidade Quilombola Família Thomaz), porém, não teve a Portaria de Reconhecimento publicada, devido à necessidade de análise de manifestação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR).

Justificativas: 2014: A médio prazo, para 2014, a meta nacional era de 15 mil ha reconhecido e ao nível regional foram previstas 02 comunidades (dependendo da apresentação de contestações e recursos Comunidades Campo dos Poli e Morro do Boi).

Meta PPA 2012-2015: Publicar 140 portarias, reconhecendo 64 mil hectares e beneficiando 14 mil famílias.

d) Inserir dados de todas as comunidades quilombola no Sistema I3Geo e SIPRA

- Localizar e qualificar as informações de todas as comunidades quilombolas com processo aberto no INCRA

Meta Nacional:

2013: 21.479 mil famílias já cadastradas no RTID inseridas no SIPRA

Meta Proposta SR-10:

2013 – 25 famílias

2014 – 80 famílias

Tarefas: Cadastrar e incluir famílias no SIPRA;

Marco/Produto: Famílias incluídas no SIPRA

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas e Gestor do SIPRA.

Atual estágio de implantação: Por decisão institucional foi suspenso o cadastramento das famílias quilombolas no SIPRA. Todavia em algumas comunidades foram feitos novos cadastros e há previsão para 2014 de promover o cadastramento das famílias das comunidades dos 06 imóveis que deverão ser trabalhados os laudos antropológicos.

Justificativas: Nacionalmente, a médio prazo, não foi prevista meta de cadastramento de comunidades quilombolas para 2014. Ao nível regional, a princípio foram previstas para o médio prazo o cadastramento de 80 famílias.

- Atualizar o cadastro das famílias quilombolas dos RTIDs já publicados

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – 83 famílias (Invernada dos Negros);

2014 – 38 (São Roque e Família Thomaz)

Tarefas: Fazer a inclusão das famílias já cadastradas no SIPRA.

Marco/Produto: Famílias incluídas no SIPRA.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013 e Dezembro de 2014.

Responsável(is): Serviço de Regularização de Territórios Quilombolas e SIPRA.

Atual estágio de implantação: Por decisão institucional foi suspenso o cadastramento das famílias quilombolas no SIPRA. Todavia em algumas comunidades foram feitos novos cadastros e há previsão para, a médio prazo, em 2014, promover o cadastramento daqueles 06 imóveis que deverão ser trabalhados os laudos antropológicos.

e) Propor a decretação de territórios quilombolas

- Elaborar, analisar e acompanhar o andamento dos conjuntos decretos

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2014 – 02 decretos (dependendo da Publicação de Portaria das Comunidades São Roque e Família Thomaz)

Tarefas: Elaborar e encaminhar conjunto Decreto para a Sede.

Marco/Produto: Decreto publicado

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2014

Responsável(is): SR(10)/F4 e Diretoria de Ordenamento.

Atual estágio de implantação: Uma comunidade já possui RTID publicado (Comunidade Quilombola Família Thomaz), porém, não teve a Portaria de Reconhecimento publicada, devido à necessidade de análise de manifestação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI/PR). Cabe ressaltar que a referida atividade só possui meta de médio prazo (2014).

f) Desintrusão das áreas decretadas

- Acompanhar e executar o reassentamento das famílias não quilombolas com perfil

para inclusão no Programa de Reforma Agrária

Meta Nacional:

2013: 53 áreas decretadas a serem acompanhadas/monitoradas.

Meta Proposta SR-10: 2013 e 2014 – 01 comunidade (Invernada dos Negros)

Tarefas:

a) identificar as famílias a serem reassentadas

b) Encaminhar relação para o Serviço de Implantação de Projetos de Assentamento (SR-10/T)

Marco/Produto: Famílias Identificadas

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2014

Responsável(is): SR(10)/F4 e Serviço de Implantação.

Atual estágio de implantação: 22 imóveis foram avaliados e culminaram com o ajuizamento de ações para imissão do INCRA em território quilombola, denominado Invernada dos Negros.

Entretanto, em razão da ausência total de disponibilidade de recursos financeiros da União, corre-se o risco de não prosperar e o judiciário arquivar os processos sem a imissão ao INCRA pela ausência do depósito. Os recursos encontram-se empenhados e inscritos em restos a pagar.

Meta PPA 2012-2015: Demarcar, certificar e titular os territórios desintrusados em nome das comunidades quilombolas (não foi prevista quantitativamente).

Administração da Unidade

Tema: Gestão de Convênios

Ações Propostas:

a) Sanar as pendências dos convênios celebrados na vigência da IN 01/97 e Portaria 507

- Gestionar a Tomada de Contas Especial (TCE)

Meta Nacional:

a) Realizar Capacitação em TCE/ Convênios celebrados a luz da IN/STN/01/97/SICONV;

b) Controle e monitoramento.

Meta Proposta SR-10:

2013: Realização de capacitação dos servidores da SR-10 no tema

Tarefas:

a) Atualizar a ordem de Serviço que constitui a comissão permanente de TCE (uma vez que há integrantes já aposentados);

b) Encaminhar processo de solicitação de capacitação específica.

Marco/Produto:

a) Nova Ordem de Serviço publicada;

b) Capacitação realizada.

Prazo do Marco/Produto: a) Maio de 2013; b) Dezembro de 2013

Responsável(is): Chefe da SR(10) A e Serviço de Desenvolvimento Humano

Atual estágio de implantação:

Justificativas: Foram sanadas as pendências e o único processo que se encontrava na condição de “a aprovar”, cujo conveniente é o Governo do Estado de Santa Catarina, foram revistas as metas físicas em razão do material apresentado e a prestação de contas do convênio, em razão das metas físicas está sendo apreciada, com previsão de conclusão em abril/2014.

Tema: Gastos Públicos

a) Promover o desfazimento de bens móveis considerados inservíveis

- Realizar levantamento dos bens móveis passíveis de desfazimentos

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Regional: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

a) Realizar levantamento dos referidos bens na SR-10;

b) Elaborar Ordem de Serviço instituindo comissão de avaliação e classificação dos referidos bens.

c) apurar os bens classificados como inservíveis para iniciar o processo de alienação;

Marco/Produto:

a) Levantamento concluído;

b) Ordens de Serviço Publicadas

Prazo do Marco/Produto:

a) 30 de Abril de 2013;

b) 30 de junho de 2013

Responsável(is): Almoxarifado e Chefe da SR-10/A

Atual estágio de implantação: Executado. O Levantamento dos bens foi concluído, elaborada a Ordem de Serviço instituindo Comissão de Avaliação e Classificação dos referidos bens, publicada em 01/07/2013 com apuração dos bens classificados como inservíveis para iniciar o processo de alienação.

b) Realizar o desfazimento (doação/leilão) de bens móveis considerados inservíveis

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Regional: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

a) Instruir processo de Doação;

b) Realizar Doação

c) Realizar a baixa patrimonial

Marco/Produto:

a) Processo de doação instruído;

b) Doação efetivada;

c) Baixa patrimonial realizada

Prazo do Marco/Produto:

a) 15 de dezembro de 2013;

b) 31 de março de 2014

c) 30 de maio de 2014;

Responsável(is): Comissão a ser constituída e Serviço de Almoxarifado

Atual estágio de implantação: Executado. Processos de Doação devidamente instruídos, publicação em 10/12/2013, doação efetivada, baixa patrimonial realizada.

b) Definir regras para aquisição, locação e utilização de veículos

- Implantar GPS nos veículos oficiais

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – Implantação do serviço em 100% da frota

Tarefas:

a) Licitar a contratação do serviço de monitoramento da frota via GPS.

Marco/Produto: Contratação realizada

Prazo do Marco/Produto: Dezembro 2013

Responsável(is): Chefe de Serviços Gerais

Atual estágio de implantação:

Justificativas: A Diretoria de Gestão administrativa do INCRA, em Brasília, não descentralizou recursos para assegurar a contratação cujo processo já estava em elaboração, sob argumento de que a contratação seria feita pela sede para uma gestão ampliada de toda a frota da autarquia.

- Locação de viaturas

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – Locação de 8 viaturas (5 com motoristas para a Sede e 3 sem motoristas para a Unidade Avançada de Chapecó)

Tarefas:

a) Licitar serviço de locação de veículos e veículos com motoristas

Marco/Produto: Contratação realizada

Prazo do Marco/Produto: 31 de Dezembro 2013

Responsável(is): Chefe de Serviços Gerais

Demandas para outras áreas: DA descentralizar recurso

Atual estágio de implantação: Por ausência de recursos essa ação não prosperou.

Iniciou-se um processo de parceria com o Ministério de Agricultura – Superintendência Regional em Santa Catarina, objetivando apoio através da disponibilização de veículos nas ações do Incra no estado, todavia o processo não prosperou naquele ministério. Aguardamos a solução do Impasse.

Sob essa mesma negociação foi iniciado um processo de doação de veículos do MAPA para a SR(10), que também ainda não produziu resultados.

- Aquisição de viaturas

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – Aquisição de 8 veículos (5 utilitários e 3 veículos de passeio)

Tarefas:

a) Licitar aquisição de veículos

Marco/Produto: Contratação realizada

Prazo do Marco/Produto: Dezembro 2013

Responsável(is): Chefe de Serviços Gerais

Atual estágio de implantação: Não executado.

Justificativas:

O INCRA-Sede centralizou a aquisição de veículos e no exercício de 2013 nenhum veículo foi destinado a UJ.

c) Definir parâmetros de custos administrativos

- Adotar sistema PES (Programa Esplanada Sustentável) e Capacitar servidores no tema

Meta Nacional: Realização de um evento de capacitação

Tarefas:

- a) Cadastrar e alimentar o sistema;
- b) Avaliar resultados

Marco/Produto:

- a) Cadastramento concluído;
- b) Relatório de avaliação do PES concluído.

Prazo do Marco/Produto:

Responsável(is):

Atual estágio de implantação: Alguns contratos tiveram seus registros iniciados no PES pelos gestores designados. A informação ainda foi precária e limitada pela dificuldade de operação e por falta de disponibilidade de servidor para o lançamento. A expectativa é que para 2014 pelo menos 80% dos contratos administrativos tenham seu lançamento no sistema.

d) Implementar rotina de redução de custos

- Configurar as impressoras do INCRA para modo impressão rascunho, frente e verso (6.000 Computadores configurados)

Meta Nacional: Redução de 7,71 % dos custos

Meta Proposta SR-10:

2013 – Configurar 100% das impressoras em uso; locação de 5 novas impressoras/copiadoras/scanner.

Tarefas:

a) Realizar configuração das Impressoras já existentes para impressão rascunho, frente e verso; b) Licitar o aluguel de novas impressoras multifuncionais para as Divisões que não dispõem das mesmas.

Marco/Produto:

- a) Configurações realizadas;
- b) Novas impressoras locadas.

Prazo do Marco/Produto: 30 de junho de 2013 e 30 de setembro de 2013

Responsável(is): Serviço de TI e Chefe dos Serviços Gerais

Atual estágio de implantação: Executado. Renovou-se o contrato de locação de impressoras tomando por base a demanda e as necessidades da SR. Esta priorizado a impressão em rede central e todos os computadores configurados para impressão em frente e verso.

e) Realizar campanha para redução dos gastos e ações sustentáveis (uso de copos, energia, papel, ar-condicionado, impressão colorida) (2 campanhas)

Meta Nacional: Redução de 7,71 % dos custos (meta do Programa Esplanada Sustentável)

Meta Proposta SR-10:

2013 – Realização de 1 campanha de redução de custos (copos, papel, impressão, energia).

Tarefas:

- a) Replicar campanha da sede na SR-10;
- b) Fomentar uso de canecas de cerâmica;
- c) Recolher papéis para reutilizar ou reciclar;
- c) Implantar sensores de presença para reduzir o consumo de energia elétrica.

Marco/Produto:

- a) Campanha realizada;
- b) Aquisição e implantação dos Sensores;

Prazo do Marco/Produto:

- a) Ao longo do ano de 2013;
- b) Setembro de 2013

Responsável(is): Gabinete (assessoria de Comunicação) e Chefe da SR-10/A

Atual estágio de implantação:

Justificativas: Por iniciativa dos servidores algumas ações conscientes podem ser verificadas: transformação de papel utilizado em blocos de rascunho; uso de canecas e copos para redução no consumo dos descartáveis. Ainda assim, cabe ressaltar que foram revistos os pontos de iluminação para instalação de sensores de presença para acendimento e desligamento das lâmpadas em lugares com trânsito eventual, a exemplo da garagem

f)Controlar o spool de impressão por usuário logado e trabalho impresso para cada divisão (Redução de 15% dos custos)

Meta Nacional: Redução de 7,71 % dos custos (meta PES)

Meta Proposta SR-10:

2013 – Configurar a rede da SR-10 para o referido controle.

Tarefas: Controlar o spool de impressão por usuário logado e trabalho impresso.

Marco/Produto: Relatório de avaliação de controle de impressão emitido e encaminhado às Chefias.

Prazo do Marco/Produto: A partir de Junho de 2013 (mensalmente)

Responsável(is): Serviço de TI

Atual estágio de implantação: Após o recebimento de novos equipamentos que desempenharão a função de servidores da rede, um deles foi destinado a servidor de impressão. O software que havia sido posto em teste para controle do spool teve que ser reprogramado. Dessa forma, o relatório de impressão já está sendo gerado porém ainda não iniciou-se uma análise mais apurada das informações explicitadas, em virtude da disponibilização do relatório se recente.

g)Implementar controle dos gastos com ligações telefônicas

- Controlar as ligações telefônicas por usuário/ramal (Redução de 5% dos custos)

Meta Nacional: Redução de 7,71 % dos custos (meta PES)

Meta Proposta SR-10:

2013 – Aquisição de aparelhos digitais que permitem configurar permissões de uso, bloqueio com senha e melhorias na comunicação interna e atendimento ao público.

Tarefas:

- a) Realizar licitação para aquisição dos aparelhos;
- b) Elaborar relatórios mapeando as ligações realizadas por ramal/senha

Marco/Produto:

- a) Aparelhos telefônicos adquiridos;
- b) Relatórios mensais das ligações realizadas.

Prazo do Marco/Produto:

- a) Agosto de 2013;
- b) Setembro 2013

Responsável(is): Chefe de Serviços Gerais

Atual estágio de implantação: Foi autuado um processo para aquisição da primeira etapa de telefones digitais para configuração que permita o controle do uso com senha de registro, entretanto por conflito com a central telefônica existente, o pregão desse item teve que ser cancelado. Por falta de recursos para investimento em material permanente essa ação foi abortada.

- Efetivar a cobrança das ligações não afetas ao trabalho do INCRA

Meta Nacional: Redução de 7,71 % dos custos (meta PES)

Tarefas:

- a) Implantar sistema de permissão de uso nos ramais telefônicos
- b) Elaborar relatório das ligações telefônicas realizadas de cada ramal;
- c) Enviar regularmente os relatórios dos ramais de cada usuário do ramal para ateste;

Marco/Produto:

- a) sistema implantado
- b) relatórios de uso dos ramais telefônicos atestados

Prazo do Marco/Produto: A partir de 01 setembro de 2013.

Responsável(is): Chefe da SR-10/A e Chefias das demais Divisões

Atual estágio de implantação: Em razão da justificativa apresentada na atividade anterior, restaram prejudicadas as tarefas propostas.

Tema: Gestão de Pessoas

Ações Propostas:

a) Capacitação de Servidores

- Executar ação de capacitação

Meta Nacional: 2013: Capacitação de 1.200 servidores;

Meta Proposta SR-10:

2013 – Capacitar 23 servidores

Tarefas:

- a) Levantar demanda de capacitação identificando parcerias potenciais (interna ou externa) para realização de cursos com vista a capacitação coletiva;
- b) Realizar cursos;
- c) Avaliar o aproveitamento dos cursos para a superintendência;

Marco/Produto:

- a) Relatório de levantamento da demanda concluído;
- b) Relatório de identificação das parcerias concluído;
- c) Relatório de conclusão do curso;
- d) Relatório de avaliação de aproveitamento dos cursos

Prazo do Marco/Produto:

- a) Maio 2013;
- b) Até dezembro 2013 e dezembro 2014;
- c) Dezembro 2013 e dezembro 2014 (após cursos).

Responsável(is): Serviço de Desenvolvimento Humano e Chefias das Divisões/Serviços

Atual estágio de implantação: Executado. Nacionalmente foi prevista uma meta de médio prazo - 2014 - de capacitação de 1.200 servidores. Na UJ, a princípio foi proposta a meta de capacitação de 100% dos servidores da Unidade. No entanto, em virtude da atualização/alteração do Plano de Ação 2013, a meta da regional foi reduzida pela Diretoria de Gestão Administrativa para 23 servidores, a qual foi superada conforme está demonstrado no item 5.3.

b) Melhoria da Qualidade de Vida dos Servidores

- Melhoria do Mobiliário e combate a DORT/LER

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – aquisição de mobiliários funcionais adaptados; aquisição de mobiliário para copa; aquisição de 6 impressoras portáteis para uso no campo; aquisição de 13 máquinas fotográficas

Tarefas:

- a) Levantar demanda de aquisição; identificar os mobiliários que atende a necessidade da SR
- c) Realizar processos de licitação.

Marco/Produto:

- a) Levantamento da demanda concluído;
- b) Processos licitatórios lançados e aquisição efetuada.

Prazo do Marco/Produto: a) 30/05/2013; b) 31/10/2013

Responsável(is): Gabinete (Assessoria) e SR-10/A – Serviços Gerais

Atual estágio de implantação: Por ausência de descentralização de recursos para aquisição de mobiliário, essa atividade deixou de ser cumprida.

- Adaptações/Reformas no espaço da Sede

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – montagem de bicicletário e 02 vestiários com chuveiros (masculino e feminino) estimulando o transporte por bicicletas e a prática de esporte;

Tarefas:

- a) elaborar projetos;
- b) realizar licitação(ões);
- c) executar as melhorias.

Marco/Produto:

- a) Projetos confeccionados;
- b) Licitações realizadas;
- c) Melhorias efetuadas.

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013

Responsável(is): Gabinete (Assessoria) e SR-10/A – Serviços Gerais

Atual estágio de implantação: não executado. Está em execução a implantação do bicicletário e um chuveiro no banheiro da sala da cidadania.

- Conclusão Obra do Prédio da Sede

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Proposta SR-10:

2013 – confecção da calçada lateral; confecção de paisagismo; confecção do muro do barracão - garagem

Tarefas:

- a) Fazer projetos;
- b) realizar licitação(ões);
- c) executar as obras.
- d) obter os licenciamentos legais;

Marco/Produto:

- a) Projetos confeccionados;
- b) Licitações realizadas;
- c) Obras efetuadas.
- d) documentação legal da sede obtida;

Prazo do Marco/Produto: Dezembro de 2013

Responsável(is): Diretoria de Gestão Administrativa – DA/ Gabinete (Assessoria) e SR-

10/A – Serviços Gerais

Atual estágio de implantação: Não executado. Pela restrição de quadro de servidores (apenas um engenheiro civil no quadro), essa ação ficou comprometida em razão dos inúmeros processos na área de infraestrutura para Projetos de Assentamento que foram analisados em 2013. Além disso, não houve descentralização de recursos para tal.

Tema: Controle/ Execução Orçamentária e Financeira

Ações Propostas:

a)Gestão de despesa dos contratos administrativos continuados

- Enviar cronograma de despesa dos contratos administrativos continuados para sede

Meta Proposta SR-10:

2013 – Elaboração de planilha

2014 – Elaboração de planilha

Tarefas:

a) Elaborar cronograma de pagamento de despesas administrativas de contratos continuados (atualizar à medida que os contratos forem repactuados)

b) Enviar cronograma para a Sede;

Marco/Produto:

a) Cronograma de desembolso elaborado;

b) Cronograma encaminhados por email's

Prazo do Marco/Produto: a) Maio de 2013; b) Fevereiro 2014

Responsável(is): Chefe da SR-10/A

Atual estágio de implantação: executado

Tema: Processos de Gestão

Ações Propostas:

a)Reorganização do serviço de atendimento ao público na SR

- Reestruturar o serviço de atendimento ao público e protocolo da SR-10

Meta Nacional: Não foi prevista meta nacional para esta atividade.

Meta Regional: Não foi prevista meta regional para esta atividade.

Tarefas:

a)reorganizar o espaço de recepção e atendimento ao público com revisão da atividade da Sala da Cidadania;

b) implantação do serviço de protocolo da SR;

c)capacitar e implantar o sistema de gestão de documentos do INCRA - SISDOC

Marco/Produto:

a)reordenamento do lay out da recepção da SR;

b) resgate do serviço de protocolo;

c) sistema SIDOC implantado em todas as áreas da SR

Prazo do Marco/Produto: a)30/05/2013; b)30/05/2013 ; c)30/05/2013

Responsável(is): Gabinete (Assessoria)

Demandas para outras áreas: DA

Atual estágio de implantação: executado. O serviço de protocolo já esta funcionando junto a

Sala da Cidadania e foi implantado o sistema de documentos SISDOC para cadastrar toda documentação recebidas na SR.

3.Acompanhamento dos principais macroprocessos finalísticos da gestão

3.1 Ordenamento da Estrutura Fundiária

3.1.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 2 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução física e orçamentária

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)	8.371	15.809	31.705,68	30.518,83	29.736,48	29.736,48	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)	-	-	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)	0	0	8.600,00	8.371,05	8.371,05	8.371,05	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)	1	8	800,00	796,55	796,55	796,55	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)	0	0	166.678,67	164.340,58	159.959,12	159.959,12	4.381,46
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)	478,27	64,25	6.503.706,12	6.503.688,12	1.610.281,16	1.610.281,16	4.893.406,96

Fonte: SIAFI/wiki.incra/SIR

Quadro 3 - Ações do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária - Execução de Restos a Pagar*

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física**	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
2105	Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural	Atualização Cadastral (und)		0,00	0,00	0,00	0,00
2114	Estruturação, Implantação e Manutenção dos Sistemas Cadastrais e Cartográficos	Sistema mantido (und)		0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Regularização Fundiária de Imóveis Rurais	Imóvel/Posse Regularizado (und)		849,94	849,94	0,00	0,00
210U	Georreferenciamento de Malha Fundiária Nacional	Imóvel Georreferenciado (und)		0,00	0,00	0,00	0,00
210U	Gestão de Terras Públicas	Área Diagnosticada (ha)		0,00	0,00	0,00	0,00
210Z	Reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas	Portaria de Reconhecimento (ha)		20.000,00	18.409,92	1.590,08	0,00
210Z	Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos	Imóvel Indenizado (ha)		1.972.822,79	9.296,19	1.963.526,60	0,00

Fonte: SIAFI/wiki.incra/SIR

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.1.2 Cartografia

Em 2013, 178 novos processos de certificação foram autuados na Superintendência Regional sendo que apenas 79 tiveram cuja análise resultou em condições de emissão da certificação. É importante frisar que o resultado de processos certificados não representa o quantitativo de processos analisados. Esse universo é muito maior, pois antes da certificação diligências se mostram necessárias para sanar as pendências técnicas ou documentais do dossiê apresentado pelos proprietários. O passivo de processos existente atinge a marca de 180 processos. Universo esse que deve se tornar insignificante pela disponibilidade e opção dada ao SIGEF e a tendência é que os processos a serem analisados diminuam em função dos pedidos de arquivamento de processos de certificação

Desde novembro de 2013 quando foi disponibilizado o SIGEF novas demandas se fizeram presente nas atividades dos 03 servidores lotados no serviços de cartografia: o atendimento por telefone, por correio eletrônico e presencial aos proprietários e responsáveis técnicos interessados em utilizar a nova ferramenta. Foram analisados 151 processos a partir da ferramenta online do SIGEF

Embora o SIGEF vem simplificar e agilizar o procedimento de certificação do imóvel rural, essa realidade não reflete na diminuição de atividades aos servidores lotados na cartografia. O cancelamento e arquivamento de processos já iniciados, devolução de peças técnicas aos proprietários requerentes e ainda o atendimento às pendências que o próprio SIGEF aponta são novas demandas a ser consideradas na apuração da efetividade da atuação dos servidores e da Autarquia.

Na gestão da malha fundiária de responsabilidade da SR(10) devem ser consideradas ainda as ações de lançamento das informações na base cartográfica. No exercício de 2013 foi processada a atualização que contempla hoje informações de 138 dos Projetos de assentamento de Reforma Agrária do Estado.

No que tange a estratégia de atuação e programação para atendimento da exigência legal de certificação gratuita de que tratam o § 3º do art. 176 e o § 3º do art. 225 da Lei no 6.015, de 1973; em razão da limitação de mão-de-obra e recursos disponíveis, nenhum procedimento foi executado. A partir do lançamento do SIGEF, uma vez que se verificou que os possuidores de imóveis que reivindicam o domínio junto ao judiciário apresentam peças técnicas nos critérios legais vigentes, a resposta institucional está na comunicação do sistema suas facilidades e sua gratuidade.

Para 2014 está proposto que sejam elaborados os projetos básicos e a contratação de empresa especializada para realizar o georreferenciamento dos imóveis de propriedade da Autarquia, representados nos 78 Projetos de Assentamento que carecem essa ação.

Crítica: A ação de georreferenciamento de imóveis rurais não é a única e nem a principal atividade do serviço de cartografia da SR(10)SC. Esse destaque é pertinente em razão de que apenas 03 servidores estão lotados nesse serviço e respondem pelo levantamento topográfico para as ações de vistorias para obtenção de imóveis rurais, Regularização Quilombola, Verificação e Retificação de Limites (anuência para imóveis vizinho aos Projetos de Assentamento– Não certificados) e Retificação de parcelamento em PAs.

Dessas atividades os servidores são responsáveis ainda pela produção das peças técnicas.

Uma demanda que avoluma e que não está contemplada nas ações da contabilizadas no relatório de Gestão institucional é o atendimento de demandas do Judiciário e do Ministério público federal, cujas informações só podem ser concedidas após o processamento e análise das informações demandadas. A média é de 30 requisições por semana, com prazos exíguos ao seu atendimento, conflitando com o planejamento de trabalho proposto.

Os valores apropriados para a cobertura dessas ações foi insuficiente tendo sido suportada por outras ações da programação operacional da Superintendência.

3.1.3 Territórios Quilombolas

As atividades de reconhecimento, identificação, delimitação, demarcação e titulação dos Territórios Quilombolas empreendidas pela Superintendência no exercício de 2013, foram profícuas. 02 Portarias de reconhecimento foram publicadas, 04 imóveis imitidos na posse, 22 imóveis ajuizados e 03 imóveis com Kit concluídos.

Os limites financeiros do Governo impediram que o resultado fosse obtido com a imissão na posse desses imóveis cujas ações foram ajuizadas e comprometem a ação para 2014. Os valores forma inscritos em restos a pagar e representam o maior volume de recursos em restos a pagar da Superintendência.

Essa ação exige para seu cumprimento o deslocamento dos servidores a campo, de forma que os demais valores recebidos para as ações de reconhecimento, Delimitação, Desintrusão e Titulação de Territórios Quilombolas e na ação de Indenização de Benfeitorias e de Terras aos Ocupantes de Imóveis Demarcados e Titulados aos Remanescentes das Comunidades de Quilombos, foram aplicados no custeio dos deslocamentos para o desenvolvimento das atividades que compreendem essas ações.

Esta em negociação com a Universidade federal de Santa Catarina, desde o início de 2013, uma parceira para confecção de 06 relatórios antropológicos. Todavia, a primeira proposta apresentada de custos extrapola os valores médios praticados no Brasil o que remeterá ao início de uma nova discussão com as comunidades, que obrigatoriamente devem se por em acordo, em razão do insucesso de contratações passadas para a abertura de novo procedimento licitatório com o quesito técnica inserido na proposta caso realmente não se obtenha êxito na parceria com a Universidade.

Crítica: As atividades de regularização de território quilombola, ao longo do exercício de 2013 forma devidamente atendidas com os recursos necessários ao seu cumprimento. Todavia, como o indicador proposto considera a sua efetividade somente após a imissão na posse dos imóveis, condição que depende do judiciário e que enfrentou a limitação financeira vigente até o momento em que se realiza essa análise, o desempenho nessa ação ficou contaminado e fortemente comprometido.

3.1.4 Principais Atividades de Controle do Gestor

a) Gerenciamento e Fiscalização do Cadastro Rural:

O Estado de Santa Catarina, está dividido em 295 Municípios perfazendo um território com área total de 9.534.618,10 há. Nesse universo, o quantitativo de imóveis rurais cadastrado no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR é de 359.030 imóveis, cuja soma de áreas corresponde a 8.990.755,43 há.

A gestão do Sistema é realizada através de estreita parcerias com as Prefeituras Municipais para designação de um servidor para a Unidade Municipal de Cadastro- UMC. Servidor esse com atribuição de recepcionar as Declarações de Propriedade – DP do município e com perfil para processar as informações no sistema dos imóveis até 4 Módulos Rurais. (indicador variável de acordo com o município/região).

Com as Prefeituras a Superintendência Regional do INCRA firma Termo de Cooperação para assegurar a designação do servidor, a infraestrutura Mínima e consequentemente liberar as senhas de acesso ao sistema, nos limites estabelecidos de perfil, aos servidores indicados. Dos 295 municípios do estado, ao final de 2013, 287 contavam com Unidades Municipais de Cadastro.

As atividades de gestão do SNCR, que compete à SR(10) limitam-se a efetiva capacitação dos servidores designados para as UMCs e a coordenação, supervisão e orientação na execução de todos os procedimentos referentes às atualizações cadastrais, em especial no esclarecimento as operações, uso e acesso ao SNCR. Esse monitoramento é constante com interlocução regular por telefone e por correio eletrônico.

No ano de 2013 foram realizados 06 cursos ministrados por servidores da SR(10) e processadas no Estado 15.809 atualizações cadastrais e emissão de 158.683 Certificados de Cadastro Rurais.

Ações Complementares

Ademais aos procedimentos de gestão do SNCR, compete ao Incra manifestar-se nas alterações de imóveis rurais cujos procedimentos estão contidos no Decreto 62.504/68 que regulamentou o art. 65 da Lei 4.504 /64 e Decreto-lei nº 57/66, cujas atividades representam um volume de mais de 250 processos/ ano, envolvendo 04 servidores em tempo integrais. Afora esses procedimentos de desmembramento, são recepcionado, analisados e processados todos os pleitos de cancelamento de cadastro de imóveis rurais em razão da descaracterização de imóveis rurais e de parcelamento de solos rurais que carecem por normativos legais a autorização da Autarquia para o devido registro legal. Aproximadamente 90 procedimentos em 2013 foram recepcionados.

No que tange a aquisição de imóveis rurais por estrangeiro, seja pessoa física ou jurídica, todo o procedimento também compõe atividades rotineiras da equipe de fiscalização de imóveis rurais.

Embora o quantitativo de processos não atinja a casa dos milhares, a fiscalização cadastral de imóveis rurais é uma atividade complexa e também desenvolvida pelos servidores da equipe de ordenamento da estrutura fundiária e deve ser considerada em razão da gama de ações desempenhadas.

Por último, o levantamento dominial para atender a Divisão de Obtenção e a própria Divisão de Regularização Fundiária é mais uma atribuição a ser computada como tarefa institucional.

Os recursos recebidos forma destinados a cobertura dos deslocamentos de servidores para os cursos de capacitação de UMCs e levantamentos dominiais.

Crítica: Cadastro: Embora o empenho dos servidores para que os procedimentos sejam os mais fidedignos possíveis a gestão local do SNCR vem apontado para a necessidade de um filtro que apure as situações de desmembramento de imóveis sem a devida baixa da área desmembrada. Situação que pode representar uma sobreposição de área não depurada do sistema. Diagnostico já repassado ao INCRA Sede para busca de solução.

Fiscalização: O volume de atividades é significativo e a relação com a disponibilidade de mão de obra de servidores lotados na Divisão, o que representa uma fração imprópria, comprometendo os prazos de atendimento á demanda. Esses processos são diligenciados, conferidos e revisados antes da sua emissão e assinatura da documentação aos proprietários e Cartórios de Registro de imóveis competentes

b)Regularização Fundiária

As ações de regularização fundiária no estado de Santa Catarina, nos últimos anos estiveram sustada por diretriz institucional. Para 2014, em razão da iminência de edição de novo normativo de legitimação de posse, várias ações estão sendo propostas como o diagnóstico do passivo; Sistematização dos processos e livros fundiários e a retomada dos processos de doação das áreas comunitárias ainda sem destinação.

Os poucos recursos recebidos para essa ação forma destinados à cobertura dos deslocamentos da equipe que contribuiu para a construção do novo normativo a ser editado.

Cabe ressaltar que em 2013 a UJ foi alvo de rotina de auditoria interna do INCRA-Sede, a qual buscou conferir a regularidade de processos bem como do Plano de Providências da UJ, bem como auditoria na área do Módulo Monitoramento e Avaliação, objetivando a conferência nos processos físicos da fidedignidade das informações lançadas pela UJ no referido sistema e se as mesmas estavam de acordo com o Manual de Conceitos que subsidia o lançamento dos dados.

3.1.5 Indicadores

a) Índice de Cadastramento de imóveis rurais

O índice de Cadastramento de imóveis rurais representa o percentual de imóveis rurais do estado cadastrados no SNCR em razão da área total do estado. Em Santa Catarina, área abrangida pela SR(10)SC, 94,29% do território se encontra cadastrado no SNCR.

Para 2014 as estratégias propostas estão focadas na ampliação dos municípios com UMCs até a cobertura total do Estado somada a capacitação desses agentes. Bem como, adoção de procedimentos que permitam identificar confirmando ou não a sobreposição suposta.

Crítica ao Indicador: É importante frisar que a área total do estado, considerada na construção do indicador, inclui o espaço territorial urbano, de forma que sua representação merece ser reavaliada.

b) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis

O resultado obtido na formula definida para apurar esse índice não representa a realidade processual da certificação de imóveis rurais desde a entrada em vigor do SIGEF com a edição da Portaria Nº 486, a Instrução Normativa Nº 77 e a Norma de Execução Nº 107, modernizando as ações de certificação de imóveis rurais, que serão processadas pelo Sistema de Gestão Fundiária – SIGEF, automaticamente via WEB.

O valor obtido no indicador atual apresenta uma eficiência de 44, 38 %, considerado excelendo se consideradas todas as ações da Autarquia afetas ao serviço de cartografia em razão da disponibilidade de servidores.

c) Índice de Regularização Fundiária.

Sem registro de Atividades que compõem o índice.

d) Índice de Cadastramento de imóveis rurais

O índice de Cadastramento de imóveis rurais representa o percentual de imóveis rurais do estado cadastrados no SNCR em razão da área total do estado. Em Santa Catarina, área abrangida pela SR(10)SC, 94,29% do território se encontra cadastrado no SNCR.

Para 2014 as estratégias propostas estão focadas na ampliação dos municípios com UMCs até a cobertura total do Estado somada a capacitação desses agentes. Bem como, adoção de procedimentos que permitam identificar confirmando ou não a sobreposição suposta.

Crítica ao Indicador: É importante frisar que a área total do estado, considerada na construção do indicador, inclui o espaço territorial urbano, de forma que sua representação merece ser reavaliada.

e) Índice de análise de processos de Certificação de Imóveis

O resultado obtido na formula definida para apurar esse índice não representa a realidade processual da certificação de imóveis rurais desde a entrada em vigor do SIGEF com a edição da Portaria Nº 486, a Instrução Normativa Nº 77 e a Norma de Execução Nº 107, modernizando as ações de certificação de imóveis rurais, que serão processadas pelo Sistema de Gestão Fundiária –

SIGEF, automaticamente via WEB.

O valor obtido no indicador atual apresenta uma eficiência de 44, 38 %, considerado excelendo se consideradas toas as ações da Autarquia afetas ao serviço de cartografia em razão da disponibilidade de servidores.

f)Índice de Regularização Fundiária

Sem registro de Atividades que compõem o índice.

Quadro 4 - Indicadores do macroprocesso Ordenamento da Estrutura Fundiária.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de Cadastramento de imóveis Rurais	Indica o percentual de imóveis cadastrados no SNCR conforme a Lei 5868/72, em relação à superfície total no nível de agregação.	Porcentagem	(Superfície ocupada por imóveis cadastrados (ha), dividido pela superfície total da área abrangida pela Jurisdição do INCRA, no nível de agregação(ha) multiplicado por 100.	Superfície ocupada por imóveis cadastrados – Disponíveis no SNCR.= 9.534.618,10	94,29
				Superfície total da área abrangida pela jurisdição no nível de agregação (ha) – Conforme disponível em www.ibge.gov.br . 8.990.755,43	
Índice de análise de processos de Certificação de imóveis	Indica o percentual de processos de Certificação finalizada no exercício em relação aos processos protocolados no exercício, conforme descrito na IN-INCRA 25/2005 e NE 80/2008, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de processos com análise de certificação finalizada[1] no exercício, dividido pelo número de processos de certificação protocolados no exercício, no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de processos com análise de certificação finalizada no exercício – conforme indicado nos sistemas SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação Estaduais. Fonte: Certificaweb = 79	44,38
				Número de processos de certificação protocolados no exercício – Conforme sistema SISPROT, SIR e Comitês Estaduais de Certificação. Fonte: Certificaweb = 178	
Índice de Regularização Fundiária	Indica o percentual de imóveis regularizados e titulados no exercício nos termos da Lei 11.952/2009, regulamentada pelo Decreto 6992/2009, IN 45/2008 e eventuais legislações estaduais, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(Número de imóveis regularizados e titulados no exercício dividido pelo número de imóveis com processos de regularização fundiária iniciado no exercício[2], no nível de agregação) multiplicado por 100.	Número de imóveis regularizados e titulados – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	-
				Número de imóveis com processo de regularização fundiária iniciado – Conforme sistema SISPROT, SIR e SISTERLEG.	

3.1.5 Para Superintendências localizadas em área de fronteira internacional e região Nordeste

Não se aplica à UJ

3.2 Obtenção de Recursos Fundiários e Implantação de Projetos de Assentamento

3.2.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 5 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores pagos	Restos a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)	5.000	3.482,25	137.809,14	137.785,70	129.629,70	129.629,70	8.156,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)	100	51	3.584,40	3.584,40	3.584,40	3.584,40	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	167.247,02	87.499,85	80.004,76	80.004,76	7.495,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)	1	0	11.184,52	10.502,40	10.502,40	10.502,40	0,00

211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)	0	0	15.000,00	12.476,61	12.476,61	12.476,61	0,00
------	--	---------------------------	---	---	-----------	-----------	-----------	-----------	------

Fonte: SIAFI/wiki.incr/SIR

*Quadro 6 - Ações do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos - Execução de Restos a Pagar**

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
211A	Vistoria e Avaliação para Obtenção de Imóveis Rurais	Vistoria realizada (ha)		135,72	135,72	0,00	0,00
211A	Cadastro, Seleção e Homologação de Famílias Beneficiárias do Programa Nacional de Reforma Agrária	Família assentada (und)		1.003,10	1.003,10	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenização Inicial nas Aquisições de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)		189.531,08	189.531,89	0,00	0,00
211B	Pagamento de Indenizações Complementares nos Processos de Desapropriação de Imóveis Rurais para Reforma Agrária	Emissão de TDA (ha)		0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Gestão Ambiental em Projetos de Assentamento de Reforma Agrária	Assentamento beneficiado/monitorado (und)		0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Licenciamento Ambiental de Assentamento da Reforma Agrária	Licença protocolada (und)		5.418,67	4.395,27	1.023,40	0,00

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.2.2 Demonstração da estratégia local para a prospecção de terras públicas e privadas para utilização no Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA)

Esta UJ adota como estratégia de planejamento a eleição de áreas prioritárias de atuação fundamentadas no diagnóstico regional, como sendo a área contínua de terra dentro da Unidade da Federação, em que a Superintendência Regional do INCRA destaca como sendo a área eleita para a implementação de ações fundiárias, visando a obtenção de terras para o assentamento de trabalhadores rurais ou regularização fundiária, de conformidade com o diagnóstico realizado no Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA.

A UJ procurou atingir todas as metas estipuladas, executando os trabalhos dentro de um planejamento que levou em conta a capacidade operacional, os recursos programados, os servidores, os imóveis decretados para reforma Agrária e aqueles que poderão ser decretados e consequentemente a imissão de posse para finalmente remover o maior número de acampados para dentro dos assentamentos criados, considerando a capacidade técnica de viabilidade.

O objetivo principal das atividades foi a desapropriação para fins de Reforma Agrária, que demanda a meta de vistorias preliminares com o foco de identificar os imóveis que não estão cumprindo com a Função Social, preconizado nos artigos 184 e 186 da Constituição Federal.

No exercício de 2013, a UJ atuou com seus mecanismos de fiscalização através de análise criteriosa para escolha das áreas feita no Sistema Nacional de Cadastro Rural - SNCR e também através dos processos de imóveis que são apresentados ao setor de Cartografia, visando à certificação do georeferenciamento dos mesmos. A interface de contato com os movimentos sociais não foi desconsiderada, em respeito aos mesmos à ansiedade social pela luta da terra.

Importante atuação neste ano de 2013 foi a atuação junto às Procuradorias da Fazenda Nacional visando a fiscalização de imóveis que estão em processo de penhora judicial, a qual aparentemente apresentou resultado discreto ainda em relação à publicação da Portaria AGU 514/2011, que trata da oportunidade de oferecimento para adjudicação pelo INCRA dos imóveis penhorados.

Em todas as fases processuais existe uma gama de atividades e normas a serem seguidas, exigindo os deslocamentos necessários a campo. Assim, diante de tamanho desafio, há o direcionamento para algumas estratégias de ações, tais como:

- Ação de vistorias em áreas prioritárias onde há presença e concentração de latifúndios, demanda social em iminência de conflitos ou em evidência, localização, IDH baixo, região com tendência de processos migratórios, análise socioeconômica, entre outras;
- Levantamentos prévios nos imóveis acima de 15 módulos fiscais;
- Monitoramento constante dos processos de obtenção;
- Foco das ações dos Peritos Federais, Analistas e Técnicos da Reforma Agrária nas vistorias preliminares.

A estratégia de atuação prioritária para obtenção de imóveis para a implantação de Projetos de Assentamentos é a desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária, instrumento constitucional regulamentado pela Lei 8.629/93. Entretanto no estado de Santa Catarina, em algumas regiões, onde não é mais possível encontrar imóveis improdutivos ou passíveis de desapropriação, utiliza-se a opção da aquisição por compra e venda prevista no Decreto nº. 433/92, que não é atrativa aos proprietários rurais em virtude dos longos prazos para resgate dos Títulos da Dívida Agrária. Há, ainda, como alternativa aos dois instrumentos anteriores, a Lei nº. 4.132/62, que trata da desapropriação por interesse social, cujo uso pela autarquia ainda é incipiente.

3.2.3 Considerações gestão dos valores descontados no exercício referentes a áreas de reserva legal e preservação permanente

Em todos os imóveis rurais fiscalizados e desapropriados no ano de 2013 pela SR(10)-T tiveram valores descontados em função do descumprimento da função social, especialmente às

áreas de preservação permanente.

Em Santa Catarina, os imóveis rurais Fazenda Cabaçais e a Fazenda Butiá tiveram valores descontados para compor o passivo ambiental:

- Fazenda Cabaçais, localizada no município de Ponte Alta, com laudo de fiscalização nº.54210.001114/2011-91, através da ordem de serviço de nº. 029/2011, área de 119,4974 hectares e término dos trabalhos em dezembro de 2011. Em 2013, foi elaborado o Laudo de Vistoria e Avaliação devido o referido imóvel ter sido considerado improdutivo.

- Fazenda Butiá, localizada no município Rio Negrinho, com laudo de vistoria e avaliação de nº. 54210.000170/2012-90, área de 816,2501 hectares, processo iniciado no ano de 2012 e concluso em fevereiro de 2013. Avaliado também em 2013 devido o mesmo ter sido considerado improdutivo.

3.2.4 Informações sobre os imóveis desapropriados

Processo nº. 54210.000170/2012-90, imóvel Fazenda Butiá II, com área total de 1.802,6570 hectares e área desapropriada de 699,9260 (seiscentos e noventa e noventa e nove hectares, noventa e dois ares e sessenta centiares) hectares. Este imóvel estava em tramitação desde o ano de 2004

Processo nº 54210.001106/2013-15, imóvel remanescente de 669,3899 hectares da matrícula nº 3.177, registrada com 1.397,2000 hectares, denominado “FAZENDA SALTO DO ITAJAÍ ou MORRO DO TAIÓ”, localizado no Município de Santa Terezinha, SC no Estado de Santa Catarina, declarado de interesse social para fins de Reforma Agrária, através do Decreto nº 93.550/86, publicado no D.O.U. de 07/11/86, cuja imissão de posse se deu em 11 de março de 1987.

Estes dois imóveis desapropriados foram resultado de anos de análise jurídica e técnica e que apresentaram seus resultados conclusos no ano de 2013.

3.2.5 Estratégia de atendimento do público alvo da reforma agrária

Na execução física dessa ação, foram cadastradas, 239 famílias distribuídas em acampamentos de agricultores Sem Terra e atingidos por barragens,. Estas famílias foram contempladas pelo PNRA no ano de 2013. Além disso, foram cadastrados 173 (cento e setenta e três) assentados através de retomadas de lotes, segundo o Relatório Gerencial – REL 0229 extraído do SIPRA.

Em 2013 foi possível a materialização dos acampamentos com coordenadas geográficas. Fica o destaque que os acampamentos são dinâmicos e inconstantes, deslocando-se para várias regiões conforme orientações dos movimentos sociais, atuando também em várias frentes, como ocorreu em movimentos dos atingidos por barragens - MAB.

Importante consideração é a criação do Projeto de Assentamento Edson Soibert no município de Rio Negrinho para 40 famílias e o Projeto de Assentamento Morro do Taió II, para 36 famílias. Estas 76 famílias não puderam ser contempladas no SIPRA ainda no exercício de 2013 devido terem sido cadastradas nos últimos dias do ano.

3.2.6 Principais atividades de controle do Gestor

O objetivo principal nas ações preparatórias para obtenção de imóveis rurais foi obter maior eficácia quanto aos imóveis vistoriados e que efetivamente destinados à implantação de Projetos de Assentamentos.

Neste sentido buscou-se elevar o índice de anos anteriores que variavam entre 10% e 15%, a utilização de análises baseadas em imagens de satélite concomitante às análises cadastrais e cartorárias, possibilitando assim que com um menor número de vistorias obtermos um maior número de imóveis viabilizados para o programa de reforma agrária.

Dentro deste conceito projetou-se a capacidade operacional para vistorias em 10 imóveis

rurais. Tentou-se a fiscalização de 10.000,0000 hectares

Através das ações executadas pela Procuradoria Federal Especializada e pela Divisão de Desenvolvimento foi possível o reassentamento em lotes vagos de 173 (cento e setenta e três) famílias, demonstrando assim a necessidade do acompanhamento dos assentamentos já consolidados na identificação real da ocupação das terras. Em 2013 foi possível a materialização dos acampamentos com coordenadas geográficas.

Vale ressaltar que o condicionamento dos usos das terras à função social através da justa e adequada distribuição da propriedade, com exploração racional e de recuperação social e econômica de regiões no estado de Santa Catarina foi executada a partir do ano de 2008 com ênfase à localização de áreas em conformidade ao estabelecido pelo II PNRA e do Diagnóstico Regional, objetivando um crescimento econômico regional com distribuição de renda, geração de empregos, preservação do meio ambiente e principalmente a busca da segurança alimentar, sempre impulsionados pelas economias locais.

Iniciou-se então um processo de análise dos dados constantes no SNCR – Sistema Nacional de Cadastro Rural, identificando mesmo que com dados atualizados a partir de 2010, os imóveis rurais com área igual ou superior a 15 Módulos Fiscais principalmente das regiões que apresentavam um baixo IDH, associados a uma exploração visivelmente voltada à monocultura do *Pinus sp.*, e que apresentaram em suas declarações apresentadas ao INCRA, como imóveis improdutivos, sem alcançarem os índices necessários para considerá-los produtivos, bem como em regiões onde até então não tinha ocorrido uma ação mais contundente do INCRA, principalmente no planalto lageano, região de Lages, Capão Alto e Campo Belo do Sul.

Vale ressaltar ainda o controle da evolução das Vistorias efetivadas pela UJ através de planilha própria, a qual serviu de suporte para alimentar os dados referentes às ações da UJ, no referido macroprocesso, no Módulo Monitoramento do SIR.

Cabe ressaltar que em 2013 a UJ foi alvo de rotina de auditoria interna do INCRA-Sede, a qual buscou conferir a regularidade de processos bem como do Plano de Providências da UJ, bem como auditoria na área do Módulo Monitoramento e Avaliação, objetivando a conferência nos processos físicos da fidedignidade das informações lançadas pela UJ no referido sistema e se as mesmas estavam de acordo com o Manual de Conceitos que subsidia o lançamento dos dados.

3.2.7 Indicadores

Quadro 7 - Indicadores do macroprocesso Obtenção de Terras e Implantação de Assentamentos.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de gastos com Obtenção de Terras	Indica o gasto com obtenção de terras efetuada pelo INCRA por hectares, no exercício.	Reais/hectare	{ valor total de indenizações (desapropriação) ou pagamento (aquisição) em R\$, no exercício ^[3] , dividida pela respectiva área total dos imóveis indenizados ou pagos em hectares, no exercício}, no nível de agregação.	Quantidade monetária despendida pela Autarquia em obtenção de terras – Gastos no Programa 135/ação 4460 – Pagamento de TDA.	-
				Quantidade de terras obtidas no nível de agregação – Áreas com pagamento de TDA – Fonte DT -	
Índice de Protocolos de licença ambiental para os Projetos de Assentamento	Indica o percentual de PA(s) com processo de Licenciamento Ambiental protocolado no exercício, em relação ao número de PA(s) com licenças ambientais expedidas, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de Licenças Ambientais Protocoladas no exercício, dividido pelo número de Licenças Ambientais Expedidas no exercício, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de PA(s) com Licença ambiental protocolada – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	0*
				Quantidade PA(s) com Licença ambiental expedida – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	
Índice de Projetos de Assentamentos com licença ambientais em vigor	Indica o percentual de PA(s) com licença ambiental em vigor, em relação ao total de assentamentos federais existentes, em conformidade com a Resolução CONAMA 387/2002.	Porcentagem	(número de assentamentos com Licença ambiental em vigor, dividido pelo total de assentamentos Federais, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Quantidade de Projetos de Assentamento com Licença ambiental em vigor – SIR e dados do Ibama e Secretarias Estaduais de Meio Ambiente.	100**

* Com a promulgação da Resolução Conama nº. 458/2013, em 16 de julho de 2013, o Licenciamento ambiental deixou de ser uma exigência para a criação, implantação e operação dos assentamentos de reforma agrária, razão pela qual nenhuma licença foi protocolada no ano passado (2013) e nem será no ano corrente (2014).

** Indicador referente às licenças ambientais em vigor em dezembro de 2013.

3.2.8 Para Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica a UJ

3.3 Desenvolvimento de Projetos de Assentamento

3.3.1 Demonstração dos resultados das Ações

Quadro 8 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento - Execução física e orçamentária.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Meta física (Valores)	Execução física	Provisão Recebida	Despesa Empenhada	Despesa Liquidada	Valores Pagos	Restos a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	4981	4981	2.015.978,52	2.013.894,49	652.253,06	652.253,06	1.361.641,43
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)	0	0	35.000,00	34.997,80	34.997,80	34.997,80	0,00
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)	0	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	910	129	2.425.216,79	2.422.275,77	1.562.782,06	1.562.782,06	859.493,71
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)	1374	1282	2.748.195,81	1.648.118,65	88.969,15	88.969,15	1.559.149,50
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)	0	274	112.362,01	111.862,01	86.862,01	86.862,01	25.000,00
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)	300	181	70.513,93	69.018,96	69.018,96	69.018,96	0,00
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)	125	78	62.123,25	62.123,25	62.123,25	62.123,25	0,00
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)	163	236	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)	0	0	53.560,94	53.259,24	2.454,39	2.454,39	50.804,85
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	0	55	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)	175	0	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: SIAFI/wiki.incra/SIR

Quadro 9 - Ações do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento – Execução de Restos a Pagar*.

Ação	Plano Orçamentário	Meta Física (Produto/Unidade)	Execução física** (RAP)	RAP Inscritos	RAP Cancelados	Rap Pagos	Rap a Pagar
210S	Assistência Técnica e Extensão Rural para a Reforma Agrária	Atendimento com ATES (famílias)	4981				
210S	Formação e Capacitação de Agentes de Assistência Técnica e Extensão Rural	Agente formado (und)					
0427	Concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas	Crédito Disponibilizado (famílias)					
211A	Implantação e Recuperação de Infraestrutura Básica em Projetos de Assentamento	Obra Iniciada (famílias)	345				
211A	Fomento à Agroindustrialização e à Comercialização - Terra Sol	Projeto de Fomento à Agroindústria e à Comercialização (famílias)					
211A	Supervisão e Fiscalização da Concessão do Crédito Instalação às Famílias Assentadas da Reforma Agrária	Crédito Supervisionado (famílias)					
211A	Supervisão Ocupacional de Projetos de Assentamento	Lote ou Parcela Vistoriada/Supervisionada (und)					
211A	Demarcação Topográfica em Projetos de Assentamento	Serviço de Topografia Realizado (famílias)					
211A	Titulação, Concessão e Destinação de Imóveis Rurais em Projetos de Assentamento	Documento expedido (famílias)					
210T	Educação de Jovens e Adultos no Campo (EJA)	Trabalhador Rural Escolarizado (und)					
210T	Capacitação e Formação Profissional de Nível Médio e Superior para a Reforma Agrária	Profissional de Nível Médio ou Superior Formado (und)	55				
210T	Concessão de Bolsas de Capacitação e Formação Profissional em Assistência Técnica, Pedagógica e Social	Profissional Capacitado (und)					

Fonte: SIR/wiki.incra

*Incluem RAP processado e não-processado.

**A execução física apresentada corresponde aos instrumentos iniciados em exercícios anteriores, com conclusão no exercício de referência, podendo onerar tanto os recursos de RAP quanto do orçamento do exercício.

3.3.2 Diagnóstico, por microrregião da jurisdição da SR, a respeito dos déficits de infraestrutura

Em 2013 a estratégia de implementação de estradas foi direcionada aos assentamentos participantes do programa Minha Casa Minha Vida Rural, visto que a construção ou recuperação das estradas é pré requisito exigido pela Caixa Econômica Federal, para a concessão dos créditos para construção e reforma das moradias.

Para 2014 o Incra lançou em âmbito nacional chamada pública para implantação de estradas em assentamentos, direcionada para atender assentamentos novos e que estejam dentro da estratégia de construção de casas.

3.3.3 Demonstração dos resultados das ações

Infraestrutura

Com o objetivo de suprir infraestrutura viária para os assentamentos prioritários, a superintendência do Incra/SC firmou quatro convênios em 2013 para recuperação de estradas de assentamentos localizados com os municípios de Calmon, Lebon Régis, Timbó Grande e Matos Costa, todos ainda em execução no final do exercício, conforme detalhado a seguir:

Município	PA	Km	Famílias beneficiadas	Valor do repasse
Calmon	Jangada	20,35	100	898.613,13
Lebon Régis	Palmares Corrego do Segredo II	27,82	32 26	455.893,75
Timbó Grande	Nova Cultura	13,45	33	416.353,95
Matos Costa	13 de Outubro São João I	11.19	35 35	552.011,03
Total	6	61,62	261	2.322.871,86

Fonte: SR-10/Divisão de Desenvolvimento

Cabe ressaltar que em 2013 foram executadas obras referentes a Contratos iniciados em 2012 nos seguintes Projetos de Assentamento:

- P.A José Maria – Município de Abelardo Luz, SC

Processo: 54210.000952/2012-29

Objeto: Fornecimento de material e mão-de-obra para execução de obras e serviços de engenharia inerentes a recuperação/complementação de 33,82 Km de estradas vicinais, no Projeto de Assentamento José Maria, no município de Abelardo Luz/SC.

Valor: R\$ 985.093,53

Situação: execução concluída

Data do Recebimento: 30/07/2013

- PA 25 de Março – Município de Correia Pinto, SC

Processo: 54210.001081/2012-61

Objeto: Contratação de empresa especializada visando o fornecimento de material e mão-de-obra para execução de obras e serviços de engenharia inerentes a recuperação/complementação de 23,60 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento 25 de Março, localizado no município de Correia Pinto/SC.

Valor: R\$ 790.011,88

Situação: execução concluída

Data do Recebimento: março 2014

- PA Miguel Fortes da Silva – Município de Taió, SC

Processo: 54210.001540/2012-14

Objeto: Contratação de empresa especializada visando o fornecimento de material e mão-de-obra para execução de obras e serviços de engenharia inerentes a recuperação/complementação de 9,40 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento Miguel Fortes da Silva, localizado no município de Taió/SC.

Valor: R\$ 334.484,88

Situação: execução concluída

Data do Recebimento: 10/07/2013

- PA 17 de Abril – Município de Campo Belo do Sul, SC

Processo: 54210.001540/2012-14

Objeto: Contratação de empresa especializada visando o fornecimento de material e mão-de-obra para execução de obras e serviços de engenharia inerentes a recuperação/complementação de 15,15 Km de estradas vicinais no Projeto de Assentamento 17 de Abril, localizado no município de Campo Belo do Sul/SC.

Valor: R\$ 348.518,67

Situação: execução concluída

Data do Recebimento: 30/07/2013

Em 2012 o Incra firmou convênio com o Município de Rio Negrinho para atendimento de infraestrutura do no PA Norilda da Cruz , cujo objeto era a construção de ponte de concreto armado sobre o Rio Preto com extensão de 18 metros, largura total de 4,70 metros, sobre 2 pilares em concreto armado executados com tubulões a ar comprimido. Os recursos foram empenhados mas o convênio não foi executado devido a inadimplência da Prefeitura Municipal, que não permitiu ao Incra repassar os recursos financeiros.

ATER

A superintendência do Incra em SC universalizou do atendimento de ATER aos assentados do estado, por meio de dois contratos (7.000 e 8.000/2012) com a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva – COOPTRASC, como resultado da chamada pública 001/2012.

Os contratos foram formalizados em 27/12/2012 prevendo uma vigência de 12 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, por meio de termo aditivo.

A Ordem de Serviço que autorizou o início dos trabalhos foi assinada em 18/02/2013, e em decorrência disso, levou a aceitação por parte do Incra da prorrogação dos Contratos para até a data de 17/02/2014, conforme consta no Primeiro Termo Aditivo dos Contratos.

O ano de 2013 foi o primeiro ano, depois de 10 anos de convênio, que a SR(10) experimentou a forma contratual na prestação dos serviços de ATER no estado de SC. Por uma rápida comparação entre instrumentos, podemos entender que o contrato se mostrou mais objetivo, com metas claras e específicas, determinando com exatidão os serviços executados por cada técnico junto as famílias assentadas.

O propósito de universalização do acesso à ATER para os Assentados resultaram na inclusão de metas de ações individualizadas, relativas as visitas às famílias, evitando-se tendências de concentração da oferta de serviços à famílias próximas geograficamente da sede do Núcleo Operacional ou com as quais os técnicos mantêm melhores relações. Esses propósitos se manifestam também no desenho das ações coletivas ao estabelecer que essas devem ser realizadas em todos os assentamentos, independente do número de famílias assentadas.

É cada vez mais claro que sem Assessoria Técnica é impossível de se conduzir minimamente

a aplicação de Políticas Públicas nos assentamentos, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PAA/PNAE, Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS/Banco do Brasil, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR/Caixa Econômica Federal, dentre outros.

As atividades de ATER em 2013 implicaram na previsão de ações de caráter econômico, social e ambiental, bem como homogeneizou as atividades para todos os assentamentos, desprezando contextualizações regionais mais específicas, dando pouca autonomia as equipes para definição das ações a serem realizadas.

No entanto, como primeira experiência de contrato, o Projeto Básico atingiu seus objetivos, pois se observam resultados práticos nas 3 frentes de trabalho mencionadas, como por exemplo:

- 1) Renegociação de dívidas do PRONAF (400 – Lote I; 309 – Lote II);
- 2) Elaboração de projetos do PRONAF (90 – Lote I; 84 – Lote II)
- 3) Protocolos de Projeto de PAA e PNAE (3 PAAs – Lote I; 3 PAA's e 2 PNAEs – Lote II);
- 4) Estabelecimento de circuitos curtos de comercialização, como feiras e entrega de cestas orgânicas (1 feira por NO – Lote I; 4 feiras livres e a comercialização de cestas orgânicas no centro urbano de Fraiburgo – Lote II);
- 5) Retomada dos grupos de organização de base nos Assentamentos, embelezamento e revitalização de espaços coletivos;
- 6) Melhoria no abastecimento de água para consumo humano e para processos produtivos (22 proteções de fontes e a instalação de 10 carneiros hidráulicos – Lote I; 65 carneiros hidráulicos – Lote II);
- 7) Auxílio no PNHR nos Assentamentos (336 beneficiários aptos a acessar o programa; na iminência de envio à Caixa Econômica Federal – Lote I);
- 8) implantação de hortas visando segurança alimentar nos Assentamentos, com a diversificação da dieta das famílias através da introdução de cultivares de batata doce e inglesa em 56 PAs do Lote II através de parceria com a Embrapa de Canoinhas;
- 9) Educação ambiental em todos os Projetos de Assentamento do Lote I e Lote II com estabelecimento de parcerias com o Ibama, Fatma, Polícia Ambiental, dentre outros;
- 10) Conclusão do PDA do PA Neri Fabris;
- 11) Auxílio ao INCRA na revisão da Relação de Beneficiários;
- 12) Elaboração de projetos do Fomento do Plano Brasil Sem Miséria (72 projetos aprovados - Lote I; 93 projetos elaborados – Lote II);
- 13) Incremento na produção de leite (aumento de mais de 200 mil litros de leite em comparação com o ano de 2012 medidos pela quantidade leite entregue na Cooperoeste – Lote I) – Fonte: COOPTRASC, Ofício 012/2014, de 15 de janeiro de 2014 (fls. 3723 a 3735);
- 14) Acompanhamento de 35 unidades de produção ecológica certificadas pela rede Ecovida - Fonte: COOPTRASC, Ofício 012/2014, de 15 de janeiro de 2014 (fls. 3723 a 3735). ;

Outro ponto a ser observado é referente a satisfação das famílias assentadas em relação aos serviços prestados pela Contratada. De acordo com os fiscais do Lote I, das 135 famílias entrevistadas, 9,63% consideraram os serviços como ótimos; 73,33% bons; 8,14% satisfatório; 5,19% regular; 2,96% ruim; e 0,74% não quiseram se manifestar

De acordo com os fiscais do Lote II, os trabalhos de Assistência Técnica executados pela Contratada estão sendo efetivamente realizados juntos as famílias assentadas e estas têm uma avaliação positiva dos serviços oferecidos, solicitando que não sejam interrompidos.

No geral, os técnicos foram bem avaliados pelas famílias, principalmente nos aspectos de comprometimento e a disponibilidade junto aos assentados. Também foram observados pelos fiscais que a maioria das famílias assentadas lembram o nome dos técnicos de ATER, bem como as atividades ministradas por eles, sendo que as atividades tiveram uma boa participação e aceitação (Lote II).

Esses resultados mostram que os objetivos propostos para os serviços de ATER estão sendo

atingidos e evidenciam a importância desta ação para o desenvolvimento dos assentamentos e geração de renda para as famílias.

Entretanto, como foi o primeiro ano de experiência com contrato, em que o Incra definiu as metas e atividades a serem realizadas pela contratada, e dada a realidade dinâmica do meio rural, ao final do ano foi verificada a necessidade de adequação das atividades para o ano de 2014, com vistas a atender as necessidades dos assentados e prover mais qualidade aos trabalhos desenvolvidos. Tais ajustes foram incluídos por ocasião do aditamento dos contratos por mais um ano ocorrido em fevereiro de 2014.

Supervisão Ocupacional

Na ação de supervisão dos assentamentos, na ocasião de elaboração do planejamento 2013, a previsão inicial era supervisionar a situação ocupacional de 300 lotes no ano.

Entretanto, como o convênio de ATER prevê somente assentados regulares podem receber assistência técnica, foi realizado um esforço concentrado e foram supervisionados 1.206 lotes no ano, em 108 assentamentos, superando a meta estabelecida inicialmente.

Os ocupantes irregulares foram notificados, conforme previsto nos normativos.

Para 2014 o Incra está definindo nova estratégia nacional para a supervisão ocupacional dos assentamentos, e suspendeu temporariamente o repasse de recursos para essa ação no corrente ano, fato que não permite prever a meta e forma de execução para o próximo período a ser executado pela SR.

O levantamento da produção dos assentamentos foi realizado por meio de diagnóstico inicial pela empresa prestadora dos serviços de ATER, conforme previsto no contrato. A compilação das informações obtidas em 2013 deverá ser realizada em 2014, a partir da implementação de sistema informatizado a ser disponibilizado pelo Incra/SC, conforme previsto no aditamento realizado em fevereiro de 2014.

Cumprimento da função social - Diferentemente do ótica produtivista tradicional que se trabalha em grandes imóveis rurais que atuam na forma de empresas de produção, com poucas culturas e em grande escala, o cumprimento da função social em agricultura familiar/assentamentos deve ser pensado no ponto de vista da produção para autoconsumo da família e possibilidade de geração de excedente para comercialização, bem como respeito à legislação ambiental.

Isto porque no aspecto do autoconsumo familiar e de uma agricultura direcionada para a agroecologia, obter altas produtividades não é o item mais importante, visto que o foco é na produção diversificada que promova o sustento familiar, com custos baixos.

Também deve ser considerado que para garantir elevados índices de produtividade é necessário que se tenha grandes investimentos em insumos, que exige elevados recursos financeiros e impõe um maior risco e endividamento do agricultor, o que não é desejável.

Obviamente que o aumento da produção e geração de excedentes para comercialização é um dos objetivos da reforma agrária, e está muito vinculado a prestação de assistência técnica e disponibilização de crédito aos assentados. Neste aspecto, o Incra/SC vem desenvolvendo trabalhos com cadeias produtivas por meio da ATER e inserção de assentados nos mercados institucionais (PAA e PNAE), bem como no mercado tradicional. Para isso desenvolve ações em conjunto como a Conab, Banco do Brasil e entidades organizativas dos assentados.

Terra Sol

O apoio a realização de feiras é um dos meios de expor os produtos da reforma agrária e abrir espaços no mercado, e em 2013 o Incra/SC apoiou:

- Feira da Moranga - Processo nº 54210.001852/2012-10 - X Feira Estadual da Moranga e o II Seminário de Agricultura Familiar. SICONV 781253/2012. PA Anita Garibaldi e região - 600

fam. Valor Global: R\$ 100.000,00. Valor de Repasse do Incra: R\$ 98.000,00. Orçamento 2012. Emenda Parlamentar da Dep. Federal Luci Choinacki.

- VII Feira do Frango - Dionísio Cerqueira - PA Tracutinga - 60 famílias contempladas - Processo nº 54210.001857/2012-42 - Feira da Agricultura Familiar de Caçador. SICONV 781278/2012. PA Hermínio Gonçalves dos Santos - 114 fam. Orçamento 2012. Emenda Parlamentar da Dep. Federal Luci Choinacki. OBS: foi empenhado o valor de R\$ 100.000,00 mas a prefeitura municipal não realizou o processo licitatório, o que resultou na devolução dos recursos.

- Kits Feira - Além das feiras anuais tradicionalmente apoiadas, em 2013 o Incra/SC iniciou a implementação de feiras periódicas, expandindo uma iniciativa bem sucedida no Incra/RS. Essa ação ocorre em parceria com as municipalidades para que os assentados vendam seus produtos diretamente aos consumidores, em feiras semanais ou quinzenais, conforme a demanda do mercado. O Incra provê uma banca desmontável, com cobertura e balança, capacitação e assistência técnica aos assentados e a prefeitura municipal provê espaço e licenças necessárias para a ocorrência das feiras.

Ao final do ano de 2013, o Incra/SC adquiriu 32 kits feira, composto por banca para dois expositores, cobertura e balança, que devem ser instalados em 10 municípios. A implementação das feiras está sendo realizada em 2014 com a primeira etapa de capacitação e montagem da feira já realizada no período de 10 a 14 de março de 2014.

Assistência Técnica - acesso a crédito

Em 2013 assistência técnica foi universalizada e todos os assentados de SC foram atendidos pelo programa. Foram estabelecidas mudanças do modo de atuação, fazendo com que todos os assentados tenham acesso ao atendimento qualificado e possam realizar o planejamento do lote. Esse planejamento foi o primeiro trabalho realizado pelos técnicos de ATER em 2013, e é a base para os seu trabalho durante o ano.

Dentro da estratégia de atendimento com ATER, está a promoção da utilização do PRONAF pelos assentados. Os técnicos de ATER elaboram 174 projetos de PRONAF para os assentados, e prestam assistência técnica na sua implementação pelo assentado.

Também, visando reduzir o endividamento e permitir novos acessos ao PRONAF, a ATER assessorou na renegociação da dívida de 709 assentados em 2013.

3.3.4 Demonstração das estratégias voltadas para consolidação de projetos de assentamento

Durante o ano de 2013 foi realizado na jurisdição da SR a fiscalização da aplicação do crédito instalação em 28 assentamentos. Foram visitados lotes de 274 assentados beneficiados com o crédito para verificação da situação da aplicação. Desses, 226 estavam com a aplicação concluída.

A concessão de crédito instalação foi suspensa em junho de 2013 por meio da PORTARIA/Incra/Nº 352, DE 18 DE JUNHO DE 2013.

A referida portaria determinou a suspensão das operações de concessão de Crédito Instalação às Famílias Assentadas e determinou o recolhimento dos recursos financeiros do crédito instalação depositados pela Autarquia nas contas bancárias abertas para esse fim.

Apenas foi possível o restabelecimento das operações de crédito instalação cuja execução do crédito junto aos beneficiários já tinha sido iniciada, desde que a data do último débito em conta corrente fosse posterior a 12/06/2012 e houvesse nota fiscal ou recibo de prestação de serviço emitido até 13/06/2013 e atestado no ano de 2013.

Para as demais situações, a construção e reforma de casas passou a ser realizado por meio do programa Minha Casa Minha Vida Rural (MCMVR), com os projetos sendo elaboradas por uma

entidade organizadora e financiados pela Caixa Econômica Federal.

Créditos na modalidade apoio inicial e fomento não foram mais executados após julho. Um novo modelo para esses créditos está sendo definido em âmbito nacional, com mudanças em valores e forma de operacionalização serem implementados a partir de 2014.

Em razão da referida mudança, a aplicação de crédito foi excluída dos critérios de avaliação da instituição pelo Incra/Sede.

Para o ano de 2014 está prevista a aplicação de crédito apoio inicial e fomento para os novos assentamentos que ainda não acessaram tal crédito.

Com a finalidade de organizar as informações acerca dos créditos concedidos a comissão de crédito concluiu a catalogação dos processos existentes, providenciou os processos individuais referentes ao crédito Reabilitação Procerá.

Em novembro o Incra/Sede apresentou videoconferência acerca do sistema de cadastro de créditos concedidos com a finalidade de sistematizar as informações para fins de cobrança, entretanto o módulo não foi operacionalizado.

Com relação a cobrança dos créditos concedidos, em 2013 o Incra tratou nacionalmente de formas de reduzir o endividamento dos assentados e possibilitar a estruturação produtiva dos assentamentos.

Isso culminou na publicação dispositivos legais tratando de renegociação e remissão e a liquidação de créditos concedidos aos assentados: MP Nº 636/2013, Decreto Nº 8.177/2013.

- MP Nº 636, de 26 de dezembro de 2013 - Dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências.

Por essa MP, podem ser liquidados nas mesmas condições de pagamento do Programa Nacional de Habitação Rural - PNHR, instituído pela Lei nº 11.977, de 7 de julho de 2009 os créditos concedidos aos assentados nas modalidades:

- I - Crédito de Habitação;
- II - Crédito para Aquisição de Material de Construção; e
- III - Crédito Recuperação - Material de Construção.

A MP 636 também concedeu a remissão de créditos até o limite de 10.000,00 e condições especiais de liquidação ou renegociação para valores superiores, concedidos aos assentados nas modalidades:

- I - Crédito para Apoio;
- II - Apoio Inicial;
- III - Alimentação;
- IV - Insumos;
- V - Apoio à Instalação;
- VI - Apoio Mulher;
- VII - Fomento;
- VIII - Adicional Fomento;
- IX - Crédito Emergencial;
- X - Semi-Árido;
- XI - Adicional de Semi-Árido;
- XII - Reabilitação de Crédito de Produção; e
- XIII - Crédito Ambiental.

- Decreto Nº 8.177, de 27 de dezembro de 2013 - Autoriza a concessão de rebate e bônus de adimplência em operações de crédito rural contratadas ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - Pronaf.

O decreto 8.177 autorizou a concessão de rebate de até 80% (oitenta por cento) do saldo

devedor atualizado para liquidação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf que estiverem em situação de inadimplência na data de publicação deste Decreto.

O decreto também autorizou a concessão de bônus de adimplência, em substituição ao bônus de adimplência contratual, para renegociação das operações de crédito rural de investimento e custeio contratadas até dezembro de 2010 ao amparo dos grupos “A” e “A/C” do Pronaf que estiverem em situação de inadimplência na data de publicação do Decreto, observadas as seguintes condições:

I - bônus de até 50% (cinquenta por cento), sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, para as operações contratadas na região Norte e na área de abrangência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE; e

II - bônus de até 45% (quarenta e cinco por cento), sobre cada parcela da dívida paga até a data do respectivo vencimento, para as operações contratadas nas demais regiões.

Assistência Técnica

Em 2013 assistência técnica foi universalizada e todos os assentados de SC foram atendidos pelo programa. Foram estabelecidas mudanças do modo de atuação, fazendo com que todos os assentados tenham acesso ao atendimento qualificado e possam realizar o planejamento produtivo do lote. Esse planejamento foi o primeiro trabalho realizado pelos técnicos de ATER em 2013, e foi a base para o trabalho de ATER durante o ano.

Dentro da estratégia de atendimento da ATER está a promoção da utilização do PRONAF pelos assentados. Os técnicos de ATER elaboram 174 projetos de PRONAF para os assentados, e prestaram assistência técnica na sua implementação posterior.

Também, visando reduzir o endividamento e permitir novos acessos ao PRONAF, a ATER assessorou na renegociação da dívida de 709 assentados em 2013.

3.3.5 Principais atividades de controle do Gestor

O controle da conformidade das ações afetas à área de Desenvolvimento de Projetos de Assentamento se dá principalmente através do cumprimento dos normativos internos e legislação pertinente. Na área da concessão de crédito, os controles estão descritos nos itens 6.3 e 7.4. Além disso cabe ressaltar a ação de controles paralelos da área de infra-estrutura (evolução dos contratos e convênios firmados). No que tange às contratações e processos que envolvem pagamentos em geral, está prevista a padronização e fluxo de processos através de rotina do controle interno, descrita no item 7.

Cabe ressaltar que em 2013 a UJ foi alvo de rotina de auditoria interna do INCRA-Sede, a qual buscou conferir a regularidade de processos bem como do Plano de Providências da UJ, bem como auditoria na área do Módulo Monitoramento e Avaliação, objetivando a conferência nos processos físicos da fidedignidade das informações lançadas pela UJ no referido sistema e se as mesmas estavam de acordo com o Manual de Conceitos que subsidia o lançamento dos dados.

3.3.6 Indicadores

Quadro 10 - Indicadores do macroprocesso Desenvolvimento de Projetos de Assentamento.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de acesso à água para consumo doméstico	Expressa o provimento de água potável no exercício (encanada, de poço ou de cisterna) segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico – encanado, de poço ou de cisterna no exercício – dividido pelo número de famílias assentadas no exercício, no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de famílias que tiveram o provimento de água para consumo doméstico no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;.	-
				Quantidade total de famílias assentadas no exercício – Sipra Rel. 229.	
Índice de provimento de PDA/PRA	Expressa a quantidade Projetos de assentamento com PDA/PRA aprovados pelo INCRA	Porcentagem	(quantidade de Projetos de Assentamento com PDA e PRA aprovados pelo INCRA[9], dividido pela quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de Assentamentos com PDA/PRA aprovado pelo INCRA – Fonte Módulo de monitoramento.	100%
				Quantidade total de Assentamentos Jurisdicionados – Sipra – relatório 227.	
Índice de acesso à moradia nos assentamentos	Expressa o acesso à moradia nos assentamentos no exercício, segundo o número total de famílias assentadas no exercício, permitindo assim avaliar a redução ou aumento do passivo existente.	Porcentagem	(número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício, dividido pela quantidade total de famílias assentadas no exercício[11], no nível de agregação) multiplicada por 100.	Número de unidades habitacionais efetivamente construídas no exercício – Conforme levantamento efetuado pelos técnicos responsáveis no acompanhamento e entrega das obras e SIR;	79%
				Número de famílias assentadas no exercício – Conforme constante do Sistema Sipra Rel. 233 .	
Número de contratos firmados pelas famílias com acesso ao Pronaf ou outra linha de	Expressa a quantidade de contratos firmados pelas famílias que acessaram as linhas de crédito voltadas à agricultura familiar.	Unidades	Número de contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA(s) no exercício, no nível de agregação.	Quantidade contratos firmados pelas famílias com acesso a linha de crédito voltada aos PA por exercício – Obtido junto ao MDA, instituições financeiras responsáveis e Assistência Técnica responsável pelo Projeto de Financiamento e SIR	-

crédito voltada à produção					
Índice de provimento de Assistência Técnica	Expressa a quantidade famílias atendidas pela Assistência Técnica.	Porcentagem	(quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica, dividida pelo número de famílias no nível de agregação) multiplicado por 100.	Quantidade de famílias atendidas por Assistência Técnica – Conforme o disposto nos instrumentos contratuais ou de convênio e SIR; Número de famílias dos PA(s) – Conforme constante do Sistema Sipra relatório 229 em 12.01.2013	100%*
Índice de Parcelas Supervisionadas	Expressa a proporção de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008.	Porcentagem	(quantidade de parcelas supervisionadas nos termos do artigo 11 da IN 47/2008, dividido pela quantidade total de parcelas por nível de agregação) multiplicada por 100.	Quantidade de parcelas supervisionadas – Conforme informação a ser controlada no sistema SIPRA/SIR. Quantidade total de parcelas por nível de agregação – Sistema SIPRA/SIR.	22%
Índice de consolidação de assentamentos	Expressa a taxa de consolidação dos assentamentos.	Porcentagem	(número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, dividido pelo número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA, no nível de agregação), multiplicado por 100.	Número de famílias assentadas em PA(s) consolidados, conforme NE 09/2001 – Conforme constante do Sistema Sipra e apurado pela Assistência Técnica. Número total de famílias existentes nos PA(s) criados pelo INCRA – Sipra Rel 229.	0

*Apesar de em 12.01.2013 haver 4.349 famílias regularmente assentadas, quando do fechamento do edital da chamada pública para contratação de empresa prestadora de ATER, constava no SIPRA 4.981 famílias regularmente inscritas no PNRA em Santa Catarina.

3.3.7 Para Superintendências localizadas na Região Norte e Nordeste

Não se aplica a UJ.

3.3.8 Para as Superintendências da Região Sudeste e Sul

A superintendência do Incra em SC universalizou do atendimento de ATER aos assentados do estado, por meio de dois contratos (7.000 e 8.000/2012) com a Cooperativa de Trabalho e Extensão Rural Terra Viva – COOPTRASC, como resultado da chamada pública 001/2012.

Os contratos foram formalizados em 27/12/2012 prevendo uma vigência de 12 meses contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por iguais e sucessivos períodos até o limite de 60 meses, por meio de termo aditivo.

A Ordem de Serviço que autorizou o início dos trabalhos foi assinada em 18/02/2013, e em decorrência disso, levou a aceitação por parte do Incra da prorrogação dos Contratos para até a data de 17/02/2014, conforme consta no Primeiro Termo Aditivo dos Contratos.

O ano de 2013 foi o primeiro ano, depois de 10 anos de convênio, que a SR(10) experimentou a forma contratual na prestação dos serviços de ATER no estado de SC. Por uma rápida comparação entre instrumentos, podemos entender que o contrato se mostrou mais objetivo, com metas claras e específicas, determinando com exatidão os serviços executados por cada técnico junto as famílias assentadas.

O propósito de universalização do acesso à ATER para os Assentados resultaram na inclusão de metas de ações individualizadas, relativas as visitas às famílias, evitando-se tendências de concentração da oferta de serviços à famílias próximas geograficamente da sede do Núcleo Operacional ou com as quais os técnicos mantêm melhores relações. Esses propósitos se manifestam também no desenho das ações coletivas ao estabelecer que essas devem ser realizadas em todos os assentamentos, independente do número de famílias assentadas.

É cada vez mais claro que sem Assessoria Técnica é impossível de se conduzir minimamente a aplicação de Políticas Públicas nos assentamentos, como é o caso do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, Programa de Aquisição de Alimentos e Programa Nacional de Alimentação Escolar - PAA/PNAE, Desenvolvimento Regional Sustentável – DRS/Banco do Brasil, Programa Nacional de Habitação Rural – PNHR/Caixa Econômica Federal, dentre outros.

As atividades de ATER em 2013 implicaram na previsão de ações de caráter econômico, social e ambiental , bem como homogeneizou as atividades para todos os assentamentos, desprezando contextualizações regionais mais específicas, dando pouca autonomia as equipes para definição das ações a serem realizadas.

No entanto, como primeira experiência de contrato, o Projeto Básico atingiu seus objetivos, pois se observam resultados práticos nas 3 frentes de trabalho mencionadas, como por exemplo:

- 1) Renegociação de dívidas do PRONAF (400 – Lote I; 309 – Lote II);
- 2) Elaboração de projetos do PRONAF (90 – Lote I; 84 – Lote II)
- 3) Protocolos de Projeto de PAA e PNAE (3 PAAs – Lote I; 3 PAA's e 2 PNAEs – Lote II);
- 4) Estabelecimento de circuitos curtos de comercialização, como feiras e entrega de cestas orgânicas (1 feira por NO – Lote I ; 4 feiras livres e a comercialização de cestas orgânicas no centro urbano de Fraiburgo – Lote II);
- 5) Retomada dos grupos de organização de base nos Assentamentos, embelezamento e revitalização de espaços coletivos;
- 6) Melhoria no abastecimento de água para consumo humano e para processos produtivos (22 proteções de fontes e a instalação de 10 carneiros hidráulicos – Lote I; 65 carneiros hidráulicos – Lote II);
- 7) Auxílio no PNHR nos Assentamentos (336 beneficiários aptos a acessar o programa; na iminência de envio à Caixa Econômica Federal– Lote I);

8) implantação de hortas visando segurança alimentar nos Assentamentos, com a diversificação da dieta das famílias através da introdução de cultivares de batata doce e inglesa em 56 PAs do Lote II através de parceria com a Embrapa de Canoinhas;

9) Educação ambiental em todos os Projetos de Assentamento do Lote I e Lote II com estabelecimento de parcerias com o Ibama, Fatma, Polícia Ambiental, dentre outros;

10) Conclusão do PDA do PA Neri Fabris;

11) Auxílio ao INCRA na revisão da Relação de Beneficiários;

12) Elaboração de projetos do Fomento do Plano Brasil Sem Miséria (72 projetos aprovados - Lote I; 93 projetos elaborados – Lote II);

13) Incremento na produção de leite (aumento de mais de 200 mil litros de leite em comparação com o ano de 2012 medidos pela quantidade leite entregue na Cooper Oeste – Lote I) – Fonte: COOPTRASC, Ofício 012/2014, de 15 de janeiro de 2014 (fls. 3723 a 3735);

14) Acompanhamento de 35 unidades de produção ecológica certificadas pela rede Ecovida - Fonte: COOPTRASC, Ofício 012/2014, de 15 de janeiro de 2014 (fls. 3723 a 3735). ;

Outro ponto a ser observado é referente a satisfação das famílias assentadas em relação aos serviços prestados pela Contratada. De acordo com os fiscais do Lote I, das 135 famílias entrevistadas, 9,63% consideraram os serviços como ótimos; 73,33% bons; 8,14% satisfatório; 5,19% regular; 2,96% ruim; e 0,74% não quiseram se manifestar

De acordo com os fiscais do Lote II, os trabalhos de Assistência Técnica executados pela Contratada estão sendo efetivamente realizados juntos as famílias assentadas e estas têm uma avaliação positiva dos serviços oferecidos, solicitando que não sejam interrompidos.

No geral, os técnicos foram bem avaliados pelas famílias, principalmente nos aspectos de comprometimento e a disponibilidade junto aos assentados. Também foram observados pelos fiscais que a maioria das famílias assentadas lembram o nome dos técnicos de ATER, bem como as atividades ministradas por eles, sendo que as atividades tiveram uma boa participação e aceitação (Lote II).

Esses resultados mostram que os objetivos propostos para os serviços de ATER estão sendo atingidos e evidenciam a importância desta ação para o desenvolvimento dos assentamentos e geração de renda para as famílias.

Entretanto, como foi o primeiro ano de experiência com contrato, em que o Incra definiu as metas e atividades a serem realizadas pela contratada, e dada a realidade dinâmica do meio rural, ao final do ano foi verificada a necessidade de adequação das atividades para o ano de 2014, com vistas a atender as necessidades dos assentados e prover mais qualidade aos trabalhos desenvolvidos. Tais ajustes foram incluídos por ocasião do aditamento dos contratos por mais um ano ocorrido em fevereiro de 2014.

3.3.9 Para as Superintendências com Jurisdição na Amazônia Legal

Não se aplica a UJ

4. Prestação Direta de Serviços ao Público

4.1 Demonstração dos principais resultados obtidos no atendimento ao público externo

No exercício de 2013 a UJ, através da Sala da Cidadania contabilizou 1.960 processos autuados e entrada de 26.000 documentos através do SISDOC. Foram emitidas aproximadamente 12.200 certidões. A dinâmica de atuação do setor registra também uma média 30 atendimentos pessoais, 50 mensagens via correio eletrônico diários e 100 ligações telefônicas. Além disso, cabe destacar o recebimento e análise de 24 pedidos realizados através do Sistema Eletrônico do Serviço de Informação ao Cidadão.

Quanto as metas estabelecidas para o ano de 2014, pretende-se aprimorar quantitativamente o atendimento que foi realizado no ano de 2013. Para tanto, serão necessárias algumas medidas de ajuste do aparato tecnológico, principalmente para melhor suporte e efetividade de acesso aos sistemas inerentes ao nosso serviço, como o SNCR, fundamental para a concretização das nossas metas.

4.2 Principais atividades de controle do Gestor

No exercício de 2013 foi efetivamente implantado o serviço de Protocolo vinculado à Sala da Cidadania, com a implantação do SISDOC. A iniciativa constituía necessidade de enquadramento das rotinas de autuação e tramitação de documentos e processos à estrutura regimental da autarquia, pois em exercícios anteriores não havia sido implantado efetivamente um serviço de protocolo. Esta iniciativa permitiu um maior controle da entrada e saída de documentos, permitindo uma maior eficácia e efetividade no atendimento ao público em geral.

Cabe ressaltar que em 2013 a UJ foi alvo de rotina de auditoria interna do INCRA-Sede, a qual buscou conferir a regularidade de processos bem como do Plano de Providências da UJ, bem como auditoria na área do Módulo Monitoramento e Avaliação, objetivando a conferência nos processos físicos da fidedignidade das informações lançadas pela UJ no referido sistema e se as mesmas estavam de acordo com o Manual de Conceitos que subsidia o lançamento dos dados.

5.Gestão de Pessoas

5.1Distribuição de servidores

Divisão	Quantidade de servidores
Procuradoria Jurídica Especializada	02
Gabinete	08
Divisão de Desenvolvimento	15
Divisão de Administração	16
Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária	16
Divisão de Obtenção de Terras	15
Unidade Avançada – Chapecó	15
Servidores Cedidos de Outros Órgãos em exercício na Superintendência	02
Servidores Cedidos	06
Total de servidores ativos na Superintendência e UA	87

Fonte: SR-10/ Serviço de Desenvolvimento Humano

5.2Clima organizacional e o ambiente de trabalho no âmbito da SR

Não existe na Autarquia uma política voltada a gestão do clima organizacional e melhorias de relacionamento interpessoal no trabalho. Entretanto, apesar de não haver o diagnóstico/pesquisa de Clima Organizacional na SR(10), é interessante destacar iniciativas na tentativa de modificar o quadro de baixa motivação dos servidores tanto na área de capacitação. Atendendo a um pleito da ASSINCRA/SC, foi

apoiado pela gestão a realização de um Seminário sobre Ética no Serviço Público, que contou com a participação de um representante da Controladoria Geral da União em Santa Catarina e uma Procuradora Federal que trataram do tema da Ética no Serviço Público. Outra iniciativa, agora voltada a melhoria das condições de trabalho vida, foi a instalação de bicicletário e um chuveiro para estimular o uso de transporte sustentável.

Além disso, buscou-se equacionar uma demanda dos servidores a qual, somada aos apontamentos da Controladoria Geral da União, culminou na constituição formal do setor de Controle Interno, inclusive com um espaço físico específico destinado para o seu funcionamento. Atualmente o referido setor se encontra em processo de implantação e ajuste de rotinas, após a efetiva implantação da estrutura física necessária. Cabe ressaltar também que sob a iniciativa da Delegacia Regional do MDA e através da disponibilização do espaço da UJ, organizou-se um coral que agrupa alguns servidores da UJ e do MDA. Os encontros do grupo começaram efetivamente apenas no exercício de 2014.

Além disso cabe ressaltar as iniciativas de renovação do parque tecnológico da UJ, com a aquisição de 30 novos computadores, fruto de gestões junto ao INCRA-Sede que a princípio disponibilizaria 20 computadores na cota da UJ.

5.3 Ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem

No exercício de 2013 foram realizadas as seguintes ações de disseminação de conhecimento e aprendizagem: participação de 02 servidores no Simpósio Brasileiro de Sensoriamento Remoto; 2 servidores no Seminário de Ambientação dos Novos Servidores; 14 servidores no Curso de Instrução Processual; 4 servidores no curso de SIAGI Gerencial; 3 servidores na capacitação sobre Sistema Nacional de Certificação de Imóveis Rurais; 2 servidores no Curso de Legislação de Pessoal; 8 servidores no Congresso Brasileiro de Ciências do Solo; 3 servidores no Curso de Siafi Operacional; e 41 servidores no Seminário sobre Ética no Serviço Público.

5.4 Recursos humanos da unidade

5.4.1 Composição do quadro de servidores ativos

Quadro 11: Composição do quadro de servidores ativos.

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no	Egressos no
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	não	não	0	0
1.1. Membros de poder e agentes políticos	não	não	0	0
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		89	05	05
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão	85	85	04	05
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado	02	02	0	0
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório	não	não	0	0
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	02	02	01	0
2. Servidores com Contratos Temporários	não	não	0	0
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		02	01	02
4. Total de Servidores (1+2+3)		91	05	07

Fonte: SR-10/Serviço de Desenvolvimento Humano

5.4.1 Composição do quadro de servidores inativos e pensionistas

Quadro 12: Composição do quadro de servidores inativos.

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
1. Integral	Servidores Aposentados	Aposentadorias
1.1 Voluntária	51	04
1.2 Compulsória	48	04
1.3 Invalidez Permanente	0	0
1.4 Outras	3	0
2. Proporcional		
2.1 Voluntária	43	0
2.2 Compulsória	39	0
2.3 Invalidez Permanente	1	0
2.4 Outras	1	0
3. Totais (1+2)	94	04

Fonte: SIAPE

Quadro 13: Instituidores de Pensão - Situação apurada em 31/12.

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
1. Aposentado	28	0
1.1. Integral	16	0
1.2. Proporcional	12	0
2. Em Atividade	8	0
3. Total (1+2)	36	0

Fonte: SR-10/Serviço de Desenvolvimento Humano

5.4.2 Composição do quadro de estagiários e custos relacionados

Quadro 14: Composição do quadro de estagiários e custos relacionados.

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa (em R\$ 1,00)
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	
1. Nível superior	03	08	10	10	39.969,7
1.1 Área Fim		05	07	07	
1.2 Área Meio	03	03	03	03	
2. Nível Médio	01	05	05	05	12.878,2
2.1 Área Fim		02	02	02	
2.2 Área Meio	01	03	03	03	
3. Total (1+2)	04	13	15	15	52.848,01

Fonte: SR-10/Serviço de Desenvolvimento Humano

5.4.3 Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa

Quadro 15: Custos associados aos servidores ativos, discriminados por elemento de despesa.

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em	6.646.449,32	229.828,97	573.311,31	182.632,70	1.038.129,64	396.555,25	3.012,83	0,00	18.510,72	9.088.430,54
Servidores com Contratos					21.783,17					21.783,17
Servidores Cedidos com Ônus ou em										
Servidores Ocupantes de Cargos de										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento	35.156,84				33.178,21					68.335,05
Servidores Ocupantes de Funções	15.205,00									15.205,00

Fonte: wiki.incra

5.4.4 Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços

Quadro 16: Locação de mão de obra mediante contratos de prestação de serviços.

Unidade Contratante												
Nome: SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO INCRA EM SANTA CATARINA – SR(10)SC												
UG/Gestão: 373070/37201						CNPJ: 00375.972/0012-13						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
						F		M		S		
				Início	Fim	P	C	P	C	P		
2013	5	5000/2013	78533312/0001-58	22/01/14	21/01/15			18	18			
2011	3	4000/2011	85240869/0001-66	14/06/12	13/06/14			2	2	1		
2013	12	5000/2013	78533312/0001-58	22/01/14	22/01/15			4	4			
2013	1	9000/2013	03130750/0001-76	02/11/13	01/11/14	5	5	3	3			
2012	4	3000/2012	79283065/0001-41	27/12/201	26/12/14	1	1					
2010	12	6000/2010	79283065/0001-41	23/04/13	23/04/2014			1	1			
2010	12	7000/2010	79283065/0001-41	23/04/201	22/01/14	1	1					
2012	12	3000/2012	79283065/0001-41	27/12/13	26/12/14	5	5	3	3			
Observações:												
LEGENDA Área: 1. Segurança; 2. Transportes; 3. Informática; 4. Copeiragem; 5. Recepção; 6. Reprografia; 7. Telecomunicações;						Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.						

8. Manutenção de bens móveis
9. Manutenção de bens imóveis
10. Brigadistas
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes
12. Outras

Fonte: SR-10/Divisão de Administração

5.4.5 Eventos relacionados à admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão ocorridos no exercício

Quadro 17: Admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão.

Tipos de Atos	Número de eventos ocorridos no exercício
Admissão	0
Desligamento	0
Concessão de aposentadoria	4
Concessão de pensão	0
Total	4

Fonte: SR-10/Serviço de Desenvolvimento Humano

5.4.6 Prospecção das aposentadorias no curto e médio prazos e as estratégias de recomposição do pessoal

O Demonstrativo da prospecção de aposentadoria no Incra indica que 1.305 servidores atingiram, no mínimo, em 31/12/2013, a idade limite de aposentadoria (60 anos - homem e 55 anos – mulher). Em decorrência, estima-se que aproximadamente 5,5% da força de trabalho (ocupantes solicitarão aposentadoria anualmente. Como alternativa para recomposição da força de trabalho ao nível nacional, considerando que o último concurso público realizado pela autarquia expirou em 30/12/13, no presente exercício será encaminhado ao Ministério do Desenvolvimento Agrário, com vistas ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, solicitação de autorização para a realização de concurso público para provimento de cargos de carreira da autarquia (Sede e Regionais).

5.4.7 Indicadores Gerenciais sobre Pessoal

Quadro 18: indicadores Gerenciais sobre Pessoal.

Indicador	Descrição	Unidade	Fórmula	Fonte	Resultado
Índice de abrangência de capacitação	Expressa o alcance das ações de capacitação face a todo o corpo funcional.	Porcentagem	(Quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação, dividida pela quantidade total de funcionários no nível de agregação.) multiplicado por 100.	quantidade de funcionários que participaram das atividades de capacitação - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	56,47%
Índice de horas de capacitação	Expressa o número de horas de capacitação por funcionários.	Horas/funcionário	Número total de horas de treinamentos recebidos pelos funcionários, dividido pela quantidade total de funcionários por nível de agregação.	número de horas de treinamentos pela quantidade de funcionários - informado pela Unidade Responsável pelos recursos humanos da Autarquia.	15,58

5.5 Análise crítica sobre a distribuição de servidores

O demonstrativo relativo à distribuição dos servidores, considerando a Unidade, nível do cargo e atividade (fim ou meio), indica que 37,97% ocupam cargos de nível intermediário e 62,03% ocupam cargos de nível superior. 70,89% estão lotados em áreas finalísticas e 29,11% em áreas concernentes à atividade meio. Portanto dos 91 servidores, cerca de 64 servidores estão atuando na área finalística, perfazendo uma proporção de mais de um Projeto de Assentamento por servidor.

Ao nível nacional cabe destacar que o INCRA, entre 1985 e 2011, teve o seu quadro de pessoal reduzido de 9 mil para 5,7 mil servidores. Nesse mesmo período, sua atuação territorial foi acrescida em 32,7 vezes – saltando de 61 para mais de dois mil municípios, um aumento de 124 vezes no número de projetos de assentamentos assistidos. Até 1985, o INCRA geria 67 projetos de assentamento. Hoje, este número supera os 8,7 mil e a área total assistida passou de 9,8 milhões para 80,0 milhões de hectares – cerca de 10% do território nacional. O número de famílias assentadas atendidas pelo órgão passou de 117 mil para aproximadamente um milhão, totalizando cerca 4 milhões de pessoas. Ressalta-se ainda que o número de servidores está prestes a sofrer novas reduções. Até 31/12/2013, cerca de 1.300 funcionários do INCRA estarão em condições de aposentadoria, aprofundando ainda mais o déficit de servidores no órgão. Além disso, cabe destacar que não somente a porcentagem, como também o total de servidores vinculados à área meio, vinculados aos macroprocessos de apoio, são insuficientes para dar conta de forma satisfatória da execução das tarefas de suporte à área finalística. Nesse sentido, os contratos de locação de mão-de-obra tem suprido as necessidades, evitando uma estagnação das rotinas administrativas. No entanto, entende-se que esta não deve ser a única alternativa para equacionar a evasão de mão-de-obra, a qual deve ser resolvida via recomposição da força de trabalho através de concurso público, até mesmo porque muitas das atividades são prerrogativas de servidores de carreira.

Cabe ressaltar ainda que as demandas que se apresentam seja do público em geral, seja em face das recomendações dos órgãos de controle

acerca da readequação de rotinas e procedimentos administrativos, exigem desta Unidade um difícil equacionamento da redistribuição de força de trabalho entre as Divisões, tendo em vista que a questão central reside no reduzido número de servidores em números absolutos.

6.Planejamento, Execução e Controle Orçamentário, Patrimonial, Financeiro e Contábil

6.1Informações sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres

Quadro 19: Demonstrativo de Transferências recebidas e realizadas no exercício.

Unidade Concedente ou Contratante									
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - SR(10)SC									
CNPJ: 00.375.972/0012-13					UG/GESTÃO: 373070 / 37201				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	
1	784510/2013	Pref. Municipal de Campos Novos	247.957,77	6.250,00	0,00	0,00	30/08/13	31/08/14	5
1	784513/2013	Pref. Municipal de Ponte Alta	255.000,00	5.000,00	0,00	0,00	26/12/13	05/09/14	1
1	784515/2013	Pref. Municipal de Rio Negrinho	250.000,00	-	0,00	0,00	05/08/13	31/12/14	5
1	784516/2013	Pref. Municipal de Curitibaanos	288.893,48	38.893,48	0,00	0,00	26/12/13	05/09/14	1
1	785997/2013	Pref. Municipal de Matos Costa	557.611,03	5.600,00	552.011,03	552.011,03	11/11/13	01/08/14	1
1	785999/2013	Pref. Municipal de Timbó Grande	416.353,95	12.753,99	403.599,96	403.599,96	05/12/13	01/08/14	1
1	786000/2013	Pref. Municipal de Lebon Régis	495.128,47	39.234,72	455.893,75	455.893,75	03/12/13	01/09/14	1
1	786646/2013	Pref. Municipal de Calmon	907.613,13	9.000,00	898.613,13	898.613,13	07/11/13	01/07/14	1
1	795213/2013	Pref. Municipal de Ponte Alta	704.226,00	14.226,00	0,00	0,00	27/12/13	03/10/14	1
LEGENDA									
Modalidade:					Situação da Transferência:				
1 - Convênio					1 - Adimplente				
2 - Contrato de Repasse					2 - Inadimplente				
3 - Termo de Cooperação					3 - Inadimplência Suspensa				

4 - Termo de Compromisso				4 - Concluído					
				5 - Excluído					
				6 - Rescindido					
				7 - Arquivado					
Unidade Concedente ou Contratante									
Nome:									
CNPJ:					UG/GESTÃO:				
Informações sobre as Transferências									
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência		Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim	

LEGENDA	
Modalidade: 1 - Convênio 2 - Contrato de Repasse 3 - Termo de Cooperação 4 - Termo de Compromisso	Situação da Transferência: 1 - Adimplente 2 - Inadimplente 3 - Inadimplência Suspensa 4 - Concluído 5 - Excluído 6 - Rescindido 7 - Arquivado

Fonte: SICONV

Quadro 20: Informações sobre transferências realizadas.

Unidade Concedente ou Contratante			
Nome: Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - SR(10)SC			
CNPJ: 00.375.972/0012-13		CNPJ: 00.375.972/0012-13	
Situação	Situação	Situação	Situação
Instrumentos vigentes	A aprovar	0	0,00
	A comprovar	07	3.624.826,06
	Total	07	3.624.826,06
Instrumentos com prazo de vigência expirado (vencidos)	A aprovar	01	606.100,00
	A comprovar	0	0,00
	Total	01	606.100,00

Fonte: SICONV

Obs: O Convênio nº 700372/2008, listado como vencido na tabela, com status a Aprovar, já foi aprovado por esta Superintendência em 19/02/2014, conforme 2014NL800002.

6.2 Demonstração da situação do registro dos imóveis desapropriados no âmbito da SR

O evento no SIAFI para pagamento de imóveis para a reforma agrária não incorpora estes imóveis no patrimônio do INCRA. Não existem estas informações no âmbito da Superintendência Regional de Santa Catarina (SR-10).

6.3 Demonstração da gestão dos créditos a receber

A conta e 1.2.3.1.00.00 – Empréstimos Concedidos, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária.

Preocupado com a arrecadação dos valores repassados aos assentados, bem como no atendimento às recomendações dos Órgãos de Controle, o Presidente da Autarquia, determinou o desenvolvimento do SNCCI – Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação. Em agosto do 2013, foi concluso o Módulo Cadastro do SNCCI, permitindo às Superintendências Regionais iniciar o processo de alimentação dos créditos aplicados, após o saneamento processual em curso e recebimento do treinamento devidos e senhas de acesso. Etapa necessária para podermos iniciar a devida cobrança de forma sistematizada e sua consequente baixa contábil no siafi.

Dando continuidade ao SNCCI e logo após a conclusão do Módulo Cadastro, foi dado prosseguimento ao Módulo Cobrança, o qual será o responsável por emitir todas as guias de recolhimentos, além de evidenciar a situação financeira individual dos assentados.

Para dar início ao desenvolvimento do Módulo Cobrança, foram realizadas inúmeras reuniões com o Banco do Brasil e com a Secretaria do Tesouro Nacional, visando dirimir questões quanto aos valores mínimos por GRU emitida, recebimento do arquivo retorno dos pagamentos efetuados pelos assentados, dentre outros assuntos inerentes à cobrança.

Superadas todas as dificuldades o Módulo Cobrança, os trabalhos foram divididos em 3 partes (iterações 1, 2 e 3), visando facilitar o desenvolvimento do aplicativo. As Iterações 1 e 2 dizem respeito à geração da GRU e do processo de cobrança em si. A Iteração 3, focou os relatórios gerenciais, bem como o cálculo da provisão para devedores duvidosos.

A previsão inicial para conclusão de todas as iterações (1, 2 e 3) era de 31 de março de 2014. Contudo, em 26 de dezembro de 2013, foi editada a Medida Provisória 636, que dispõe sobre a liquidação de créditos concedidos aos assentados da reforma agrária, concede remissão nos casos em que especifica e dá outras providências; trazendo mudanças significativas ao desenvolvimento do Módulo Cobrança que estava em fase final de conclusão.

Segundo os artigos 1º a 6º da referida MP fica estabelecido critérios e condições para

remissões, liquidações e renegociações dos créditos, nas mais diversas modalidades, concedidos aos assentados da reforma agrária, no período de 10 de outubro de 1985 até 27 de dezembro de 2013.

Diante deste fato, faz-se necessário uma readaptação de todos os procedimentos, tendo em vista que dos valores inscritos no SIAFI "inversão financeira" com valor aproximado de R\$ 7,2 bilhões. Em estudos já realizados pela Diretoria de Desenvolvimento e, diante das regras definidas no marco regulatório, estima-se que cerca de 30% serão remetidos, por estarem incluídos na previsão do Art. 3º, ou seja, valores originalmente concedidos, em uma ou mais operações, somem até R\$ 10.000,00 (dez mil reais) por beneficiário.

Ressalte-se, inclusive, que desde o momento em que começou a ser desenvolvido o SNCCI, esta Autarquia noticiou à Controladoria-Geral da União – CGU e ao Tribunal de Contas da União – TCU, tendo sido realizadas desde 2011 inúmeras reuniões, onde foram apresentados os avanços, dirimidas dúvidas, de modo que todo o processo de construção do sistema, por mais complexo que se apresentasse, fosse de amplo conhecimento de todas as partes em tela citadas.

Após o estudo acurado da Medida Provisória, novo cronograma de conclusão do Módulo Cobrança foi realizado, bem como foi apresentado ao TCU um plano de ação, considerando as necessidades de ajustes a serem realizados, conforme segue:

Ação a ser implementada: Realização de Projeto-Piloto (SR-18/PB) para elaboração de metodologia de remissão e renegociação dos créditos em atendimento à Medida Provisória, bem como a elaboração de Roteiro Contábil a ser replicado nacionalmente.

Prazo para implementação: 31/mar/2014

Responsável pela implementação: DA/DD

Ação a ser Implementada: Publicação de listagem de Famílias Assentadas do Programa Nacional de Reforma Agrária que não receberam créditos. Público Estimado: 23.000 famílias

Prazo: 20/abr/2014

Responsável: DD

Ação a ser Implementada: Liquidação de Dívidas de Assentados do Programa Nacional de Reforma Agrária acima de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 9.888 famílias

Prazo: 31/mar/2016

Responsável: DD

Ação a ser Implementada: Renegociação de Dívidas decorrentes do Crédito Instalação – Habitação. Rebate de 96% e renegociação. Público Estimado: 60% das famílias

Prazo: 31/dez/2017

Responsável: DD

Ação a ser Implementada: Remissão de Famílias que receberam Crédito Instalação (estornados os Créditos Habitação) abaixo de R\$ 10.000,00. Público Estimado: 99% das famílias

Prazo: 31/mar/2016

Responsável: DD

Ação a ser Implementada: Revisão e finalização das regras de negócio das Iterações 01 (cadastro de modalidades e operações) e 02 (emissão de GRU) em virtude da edição da MP 636/2013.

Prazo: 30/jun/2014

Responsável: DA

Ação a ser Implementada: Revisão e finalização das regras de negócio da Iteração 03 (relatórios gerenciais, remissão ou renegociação de dívidas e provisão para devedores duvidosos)

Prazo: 31/dez/2014
Responsável: DA/DD

Por fim é importante frisa que após a realização do projeto piloto na SR-18 (Paraíba), serão realizadas atividades em mais 12 polos no Brasil, com a participação dos técnicos das SRs que não serão visitadas para aprenderem na prática os procedimentos para as remissões, baixas contábeis na conta 1.2.2.4.9.10.00, manuseio do Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI e demais procedimentos. A intenção destes polos é dar a iniciativa dos trabalhos com a metodologia: "aprenda a fazer fazendo".

Já a conta 1.2.2.4.9.10.00 – Créditos a Receber de Parceleiros, registra o montante relativo aos valores que o INCRA tem a receber, oriundos dos lotes (parcelas) repassados aos assentados da Reforma Agrária. Atualmente o processo de arrecadação de tais créditos é feito em cada Superintendência Regional, a qual após realizar o cálculo do valor devido, emite GRU – Guia de Recolhimento da União e repassa ao assentado para pagamento.

Os montantes arrecadados diretamente em 2013 foram os seguintes:

Inobstante à arrecadação superavitária e como forma de alavancar ainda mais a arrecadação própria, bem assim melhorar o atendimento aos assentados, a Presidência desta Autarquia determinou a criação de um aplicativo denominado – Módulo Cobrança do Título – integrado ao Sistema Nacional de Cobrança do Crédito Instalação - SNCCI, cujo cronograma desenvolvimento é o seguinte:

Ação a ser implementada: Estudo, compilação e atualização das normas atinentes ao a cobrança do título

Prazo para implementação: 31/12/2014
Responsável pela implementação: DA/PFE/PRESID

Título
Ação a ser implementada: Elaboração de requisitos para construção do Módulo Cobrança do

Prazo para implementação: 30/06/2015
Responsável pela implementação: DA/PRESI

Ação a ser implementada: Confecção do Módulo Cobrança do Título
Prazo para implementação: 31/12/2015
Responsável pela implementação: DA/DE/PRESI

Ressalte-se que este aplicativo permitirá um maior controle e agilidade na emissão da GRU,

contribuindo sobremaneira para o aumento da arrecadação, além de facilitar o acesso pelo assentado das guias para pagamento e declaração de quitação de débitos.

6.4 Principais atividades de controle instituídas pela área contábil e financeira da SR

Os controles instituídos pela área contábil e financeira são executados diariamente através dos registros de conformidades diárias, além da conformidade contábil mensal. Referente a gestão de créditos a receber, conforme item 6.3, seus controles são registrados automaticamente conforme são apropriados pelo sistema. Um processo mais abrangente de controle, certamente será alcançado por meio da estrutura proposta no item 6.3 deste.

7. Estruturas de Governança e de Autocontrole da Gestão

A estrutura orgânica de controle da autarquia é composta, conforme dispõe o Regimento Interno do INCRA, aprovado pela Portaria MDA nº 20, de 8 de abril de 2009, em seus arts 56 e 112, II, pela Auditoria Interna (AUD) no âmbito do INCRA-Sede e pelos setores de Planejamento e Controle, vinculados a cada uma das Superintendências Regionais, a exemplo desta UJ.

À Auditoria Interna (AUD) compete assessorar o Conselho Diretor quanto à realização e acompanhamento das atividades e dos programas de trabalho, orientando e fiscalizando as diversas unidades organizacionais do INCRA quanto à exatidão e correção das medidas técnicas, administrativas, financeiras e contábeis, especialmente: a) assessorar o Conselho Diretor para o cumprimento dos objetivos institucionais, avaliando o nível de segurança e qualidade dos controles, processos, sistemas e gestão; b) prestar apoio aos órgãos de controle interno e externo da União no campo de suas atribuições; c) planejar, acompanhar e controlar o desenvolvimento de auditorias preventivas e corretivas, inclusive nos órgãos e unidades descentralizadas do INCRA; d) subsidiar as Diretorias na proposição de padrões, sistemas e métodos de avaliação e acompanhamento da qualidade e produtividade das atividades do INCRA e nas ações voltadas para a modernização institucional; e) examinar e emitir parecer sobre prestação de contas e tomada de contas especiais; f) elaborar relatórios sobre exames realizados, bem como promover o acompanhamento da regularização das ocorrências apontadas ou verificadas e analisar as contas e o balanço do INCRA a serem submetidos ao Conselho Diretor.

Já a área de Planejamento e Controle nesta UJ, possui a atribuição de: a) coordenar e acompanhar as unidades da Superintendência Regional, na elaboração dos seus planos, programas, ações e metas, dentro da filosofia e preceitos de planejamento compartilhado; b) coordenar e acompanhar a aplicação das diretrizes estratégicas e elaboração dos planos de curto, médio e longo prazo das ações de reforma agrária e ordenamento da estrutura fundiária; c) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração do Plano Regional de Reforma Agrária da Superintendência Regional; d) disseminar, no âmbito de sua competência, as orientações emanadas do órgão central; e) coordenar e supervisionar a elaboração e detalhamento da Programação Operacional e suas reformulações; f) coordenar a elaboração de análises gerenciais e disponibilização de informações referentes à evolução da aplicação dos recursos orçamentários e metas físicas, visando dar suporte ao processo decisório na Superintendência Regional; g) coordenar o monitoramento da execução e desempenho das atividades finalísticas das Unidades Regionais; h) coordenar, orientar e supervisionar a elaboração dos relatórios mensais e anuais de gestão da Superintendência Regional; i) realizar gestão da infra-estrutura da rede de comunicação de dados, voz e imagem, inclusive políticas e normas de segurança; j) propor os projetos básicos ou termos de referência definindo os critérios de aceitação dos serviços ou produtos relativos à infra-estrutura de rede no âmbito da Regional; k) gerenciar os contratos de prestação de serviços e controlar a qualidade dos produtos ou serviços relacionados à infra-estrutura de rede no âmbito da Regional; l) promover a capacitação técnica dos usuários quanto ao uso dos sistemas de informação; m) prestar assistência técnica aos usuários da rede local, de forma remota ou presencial, incluindo a instalação e configuração de softwares e componentes físicos nas estações de trabalho e respectivos periféricos; n) manter controle dos softwares adquiridos, no âmbito da Regional, incluindo as respectivas mídias, bem como controlar a instalação dos mesmos de acordo com o número de licenças adquiridas; o) realizar inventários nos computadores da Superintendência Regional, visando controlar a

configuração de componentes instalados e o uso de produtos homologados; p) dar suporte às demandas da Auditoria Interna do INCRA e q) outras atividades compatíveis com suas atribuições.

Como se pode depreender da análise das atribuições regimentais, as atividades de controle interno no sentido mais estrito estão centralizadas no INCRA-Sede, através da Auditoria Interna. O setor de Planejamento e Controle nesta UJ, como nas demais Superintendências Regionais, possui atribuição mais ligada ao planejamento, monitoramento e avaliação das atividades da gestão. Vale destacar também que os setores de Planejamento e Controle possuem, dentre suas atribuições regimentais, a responsabilidade pela gestão da infra-estrutura da tecnologia de informação, que, salvo melhor juízo, deveria constituir um setor/função autônomo e desvinculado da função a qual está atualmente vinculado pela própria natureza das atividades que desenvolve, mais diretamente afetas as atribuições logísticas e administrativas de gestão da área tecnológica.

Contudo, considerando os achados de Auditoria no que tange às rotinas e procedimentos administrativos atinentes à operacionalização de pagamentos, contratações, licitações e outras despesas administrativas; as recomendações contidas no parecer do Dirigente do órgão de Controle Interno, resultado da rotina de auditoria da CGU; as ressalvas nas contas da UJ constantes dos diferentes Acórdãos emitidos pelo TCU nos últimos exercícios foi apresentada ao Comitê de Decisão Regional da UJ uma proposta de estruturação do setor de controle interno, a ser composto pelo Assegurador de Planejamento e Controle e servidores da área contábil. A referida proposta formalizada ao Gabinete da UJ em 26/06/2013, propôs o seguinte fluxograma de rotinas para adoção da UJ:

1) LICITAÇÕES E CONTRATOS

Passo 1: Área demandante para contratação de obra, serviços, compras alienações, elabora Termo de Referência ou Projeto Básico, com a devida justificativa para contratação, com o devido orçamento detalhado em planilhas que expressem a composição de todos os seus custos unitários, bem como ampla pesquisa de mercado;

Passo 2: Aprovação do Projeto Básico/Termo de Referência pelo Ordenador de Despesa;

Passo 3: Encaminhamento ao setor de licitações, para formalização do processo licitatório (com escolha da melhor modalidade de licitação) e lançamento do Edital de Licitação, ou se for o caso, realizar a dispensa ou inexigibilidade de licitação (pois alguns processos de dispensa, conforme levantado no relatório de Auditoria, no montante de 68 dispensas, na sua grande maioria não foram sequer encaminhados nem dado conhecimento ao responsável pelo Setor de Administração e serviços Gerais).

Passo 4: Encaminhamento do Processo para o Controle Interno para verificação da regularidade formal (se houve despesas anteriores que detectam fracionamento de despesas, se há pesquisa de preço, se há adequação orçamentária, se a modalidade de licitação escolhida é a correta, etc.);

Passo 5: Encaminhamento do processo para Procuradoria Jurídica Federal Especializada;

Passo 6: Nos casos de todos os contratos, na fase de liquidação e pagamento da despesa, encaminhamento das notas ao Controle Interno para análise da conformidade;

Passo 7: Envio das Notas - devidamente atestadas conjuntamente com o servidor responsável pelo atesto da nota fiscal ou fatura e do controle interno - ao serviço Financeiro para pagamento, e autorizado o pagamento pelo ordenador de despesas.

2) CONCESSÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS DE DIÁRIAS

Passo 1: Controle Interno deve acompanhar a utilização de recursos de diárias no âmbito de cada ação/programa juntamente com as Chefias de cada Divisão/Serviço, para futuramente justificar o

uso dos referidos recursos tanto no âmbito da solicitação de descentralização orçamentária perante o INCRA – Sede (em conformidade com o que expõe o Plano de Ação da SR 2013-2014, como futuramente quando da elaboração do Relatório de Gestão da Unidade;

Passo 2: Conferência das prestações de contas das viagens/deslocamentos/relatórios de viagem/movimento dos veículos-MV/relatórios do programa de gestão da frota (ticket serviços) (inclusive com o relatório dos GPS que serão instalados nos veículos oficiais).

3)CONCESSÃO/PRESTAÇÃO DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS e CPGF

Passo 1: Adotar check-list e manual de utilização do suprimento de fundos e do CPGF, de acordo com a legislação em vigor na matéria, dando ciência formal a cada um dos servidores usuários (item elencado como recomendação no relatório preliminar da CGU);

Passo 2: Análise da prestação de contas pelo Controle Interno antes do encaminhamento ao Setor Financeiro para classificação e lançamentos contábil;

Passo 3: Encaminhamento do processo de prestação de contas ao setor financeiro para classificação e lançamento contábil.

4)PROCESSOS DECORRENTES DE OUTRAS DESPESAS EMPENHADAS

Observar os Passos 5 e 6 do item Licitações/Aquisições.

Cabe destacar que a referida proposta foi aprovada pelo Comitê de Decisão Regional da UJ em junho de 2013 e que em setembro de 2013 foi instituído Grupo de Trabalho pela Ordem de Serviço/ INCRA/SR(10)/G/n.º 43/2013. No entanto, em face da redistribuição de pessoal e do processo de viabilização da infraestrutura física apenas no início do exercício de 2014 é que se iniciou a implantação do setor, atualmente em estágio de mapeamento das rotinas para efetivação.

Além das atividades e instâncias direta ou indiretamente ligadas, em âmbito regimental, às atribuições de controle cabe destacar a atuação do Comitê de Decisão Regional (CDR), da Câmara Técnica (CT) e do Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação (GTVA). O primeiro possui as seguintes atribuições: aprovar procedimentos, atos normativos e operacionais; após exame e deliberação preliminar, encaminhar ao Conselho Diretor, para deliberação definitiva, procedimentos, atos administrativos e operacionais que ultrapassem suas alçadas de decisão; autorizar o Superintendente Regional a adquirir, por compra e venda, imóveis rurais, nos limites de sua alçada; autorizar o Superintendente Regional a encaminhar à Administração Central as propostas de decretação de interesse social para fins de reforma agrária; propor e fundamentar para apreciação do Conselho Diretor normas gerais que tratem de alteração e simplificação de procedimentos operacionais, normas e regulamentos, com vistas ao aprimoramento e agilização do processo de tomada de decisão; e apreciar outros assuntos para os quais seja incumbido pelo Conselho Diretor.

Nesse sentido, cabe destacar que o CDR enquanto órgão colegiado exerce um controle preventivo, na medida em que compartilha a responsabilidade ao mesmo tempo em que controla as decisões fundamentais, inclusive do ponto de vista orçamentário/financeiro, a serem tomadas pela Superintendência Regional, notadamente no âmbito do processo de obtenção de áreas rurais para a reforma agrária. Em verdade, trata-se de órgão colegiado que objetiva a descentralização e o controle do poder decisório em âmbito regional.

Já a Câmara Técnica constitui-se em ambiente formal de reuniões técnicas com o objetivo de aprimoramento dos processos e métodos empregados na obtenção de terras e assentamento de trabalhadores, coordenada por um Engenheiro Agrônomo designado pelo Superintendente Regional, cujas atribuições são fixadas pela Instrução Normativa/INCRA/n.º 62 de 21 de junho de 2010, a seguir descritas: discussão técnica das vistorias e avaliações de imóveis rurais de interesse do INCRA; difusão permanente de experiências técnicas entre os engenheiros agrônomos e demais profissionais da área

técnica, relativas às inovações pertinentes à implantação de projetos de assentamentos; elaboração e atualização da Planilha de Preços Referenciais de Terras e Imóveis Rurais – PPR, por microrregião, a ser submetida à aprovação do CDR; promoção de discussões visando ao intercâmbio interinstitucional; manutenção de banco de dados de preços de terras, constando os valores obtidos nas pesquisas, nas avaliações administrativas do INCRA e suas respectivas alterações na esfera judicial, provenientes de perícias ou acordos judiciais.

O Grupo Técnico de Vistoria e Avaliação é integrado por Engenheiro Agrônomo que atuou na coordenação da equipe de vistoria e avaliação de imóvel rural, na condição de relator, e por outros profissionais da mesma categoria, com direito a voto. Ao GTVA compete: examinar e relatar os laudos de vistoria e avaliação, justificando os critérios técnicos adotados, bem como os valores obtidos; verificar se os critérios técnicos adotados estão de acordo com as normas internas da Autarquia e, subsidiariamente, com a norma da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT, específica para avaliação de imóveis rurais; avaliar o custo, por família, do projeto de assentamento, observados os componentes do valor da terra nua, benfeitorias, créditos disponíveis e capacidade potencial de assentamento de imóveis rurais; subsidiar a Câmara Técnica com os preços de terra provenientes das pesquisas e das avaliações administrativas; inserir o imóvel rural nas tipologias de sistemas produtivos predominantes na região, associando-o com os recursos naturais e estabelecer a coerência de preços com a Planilha de Preços Referenciais. Em resumo, pode-se afirmar que o Regimento Interno de 2009 e IN/INCRA/ n.º 62/2010 são os instrumentos internos que estabelecem as diretrizes e os procedimentos decisórios a serem adotados pelas principais instâncias da estrutura de governança, no sentido do controle decisório, notadamente dos procedimentos e decisões atinentes ao processo de obtenção de áreas rurais, que envolvem não somente decisão política como aporte financeiro de recursos públicos que necessitam de fiscalização e controle em âmbito interno e externo à Autarquia.

7.1 Informações sobre o funcionamento do sistema de controles internos administrativos da Superintendência

Quadro 21: Avaliação do Sistema de Controles Internos da UJ – SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL.

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS		VALORES				
Ambiente de Controle		1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.			x			
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			x			
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.					x	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.					x	
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.					x	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			x			
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.					x	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			x			
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			x			
Avaliação de Risco		1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.					x	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			x			
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.			x			

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.		x			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.		x			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.		x			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.		x			
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				x	
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				x	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.		x			
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.		x			
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			x		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			x		
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				x	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				x	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.				x	
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				x	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.			x		
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.			x		
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.			x		
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				x	
Análise Crítica: Os quesitos 3, 4, 10 e 23 a 26 indicam um melhor acesso às informações consolidadas da gestão, das metas e dos resultados, justamente pelo fato dos ocupantes de cargo de assessoramento e direção estarem mais diretamente em contato com os referidos dados, seja no âmbito da sua rotina de trabalho, seja no contexto da participação em eventos de planejamento, reuniões de superintendentes ou das diretorias setoriais, etc. Nesse sentido, percebe-se a necessidade de fomento a uma rotina de socialização destas informações acessadas pela equipe de gestão, sem prejuízo das demais medidas relatadas na análise crítica da avaliação do conjunto de servidores. O fato das atividades de auditoria e controle estarem mais centradas no INCRA-Sede, bem como a recém implantação da área de Controle Interno da UJ – ainda em efetivação dos ajustes e aprimoramentos das rotinas de controle e gestão de riscos - também podem ter contribuído para o resultado da avaliação da equipe de direção e assessoramento. Ressalte-se ainda a necessidade de adoção de uma rotina de avaliação interna a fim de que a equipe de gestão possa monitorar permanentemente a percepção dos servidores em relação aos quesitos 27, 28 e 29.					

7.2 Controles instituídos para garantir o cumprimento dos objetivos estratégicos

Descrição contida no item 7.3 a seguir.

7.3 Controles instituídos pela Superintendência para assegurar a fidedignidade das informações

O principal controle instituído pela UJ de forma a subsidiar a fidedignidade das informações da gestão é a sistematização dos dados dos macroprocessos finalísticos e respectivas subáreas de atuação a fim de mensalmente alimentar as informações requeridas pelo Sistema de Informações Rurais – Módulo Monitoramento e Avaliação. Ademais, cabe ressaltar que faz parte da rotina de cada uma das Divisões/Serviços, a sistematização dos dados referentes a atuação finalística, os quais já não estejam automaticamente sistematizados em sistemas nacionais. Nesse sentido, a UJ executa controles paralelos aos sistemas informatizados – que estão da esfera de atribuição da Sede, sendo sua prerrogativa exclusiva a implantação e gestão dos mesmos, ficando a cargo das regionais apenas a alimentação com dados e informações e/ou registros de processos, a exemplo do Sigef (Sistema de Gestão Fundiária), no qual a atuação e análise de processos de certificação de imóveis rurais são feitas em ambiente web, de forma automática, sem a intervenção da análise de servidores, a não ser em casos especiais (sobreposição de áreas, etc).

Além disso, cabe ressaltar que a efetivação do uso do SISDOC e a efetiva implantação de controle de entrada e saída de documentos, permitiu uma maior eficácia no atendimento ao público, de forma a identificar o posicionamento e trâmite de documentos e demandas no âmbito da UJ.

7.4 Principais controles instituídos pela Superintendência para assegurar a boa e regular gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos

Os controles referentes a gestão dos créditos a receber de parceiros e dos empréstimos concedidos estão descritos no item 6.3. Vale ressaltar que o SIAFI faz os registros automaticamente nas contas contábeis 1.2.2.4.9.10.00 e 1.2.2.3.1.00.00 a medida que os pagamentos são efetuados. O controle dos parceiros e dos saldos de empréstimos são efetuados através dos processos individuais.

7.5 Informações sobre as Tomadas de Contas Especiais

Não houve Tomadas de Contas Especiais instauradas no exercício.

8. Conformidades e tratamento de disposições legais e normativas

8.1 Demonstração do cumprimento das determinações do TCU no exercício

No exercício de 2013 houve apenas um Ofício de Requisição n.º 01-1661/2013, de 12 de dezembro de 2013, o qual solicita informações acerca do cumprimento dos Acórdãos 57 e 2001 de 2012, do Plenário. O prazo do referido Ofício foi estipulado para 20 de janeiro de 2014. O mesmo foi atendido pelo Ofício INCRA/SR-10-G/ n.º 024/2014 de 20 de janeiro de 2014, o qual apresenta os documentos solicitados.

8.2 Demonstração do cumprimento das recomendações do órgão de controle interno (CGU) no Relatório de Auditoria de Gestão do exercício anterior

Em atendimento ao Certificado de Auditoria Anual de Contas n.º 201305878, estão detalhadas a seguir as recomendações e providências constantes do Plano de Providências da UJ.

Assunto	Recomendação	Providências	Situação
Efetividade dos Resultados Operacionais	1) Adequar os quantitativos de metas a executar em cada ação em face da realidade dos processos de trabalho e o prazo efetivo para sua conclusão, evitando superestimar a capacidade da unidade	Na medida do possível a UJ nas reuniões de planejamento promovidas pela direção central do INCRA continuará apresentando suas propostas em razão das suas demandas e capacidade operacional.	Os argumentos da SR não foram considerados para ajuste.
	2) Adequar o planejamento das metas físicas e financeiras da Unidade de acordo com a previsão orçamentária estabelecida na LOA para o Órgão e deste para as Superintendências, de forma a tornar mais realista a fixação de metas, evitando a ocorrência da falta de metas para as despesas orçadas	Na medida do possível a UJ nas reuniões de planejamento promovidas pela direção central do INCRA continuará apresentando suas propostas em razão das suas demandas e capacidade operacional.	
	3) Fazer constar das avaliações do Relatório de gestão dos próximos exercícios as informações relevantes quanto ao nível de demanda existente relacionada a cada ação executada e o nível de efetividade da atuação da Unidade frente a estas demandas	Considerando que contrariando expectativas iniciais a decisão das metas permanece condicionada ao orçamento e às metas nacionais e sob decisão das diretorias do INCRA Sede, as providências a serem implementadas são restritas. Entretanto a recomendação será considerada para o Relatório de Gestão seguinte.	

	4) Implementar controles de forma a identificar e registrar os quantitativos de serviços demandados pelo público alvo do INCRA SR-10/SC e afetos a cada uma das ações/metadados da Entidade para fins de aferição da efetividade da atuação do órgão no estado.	Em razão dos limites operacionais e pela autonomia relativa no planejamento operacional da Superintendência, os controles como propostos não são exequíveis. A exemplo do que se processou no planejamento neste exercício a direção Geral do INCRA estabeleceu as diretrizes de ação, da gestão atual, a partir de eixos, são eles: Rota Brasil Sem Miséria, Rota Assentamentos Verdes e Rotas estruturação Produtiva. Os projetos de assentamento incluídos nessas rotas inicialmente foram apontados como prioridades. Todavia, em decorrência das alterações substanciais sofridas nos procedimentos de concessão de créditos e inclusão desse grupo de famílias no Programa Minha Casa Minha Vida, esse foco foi incluído, assim ocorre com outras prioridades que venham a ser instituídas. Embora tenhamos o acompanhamento das necessidades de cada Projeto de Assentamento criado e das demandas de áreas para assentar as famílias acampadas no Estado de Santa Catarina, as decisões das prioridades de atendimento não são decididas pela gestão local o que impede firmar o compromisso de atender a recomendação apontada.	
Cartão Corporativo	1) Promover a elaboração de manual específico para gestão da concessão de Suprimento de Fundos e uso de Cartão de Pagamentos para utilização por parte de todas as áreas envolvidas e principalmente para orientar os supridores por meio de capacitação	Considerando a recomendação ter sido emanada ainda quando dos trabalhos de Auditoria, entendemos que a recomendação já foi acatada e a mesma já foi atendida.	Cumprida
	2) Elaborar check-list contendo todos os requisitos a serem cumpridos pelos supridores quanto ao uso regular do Cartão de Pagamento em processos de Suprimento de Fundos, para subsidiar os encarregados da análise e prestação de contas	Considerando a recomendação ter sido emanada ainda quando dos trabalhos de Auditoria, entendemos que a recomendação já foi acatada e a mesma já foi atendida.	Cumprida
	3) Promover apuração detalhada dos fatos relacionados ao pagamento da Nota Fiscal n.º 00001 no valor de R\$ 160,00, e adotar as medidas cabíveis caso identificada alguma irregularidade no pagamento da mesma.	Após a conclusão do presente relatório, foram encaminhadas as recomendações para análise e manifestação da PFE/INCRA-SC em observância à Portaria INCRA / P/ n.º 291/2009 (Processo n.º 54210.002136/2013-31)	Em andamento

	4) Observar e estabelecer os limites para utilização da modalidade SAQUE com o uso dos Cartões de Pagamento do Governo federal na relaização de despesas com bens e serviços por meio de suprimento de fundos, para todos os servidores e de forma global para a Unidade.	O grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço n 43/2013 tem em sua incumbência acompanhar o cumprimento da determinação emanada pela gestão.	
	5) Fazer cumprir as normas afetas ao uso do cartão de Pagamentos na modalidade SAQUE, especialmnte quanto à necessidade de justificativas por parte dos supridos, quando da impossibilidade de efetuar-se pagamento por meio da função Crédito do cartão.	O grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço n 43/2013 tem em sua incumbência acompanhar o cumprimento da determinação emanada pela gestão.	
	6) Efetuar, por meio de ato formal, a definição das despesas que poderão ser pagas por meio de saque com o Cartão de Pagamento, nos suprimentos de fundos concedidos em atendiemnto à Portaria MDA n.º 13/2008	O grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço n 43/2013 tem em sua incumbência acompanhar o cumprimento da determinação emanada pela gestão.	
Utilização de Imobiliários	1) Efetuar a atualização das informações referentes aos registros SPIUnet dos Bens Imóveis de Uso especial sob responsabilidade da Unidade, promovendo a devida contabilização dos valores atualizados dos referidos bens no SIAFI, especialmente em relação ao imóvel onde se localiza a atual sede da Superintendência	O grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço n 43/2013 tem em sua incumbência acompanhar o cumprimento da determinação emanada pela gestão. Foram designados por Ordem de Serviço servidores da UJ para execução da contabilização e registro no SPIUnet	Atendida
	2) Promover a efetiva capacitação dos servidores encarregados dos registros dos bens no SPIUnet e na contabilidade de forma a manter os controles eficientes e atualizados.	Aguardar e monitorar a disponibilidade de capacitação oferecida pelo sistema SPIUnet pelo MPOG.	Em atendimento

	3) Submeter ao crivo da Assessoria Jurídica do órgão, as situações relacionadas aos imóveis cedidos pela GRPU caracterizados como “acrescidos de marinha” de forma a obter posicionamento sobre a melhor forma de tratamento da situação, especialmente no tocante a sua posse e contabilização patrimonial e quanto à possibilidade de realização de investimentos e despesas de manutenção nos referidos imóveis	Em razão dos procedimentos adotados pelo grupo de trabalho instituído pela Ordem de Serviço/INCRA/SR(10)G/n.º 40/2013, foi expedido um Ofício Consulta à SPU/SC. Após manifestação formal diante do conteúdo da resposta, se ainda permanecer duvidosa a questão poderemos acolher a recomendação e encaminhar à análise da PFE/INCRA/Santa Catarina	Em atendimento
Controles da Gestão - Auditoria de Processos de Contas	1) Promover a devida designação de servidor para figurar com perfil usuário cadastrador no Sistema de Gestão de Processos Disciplinares – CGU/PAD conforme dispõe o art. 6º da Portaria INCRA n.º 290/2008	Duas servidoras foram designadas e já estão de posse da senha do sistema CGU-PAD, respondendo pelo registro dos Processos Disciplinares que vierem a ser formalizados na SR. Entretanto as servidoras aguardam capacitação.	Cumprida
Avaliação dos Controles Internos	Desenvolver e utilizar check-list para os processos relevantes associados a licitações, dispensas, inexigibilidades, suprimentos de fundos, concessão e aprovação de diárias, concessão e aprovação de convênios, entre outros, bem como arquivá-los junto aos processos para evidenciar sua efetiva aplicação.	Acolhendo a recomendação ainda antes do Relatório Definitivo por Ordem de Serviço foi constituído um grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço 43/2013, o qual deverá se estruturar e elaborar os procedimentos ora recomendados. Assim que viabilizado a instalação física de funcionamento do grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço nr. 043/2013 deverá elaborar os check list necessários para acompanhamento dos processos identificados.	
Gestão Patrimonial – Meios de Transporte	Instrua formalmente os servidores usuários de veículos oficiais sobre a necessidade de preenchimento, com dados fidedignos, de todos os campos constantes do "Movimento de Veículo" (MV).	esta Unidade aposta na ação preventiva do Grupo de Controle Interno da SR(10) SC, já referido, o qual após a sua instalação e operacionalização fará o controle também deverá acompanhar e orientar os servidores até que o preenchimento correto seja uma prática comum pelos usuários.	Media em monitoria pela UJ
	Criar controles e somente validar a ficha de "Movimento de Veículo" (MV), por meio de aposição da assinatura do responsável pelo setor de transportes do INCRA/SC, após verificação do adequado preenchimento de todos os campos do MV.	Ademais às recomendações para o correto preenchimento do formulário de Movimentação de Veículo — MV", esta Unidade aposta na ação preventiva do Grupo de Controle Interno da SR(10) SC, já referido, o qual após a sua instalação e operacionalização fará o controle também deverá acompanhar e orientar os servidores até que o preenchimento correto seja uma prática comum pelos usuários.	Atendido – medida em monitoria pela Unidade

Gestão de Recursos Humanos – Quantitativo de Pessoal	Disponibilizar, ao Controle Interno, os registros SISAC relativos a atos de admissão e de concessão de aposentadoria, reforma e pensão no prazo definido pelo art. 7º da IN/TCU nº 55/2007 (60 dias).	O atraso no lançamento não é uma prática contumaz dos servidores desta Unidade. A situação apontada foi contaminada pela sequência de fatos que impediram o lançamento a tempo, ou seja, mudança e movimento paredista. Não havendo servidor com conhecimento e senha de acesso ao sistema o lançamento aconteceu quando da retomada dessa atividade como das demais.	Medida em monitoria pela UJ.
Indenizações - Diárias	Em relação às PCD 038082/11 e 040278/11, recomenda-se buscar o ressarcimento ao Erário dos valores integrais concedidos a título de diárias (R\$ 574,55 e R\$ 898,57, respectivamente).	Consoante afirmação anterior em sede de Auditoria - abril de 2013-, acompanhado dos respectivos documentos, os valores foram devidamente recolhidos ao erário.	Medida sanada
	Considerando a reincidência de atos irregulares praticados envolvendo diárias concedidas ao servidor beneficiário das PCD nº 038082/11, 040278/11, 004211/12 e 013029/12, recomenda-se instruir o devido processo visando a apuração de responsabilidade.	Recomendação essa, como as demais recomendações de apuração será encaminhada à apreciação da PFE/INCRA-SC em observância à Portaria INCRA / P n.291/2009. Após a conclusão do presente relatório, foram encaminhadas as recomendações para análise e manifestação da PFE/INCRA-SC em observância à Portaria INCRA / P n.291/2009. (Processo n.º 54210.002136/2013-31)	
	Aprimore os controles internos em relação ao processo de concessão de diárias de modo a inibir irregularidades análogas àquelas identificadas.	Assim que viabilizado a instalação física de funcionamento do grupo de Controle Interno instituído pela Ordem de Serviço nr. 043/2013 deverá o grupo monitorar a concessão e prestação de contas das Diárias no âmbito da SR(10)SC	Em atendimento
	Oriente formalmente os servidores credenciados a utilizar o cartão Ticket Car no sentido de que seu uso é para abastecimento exclusivo da frota de veículos oficiais, não podendo o portador ceder o cartão e senha para outrem em qualquer hipótese, sob pena de responsabilização pelo seu uso indevido.	Será adotado todos os procedimentos de cadastramentos de servidores em condição de conduzir as viaturas evitando repetir a falha apontada.	Em atendimento
	Com o auxílio da Auditoria Interna do INCRA, elabore parecer conclusivo sobre a análise quanto à efetiva realização da viagem proposta pela PCD 040081/11, assim como quanto à execução das ações previstas em referida PCD, encaminhando, no prazo de 30 dias úteis, cópia do parecer conclusivo a esta CGU-R/SC e informando as medidas adotadas para saneamento de eventuais irregularidades identificadas.	Após a conclusão do presente relatório, foram encaminhadas as recomendações para análise e manifestação Auditoria no INCRA Sede. (Proc. n.º 54210.002137/2013-85)	Em atendimento

	Abstenha-se de conceder diárias, de forma rotineira, a proposto classificado como "colaborador eventual", posto tratar-se de prática que desconfigurar a transitoriedade da prestação de serviço, tornando, inclusive, tal concessão indevida.	A concessão de diárias a proposto classificado como "colaborador eventual" só será realizada para os casos específico previstos na legislação e nos normativos institucionais.	Em atendimento
Seguridade Social – Aposentadorias	Tendo em vista que a Unidade já oficiou o INSS para fins de verificação se o tempo Certificado pelo Estado do Rio de Janeiro (14.11.1963 a 04.02.1970) foi averbado perante aquele Instituto e o mesmo foi utilizado para concessão de algum benefício (aposentadoria e/ou pensão) no Regime Geral de Previdência Social, acompanhar o atendimento à solicitação referida, e, se constatada irregularidade no cômputo daquele tempo de contribuição, revisar o ato de aposentadoria objeto do processo nº 35/91.	Atendida	Atendida
Gestão do Suprimento de Bens e Serviços – Processos Licitatórios	Aprimorar os controles internos fazendo constar nas futuras licitações o orçamento estimativo a partir de pesquisa de mercado a, no mínimo, três fornecedores, procedendo ao devido arquivamento de sua realização.	Diante das recomendações emitidas ainda em sede da Auditoria foi discutido e aprovada a constituição de um Grupo de Controle Interno da SR(10)SC por força da Ordem de Serviço nº 43/2013. O grupo que se encontra em fase de instalação está elaborando a nova proposta de fluxo processual para que toda e qualquer processo licitatório venha a ser analisado pelo Controle interno antes de sua efetivação	Em atendimento
	Aprimorar os controles internos e elaborar, nas futuras licitações de obras ou serviços de engenharia, orçamento global detalhado em consonância com as composições de custos unitários do SINAPI, observando a legislação pertinente constante da LDO válida para o ano de realização do certame licitatório	Diante das recomendações emitidas ainda em sede da Auditoria foi discutido e aprovada a constituição de um Grupo de Controle Interno da SR(10)SC por força da Ordem de Serviço nº 43/2013. O grupo que se encontra em fase de instalação está elaborando a nova proposta de fluxo processual contemplando análise de processos licitatórios cuja exigência será adotada.	Em atendimento
	Em futuras licitações em que houver desclassificação das propostas comerciais inviabilizando a obtenção das mais vantajosas, promover a revogação da licitação por conveniência e oportunidade, em observância ao princípio da economicidade que deve nortear os atos da Administração.	Assim que concluído presente relatório, junto com demais procedimentos sugeridos nas recomendações, será formalizada a adoção dessa recomendação aos pregoeiros da SR(10)SC .	Em atendimento

	Elucidar, via processo formal, a causa para a não-revogação da licitação que resultou em contratação de proposta bem menos vantajosa para a Administração, bem como a motivação para a devolução das propostas comerciais abertas aos representantes das licitantes.	Após a conclusão do presente relatório, foram encaminhadas as recomendações para análise e manifestação da PFE/INCRA-SC em observância à Portaria INCRA / P nº.291/2009. (Proc. n.º 54210.002136/2013-31)	Em atendimento
	Aprimorar as rotinas internas e fazer constar nos futuros editais de aquisições de bens, obras e serviços, especificações e critérios de sustentabilidade ambiental, em conformidade com a IN/SLTI-MP nº 1/2010 e à Portaria/SLTI-MP nº 2/2010.	Expediu-se um documento formal do Gabinete determinando a adoção de todos os normativos legais para os certames licitatórios, em especial o contido na a IN/SLTI-MP nº 1/2010 e à Portaria/SLTI-MP nº 2/2010. O grupo de Controle Interno deveria incluir esse quesito na sua avaliação dos procedimentos licitatórios.	Atendida
	Aprimorar os controles internos de forma a respeitar rigorosamente os prazos de vigência dos contratos e desencadear licitações com a adequada antecedência, a fim de evitar a ocorrência de contratações emergenciais;	Recomendação Acolhida. Expediu-se um documento formal do Gabinete determinando aos gestores/fiscais dos contratos para observar o que determina o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos editado pelo INCRA/MDA e alertando que 90 dias antes do vencimento deverá ser formulada pelo gestor/fiscal a proposta de aditamento ou de novo certame para a prestação dos serviços.	Atendida
	Apurar formalmente se a contratação emergencial foi gerada por falta de planejamento, desídia ou má gestão, nos moldes da Orientação Normativa/AGU n.º 11, de 01/04/2009, com a devida responsabilização na forma da lei, se configurada a hipótese de má-gestão;	Após a conclusão do presente relatório, foram encaminhadas as recomendações para análise e manifestação da PFE/INCRA-SC em observância à Portaria INCRA / P/ n.º 291/2009 (Processo n.º 54210.002136/2013-31)	Em atendimento
	Aplicar a metodologia preconizada na IN n.º 02/2008, n.º 03/2008 e Portaria n.º 06/2012 sobre o objeto atualmente contratado e, caso o valor contratual resultante seja menor e/ou o número de postos disponibilizados seja inferior, promover a revisão contratual, ou, se não houver acordo com a contratada, desencadear novo processo licitatório.	Recomendação não acolhida em razão de entendermos que os cálculos utilizados pela Administração da Unidade conferem com os simulados pela equipe de Auditoria, apontando para 6,9 postos de serventes e a Administração analisou e licitou 7 postos. Entendemos estar assim o contrato em estrita observância ao que preconiza a IN n.º 02/2008, n.º 03/2008 e Portaria n.º 06/2012. Todavia, é prudente ressaltar que, em razão da decisão de convenção coletiva de trabalho, cópia anexa, a cada 5 postos deverá existir a figura de um líder de grupo: “assim entendido o empregado que, além de suas tarefas normais, tenha sob sua orientação e responsabilidade, no mesmo setor de trabalho 05 (cinco) a 15 (quinze) empregados.” Desta forma, visando otimização de recursos em prol da Administração o sétimo posto de servente acumula a condição de líder de grupo percebendo uma gratificação complementar.	

	Aprimorar as rotinas internas e fazer constar em futuras dispensas de licitação envolvendo serviços de engenharia o projeto básico, nos termos do parágrafo 2º do art. 7 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o parágrafo 9º do art. 7 da mesma lei.	Primeiramente esta gestão já determinou à Divisão Administrativa que a adoção do procedimento de dispensa de licitação seja utilizado em casos excepcionalíssimo quando não resultar de ação que possa ser planejada e pelo realizada através do certame adequado que a lei determina. No que tange àqueles que exigem um projeto básico o mesmo deverá ser contemplado e essa condição será verificada pela PFE e também pelo Grupo de Controle Interno em implantação.	Atendida
	Abster-se de realizar despesas de manutenção, reforma etc em relação a imóveis da União que não estejam formalmente cedidos ao Incra/SC.	Esta Unidade já adotou todos os procedimentos para receber de direito os imóveis do SPU, todavia, estando eles de fato sob guarda e responsabilidade da Autarquia, bem como estarem ali depositados bens móveis, depósito de alienação e ainda o acervo documental, é imperioso que o INCRA mantenha a segurança do imóvel e a sua devida manutenção. Do contrário o patrimônio público poderá estar a mercê de vândalos e oportunistas, o que certamente acarretará maior responsabilidade e inestimável prejuízo à Administração.	
Gestão do Suprimento de Bens e Serviços – Processos Licitatórios	Aprimorar as rotinas internas e não promover fracionamento de despesas que envolvam o mesmo objeto, realizando o certame na modalidade adequada compatível com o custo estimado para o total a ser adquirido;	Desde o recebimento das recomendações contidas em sede de Auditoria esta gestão exarou recomendação à administração para gerenciamento das despesas administrativas de modo que fracionamento venha a ser evitado. Temos a expectativa de que o controle desses procedimentos será acompanhado e coibido pela ação do Grupo de Controle Interno ora instituído	Em atendimento
	Aprimorar as rotinas internas e evitar o financiamento de eventos cuja data do pleito inviabilizem a obrigatória realização de licitação, sob pena de permanente descumprimento da Lei de Licitações.	A unidade está instruindo processo licitatório para contratação de empresa especializada na realização de eventos de modo a evitar que para assegurar a contratação e realização de eventos motivem a dispensa ou oportunize o fracionamento as licitações	Em atendimento
	Aprimorar os controles internos e fazer constar nos futuros processos de inexigibilidade, justificativa quanto ao preço firmado, mediante comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas, com fundamento no Inciso III, do Parágrafo Único do artigo 26 da Lei n.º 8.666/93 e na Orientação Normativa n.º 17/2009 - AGU.	Em razão das diversas recomendações atinentes à matéria de licitações a gestão da SR(10) expediu memorando com destacando os procedimentos que deverão ser adotados pela Administração, cujo atendimento será monitorado pelo Grupo de Controle Interno instituído,	Em atendimento

	Aprimorar os controles internos e fazer constar nos futuros processos de inexigibilidade, justificativa quanto ao preço firmado, mediante comparação da proposta apresentada com preços praticados pela futura contratada junto a outros órgãos públicos ou pessoas privadas, com fundamento no Inciso III, do Parágrafo Único do artigo 26 da Lei n.º 8.666/93 e na Orientação Normativa n.º 17/2009 - AGU	Em razão das diversas recomendações atinentes à matéria de licitações a gestão da SR(10) expediu memorando com destacando os procedimentos que deverão ser adotados pela Administração, cujo atendimento será monitorado pelo Grupo de Controle Interno instituído,	Atendido
	Aprimorar os controles internos e somente contrair despesas com bens, serviços e obras, após a devida formalização e conclusão dos processos licitatórios, inexigibilidades e dispensas de licitação e após o respectivo empenhamento, em consonância com a Lei 8.666/93 e Lei n.º 4.320/64.	Em razão das diversas recomendações atinentes à matéria de licitações a gestão da SR(10) expediu memorando com destacando os procedimentos que deverão ser adotados pela Administração, cujo atendimento será monitorado pelo Grupo de Controle Interno instituído,	Atendido
	Aprimorar as rotinas internas e fazer constar nas dispensas de licitação, no mínimo, três orçamentos compatíveis com a integralidade do objeto a ser contratado, comprovando, assim, a regularidade dos preços contratados;	Em razão das diversas recomendações atinentes à matéria de licitações a gestão da SR(10) expediu memorando destacando os procedimentos que deverão ser adotados pela Administração, cujo atendimento deverá ser monitorado pelo Grupo de Controle Interno instituído,	Atendido
	Aprimorar as rotinas internas e abster-se de realizar manutenção em imóveis da União não cedidos formalmente ao Incra/SC;	Esta Unidade já adotou todos os procedimentos para receber de direito os imóveis do SPU, todavia, estando eles de fato sob guarda e responsabilidade da Autarquia, bem como estarem ali depositados bens móveis, depósito de alienação e ainda o acervo documental, é imperioso que o INCRA mantenha a segurança do imóvel e a sua devida manutenção. Do contrário o patrimônio público poderá estar a mercê de vândalos e oportunistas, o que certamente acarretará maior responsabilidade e inestimável prejuízo à Administração.	
	Apurar, formalmente, a responsabilização pela contratação superestimada dos serviços de dedetização e capinação realizada por intermédio da Dispensa de Licitação n.º 51/2012.	Após a conclusão do presente relatório, foram encaminhadas as recomendações para análise e manifestação da PFE/INCRA-SC em observância à Portaria INCRA / P n.291/2009 (Proc. n.º 54210.002136/2013-31)	Em atendimento

Convênio de Obras, Serviços e Suprimentos	Aprimorar as rotinas internas, visando respeitar os prazos normatizados para análise das prestações de contas de convênios, conforme estabelecido no art. 76 da Portaria Interministerial n.º 507/2011.	A Gestão tem se esmerado no controle e cumprimento dos prazos estabelecidos na Portaria Interministerial n.º 507/2011. Porém, visando atender também o que preconiza esta mesma Portaria em seu Art. 82 §1º, procura esgotar todas as providências administrativas antes do encaminhamento do processo para Tomada de Contas Especial. 9. Desta forma, em algumas ocasiões que podem ser acompanhadas pelo Sistema SICONV pelo Histórico do Convênio, a prestação de contas é reencaminhada para ajustes pelo conveniente, acarretando eventuais atrasos.	
	Rever o ato de aprovação da prestação de contas do convênio n.º 755.986, tendo em vista o teor do Relatório de Vistoria - Medição (Final), de julho de 2012, e o Termo de Aceitação não apontarem a execução total da meta reformulada;	O convênio n.º 755.986 teve toda sua execução de acordo com o previsto na meta em razão da já reformulação ocorrida. O apontamento em questão refere-se apenas a um equívoco do Assegurador quando se reportou a uma medição anterior ao término total da obra. Há comprovação suficiente nos autos, inclusive com documentário fotográfico de conclusão plena e atingimento do objeto. Não vimos necessidade da revisão do ato de aprovação e tão somente a revisão gramatical do Termo de Aceitação da Obra.	
	Apurar responsabilidade pela aprovação de convênio com base em parecer técnico inconsistente.	Não vimos necessidade de apuração de responsabilidade por entendermos houve foi apenas um equívoco do Assegurador quando se reportou a uma medição anterior ao término total da obra, devendo haver tão somente a revisão do Termo de Aceitação da Obra.	
	Retomar imediatamente o processo de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio n.º 535028, sob pena de responsabilização solidária daqueles que derem causa a omissão no dever de sua realização.	O processo de Tomada de Contas Especial referente ao Convênio n.º 535028 foi analisado pela Auditoria Interna do INCRA Sede, cujo parecer foi pela aceitação, não do objeto como um todo, mas por etapas consideradas cumpridas pelo conveniente e devidamente documentadas. Com base nesta análise, a conveniente está sendo notificada e será concedido prazo de 15 (quinze) dias para apresentação da prestação de contas financeira, proporcional ao percentual técnico aprovado, para análise e parecer.	

9.Ouvidoria

9.1Demonstração dos registros feitos por intermédio da Ouvidoria no âmbito de atuação da Superintendência, contemplando a quantidade de cada tipo de registro (denúncia, pedido de informações, etc.), prazos de atendimentos, proporção de registros não atendidos

No âmbito da ouvidoria agrária regional foram recebidas e encaminhadas as seguintes denúncias, conforme descrição abaixo:

-Denúncia da comissão das famílias de agricultores dos assentamentos do município de Abelardo Luz. As denúncias foram encaminhadas ao MPF da comarca de Chapecó para tomar as medidas cabíveis (em andamento).

-Denúncia da comissão de famílias de agricultores dos assentamentos do município de Santa Cecília. As denúncias foram encaminhadas ao MPSC e ao Juiz da Comarca do município de Santa Cecília. Tal denúncia procedeu na investigação por parte do GAECO para concretizar os fatos e realizar possíveis prisões decorrentes do teor das denúncias (em andamento).

-Denúncia (anônima) informando esta ouvidoria da existência de funcionamento de “boate” irregular em assentamento do município de Ponte Serrada. Foi solicitado auxílio da Polícia Militar do Batalhão do município de Xanxerê para acompanhar a Ouvidoria até o local, com intuito de constatar e notificar o proprietário para que fechasse imediatamente o estabelecimento, concedendo prazo para defesa sob pena de ingresso de ação de reintegração de posse por parte do INCRA/SC. Foi oficiada a Prefeitura Municipal daquele município para que cancelasse qualquer alvará concedido para funcionamento de estabelecimento não autorizado pelo INCRA/SC. O proprietário não era possuidor do lote, mas o estabelecimento foi fechado.

-Pedido de Informação pela Câmara Municipal de Vargem Bonita referente à titulação dos assentamentos daquela região. Foi realizada por esta Ouvidoria uma audiência pública com as famílias de agricultores assentados dos municípios da região tratando o assunto (esclarecimento sobre o procedimento da titulação de assentamentos no Brasil).

-Participação em audiências no MPF - A Ouvidoria desta UJ participou de 3 (três) audiências no MPF, sendo duas audiências no MPF da comarca de Joaçaba para tratar do assunto referente ao litígio entre o INCRA/SC e Treze Tílias Park Hotel e uma na comarca de Chapecó para tratar do mesmo litígio.

9.2Principais resultados no tratamento de registros feitos pela Ouvidoria relacionados a invasões de terras e conflitos no campo.

Resultados referentes às ocupações do MST:

-Participação nas audiências de reintegração de posse na Justiça Agrária nos municípios de Santa Cecília e Lebon Régis, ambas contornadas pela conciliação (acordo já cumprido pelas partes).

-Por determinação judicial foram visitados os acampamentos dos municípios de São José do Cerrito, Mafra, Major Vieira, Rio Negrinho e Timbó Grande com o objetivo de verificar os possíveis confrontos entre o MST e os proprietários da área.

Em São José do Cerrito foi constatado que as famílias se encontravam fora da área na qual o proprietário tentava a reintegração de posse forçada (informações encaminhadas ao Juiz Agrário). O MST desocupou o local após a visita da Ouvidoria.

Em Mafra, as famílias ocupavam uma área às margens da BR 116. Foi realizada uma reunião com a Ouvidoria e as famílias acampadas, ficou encaminhado que o INCRA/SC faria o cadastro e seleção das famílias para assentamento em lotes vagos em assentamentos do Estado. O INCRA/SC já efetuou os cadastros e as famílias estão sendo encaminhadas para serem assentadas em Rio Negrinho.

Em Major Vieira ocorreram três ocupações, sendo que o MST descumpriu o acordo judicial.

Com a interferência desta Ouvidoria foi estabelecido acordo com as famílias acampadas de saída pacífica da área para serem encaminhadas e assentadas em Rio Negrinho.

Em Rio Negrinho, as famílias cumpriram o acordo judicial e o INCRA/SC desapropriou a área. O contato da Ouvidoria com os proprietários e com as famílias acampadas foi importante para informar as partes sobre o processo de desapropriação e a necessidade de respeito mútuo até a conclusão do processo, garantindo a paz no campo. O INCRA/SC está sendo imitido na posse da área.

Em Timbó Grande a Ouvidoria foi até o local do acampamento depois de vencido o prazo do acordo judicial. As famílias acampadas solicitaram para a Ouvidoria interceder junto a Justiça Agrária para prorrogar o prazo de permanência no local. Foi efetuado contato com o Juiz Agrário e com os proprietários que concederam mais (30) trinta dias de prazo para a permanência no local. Vencido o prazo as famílias desocuparam pacificamente a área.

Abaixo descreve-se o nº de acampamentos no Estado/Municípios/Famílias:

- 1-Santa Cecília- 300 (trezentas) famílias
- 2-Lebon Régis – 250 (duzentos e cinquenta) famílias

10.Correição

10.1 No exercício de 2013 foram designadas duas servidoras para acesso ao CGU-PAD, as quais aguardam ainda capacitação específica. Cabe ressaltar que os processos administrativos disciplinares estão devidamente registrados no referido sistema.

11.Outras informações sobre a Gestão

11.1 Dados e informações da Procuradoria Federal Especializada junto ao Incra/SC (PFE/INCRA-SC):

A PFE/INCRA-SC possui a atribuição de prestar consultoria jurídica no controle dos atos administrativos da SR(10). Em 2013 as demandas registradas foram: em 2013, segundo o relatório do SICON foram registrados 384 atos da PFE, entre Pareceres, Notas, reuniões e consultas verbais. Ressalte-se que a demanda atendida é maior, e muitos atos não são registrados em função do reduzido quadro de apoio e problemas técnicos do sistema SICON. Das 30 Unidades da PFE/Incra existentes no Brasil a PFE/Incra/SC ocupa o 5º Lugar em número de demandas registradas. Atualmente desempenha suas funções com dois procuradores, apesar da Lotação ideal segundo Portaria da PGF/AGU ser de três procuradores. Possui como apoio duas estagiárias. Para 2014, a atuação da PFE/INCRA-SC visa prestar consultoria jurídica de forma célere à Administração, evitando o surgimento de demandas judiciais, tanto em relação a atos da atividade meio (licitações, contratos, etc), quanto da atividade fim (desapropriações, cadastro, etc); praticar consultoria preventiva, tanto verbal quanto escrita, no âmbito da SR(10) de forma a evitar a prática de atos ilegais; realizar a interlocução entre a SR(10) e a PF/SC e PSF's relativamente as demandas contenciosas (desapropriações para reforma agrária, desapropriações para regularização de comunidades quilombolas, retomadas de terras públicas); organizar em conjunto com a SR(10) os seguintes eventos:

- capacitação de servidores na prática dos administrativos com ênfase para Lei de processo administrativo (Lei n. 9.784/99) e Lei 8.629/93 (processo administrativo de desapropriação);
- Seminário Nacional de direito agrário. Como principal demanda está a lotação de mais um Procurador Federal visando atender a lotação ideal e/ou substituir a Procuradora Federal que irá se aposentar, bem como o fortalecimento do apoio através de servidor em tempo integral.